

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
CAMPUS DE MARÍLIA - SP**

KAMILA CRISTINA EVARISTO LEITE

**MEMÓRIAS DE PROFESSORAS DE ESCOLAS RURAIS:
(RIO CLARO – SP, 1950 A 1992)**

**MARÍLIA
2018**

KAMILA CRISTINA EVARISTO LEITE

**MEMÓRIAS DE PROFESSORAS DE ESCOLAS RURAIS:
(RIO CLARO – SP, 1950 A 1992)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Filosofia e História da Educação

Orientador (a): Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba

MARÍLIA
2018

Leite, Kamila Cristina Evaristo.

L533m Memórias de professoras de escolas rurais: (Rio Claro – SP, 1950 A 1992) / Kamila Cristina Evaristo Leite. – Marília, 2018.

174 f. ; 30 cm.

Orientadora: Rosa Fátima de Souza Chaloba.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2018.

Bibliografia: f. 90-98

1. Escolas rurais – Rio Claro (SP) – 1950-1992. 2. Professoras. 3. Memória coletiva. 4. Prática de ensino. I. Título.

CDD 370.91734

Ficha catalográfica elaborada por
André Sávio Craveiro Bueno
Bibliotecário
CRB 8/8211

KAMILA CRISTINA EVARISTO LEITE

MEMÓRIAS DE PROFESSORAS DE ESCOLAS RURAIS:
(RIO CLARO,1950 A 1992)

Dissertação para obtenção do título de Mestre em Educação, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista - UNESP – Campus de Marília, na área de concentração Filosofia e História da Educação.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____

Rosa Fátima de Souza Chaloba, Doutora, Universidade Estadual Paulista - UNESP

2º Examinador: _____

Vera Teresa Valdemarin, Doutora, Universidade Estadual Paulista – UNESP

3º Examinador: _____

Virgínia Pereira da Silva de Ávila, Doutora, Universidade de Pernambuco - UPE

Marília, 23 de fevereiro de 2018.

Dedico esta dissertação a minha avó Belmira Antonio Leite (*In memoriam*).

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que acreditaram, incentivaram, contribuíram, direta e indiretamente, para a realização deste trabalho.

A Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza, por acreditar em mim, por propiciar momentos de conhecimento e me orientar na iniciação científica e agora na pesquisa de mestrado.

A Profa. Dra. Vera Teresa Valdemarin e a Profa. Dra. Virgínia Pereira da Silva de Ávila, por aceitarem prontamente participarem da banca de qualificação e da banca de defesa desta dissertação. A colaboração de vocês foi fundamental para a realização desta pesquisa.

A Profa. Dra. Odaléia Costa por ler e reler meu trabalho, por apontar caminhos e ser um ombro amigo, meu muito obrigado.

Agradecimentos especiais a nossa querida e estimada Agnes, por me acolher em Marília, pelas longas conversas e por ser a nossa procuradora oficial para assuntos burocráticos.

A Profa. Marly Nogueira que me auxiliou com a transcrição das entrevistas.

Agradecimentos aos funcionários do Arquivo Público do município de Rio Claro, aos funcionários das bibliotecas da Unesp Campus/Araraquara, Marília e Rio Claro, as escolas estaduais e municipais que visitei em Rio Claro, os esforços de cada um colaboraram efetivamente para a conclusão deste trabalho.

Aos meus familiares e amigos próximos, que incansavelmente perguntavam se um dia eu voltaria a trabalhar e não ficaria só lendo, escrevendo e ausente das relações sociais. Meu muito obrigada por compreender que as minhas ausências não eram propositais, mas sim um processo para as conquistas que almejo na vida.

Em especial agradeço ao meu amigo, companheiro e amor Fabio, que vivenciou cada etapa desse longo processo, que me apoiou em cada momento sem se abater com as dificuldades da vida.

Não poderia deixar de agradecer as professoras que colaboraram com a pesquisa concedendo as entrevistas e ao povo brasileiro que através da Capes financiou este projeto.

OBRIGADA!

RESUMO

Nesta dissertação apresenta-se resultados de pesquisa de Mestrado em Educação com o objetivo geral de analisar aspectos da profissão docente no meio rural do estado de São Paulo, especificadamente no município de Rio Claro, focalizando-se a formação inicial, o ingresso na carreira docente, as práticas educativas, a formação em serviço, as condições de trabalho e a relação com o meio rural, no período de 1950 a 1992. Mediante abordagem histórica e a metodologia da história oral, utilizam-se como corpus documental os Anuários Estatísticos (do Brasil e do Estado de São Paulo); a Legislação estadual e municipal que normatiza o ensino e a profissão docente; o Plano Diretor Integrado do Município de Rio Claro (1972); as entrevistas com cinco professoras rurais. A delimitação temporal baseou-se na trajetória das professoras entrevistadas. O ano de 1950 marca o início da carreira da professora Mariquinha, docente com mais tempo na profissão, e o ano de 1992 delimita o momento em que as professoras Amélia e Josefina deixaram de lecionar em escolas rurais por estas passarem pelo processo de reestruturação e agrupamento implementado pelo Decreto Estadual n. 29.499/1989. Os resultados apontam que a formação inicial e em serviço eram de caráter geral, sem especificações para atividades agrícolas e o nível de formação das professoras de escolas rurais no estado de São Paulo era elevado, sendo que essas docentes possuíam cursos de especialização, aperfeiçoamento e licenciatura em Pedagogia. O ingresso na carreira se dava principalmente através dos concursos de títulos e, posteriormente, dos concursos de provas e títulos. Entre as práticas educativas destaca-se o cultivo da horta escolar, a utilização de livros didáticos e a organização das classes em fileiras de ano/série. As condições de trabalho estavam relacionadas principalmente as condições físicas e materiais das escolas, da moradia e do transporte. Por fim, mediante aos relatos de experiências e lembranças marcantes das professoras nas escolas rurais, a dissertação evidencia a relação delas com o meio rural.

Palavras-Chaves: Professoras de escolas rurais. Memórias. Aspectos da profissão docente na zona rural. Rio Claro/SP.

ABSTRACT

The results of research of Master's Degree in Education are presented with the general objective of analyzing aspects of the teaching profession in the rural area of the state of São Paulo, specifically in the municipality of Rio Claro, focusing on initial training, entry into the teaching career, educational practices, in-service training, working conditions and the relationship with the rural area, from 1950 to 1992. Through historical approach and oral history methodology, are used as documentary corpus the Statistical Yearbooks (of Brazil and the state of São Paulo); the state and municipal legislation that regulates education and the teaching profession; the Integrated Master Plan of the Municipality of Rio Claro (1972); interviews with five rural teachers. The temporal delimitation was based on the trajectory of the teachers interviewed. The year 1950 marked the beginning of the career of Mariquinha, a teacher with more time in the profession, and the year 1992 delimited the moment in which the teachers Amelia and Josefina stopped teaching in rural schools as they underwent the process of restructuring and grouping implemented by State Decree n. 29,499 / 1989. The results indicate that the initial training and in-service were of a general nature, with no specifications for agricultural activities and the level of training of rural school teachers in the state of São Paulo was high, and these teachers had specialization courses, further training course and degree in Pedagogy. The entry into the career was mainly through the contests of titles and later the contests of exams and titles. Among the educational practices, we highlight the cultivation of the school garden, the use of textbooks and the organization of classes in rows of year/ series. Working conditions were mainly related to the physical and material conditions of schools, housing and transportation. Finally, through the reports of experiences and strong memories of the teachers in the rural schools, the dissertation evidences the relation between them and the rural area.

Keywords: Rural teachers. Memories. Aspects of the teaching profession in the rural area. Rio Claro / SP.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População de Rio Claro – SP (1940 – 2010).....	26
Gráfico 2 – Número de escolas rurais de ensino comum no estado de São Paulo (1934 a 1991)	40

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Rio Claro – SP	23
Figura 2 – Locais onde as professoras lecionaram na zona rural de Rio Claro	37

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Oferta de ensino na zona rural do Estado de São Paulo	44
Tabela 2 – Escolas isoladas, emergência e agrupadas de Rio Claro (1985 a 1992)	51
Tabela 3 – Nível de formação do pessoal docente das escolas multisseriada no Estado de São Paulo na década de 1980	58
Tabela 4 – Distribuição das escolas normais e cursos normais regionais pelos Estados, Territórios e Distrito Federal em 1951	59

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 – Fontes utilizadas para pesquisa	21
Quadro 2 – Carreira docente das professoras	35
Quadro 3 – Escolas rurais em que as professoras entrevistadas lecionaram.....	36
Quadro 4 – Escolas rurais de Rio Claro, 2017	52
Quadro 5 – Número de Escolas Normais no estado de São Paulo (1951 a 1970)	57
Quadro 6 – Pontuação da profa. Mariquinha (1961)	64

LISTA DE SIGLAS

ALESP - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CENP – Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas

CIE – Centro de Informações Educacionais

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

E.E.P.G – Escola Estadual de Primeiro Grau

E.E.P.G (E) – Escola Estadual de Primeiro Grau de Emergência

E.E.P.G (R) – Escola Estadual de Primeiro Grau Rural

E.M.E.I – Escola Municipal de Educação Infantil

FDE – Fundação para o Desenvolvimento da Educação

FUNDESP – Fundo de Desenvolvimento da Educação em São Paulo

G.E – Grupo Escolar

HEM – Habilitação Específica para Magistério

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDBEN – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

SE – Secretaria da Educação

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SP – São Paulo

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNESP – Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Rio Claro “Linda terra de céu sempre azul”	23
2 PROCEDIMENTOS DA METODOLOGIA EM HISTÓRIA ORAL: CARACTERIZAÇÃO DAS PROFESSORAS ENTREVISTADAS	28
2.1 Caracterização das professoras entrevistadas	31
2.1.1 Professora Mariquinha	31
2.1.2 Professora Amélia	32
2.1.3 Professora Violeta	33
2.1.4 Professora Margarida	34
2.1.5 Professora Josefina.....	35
3 APONTAMENTOS SOBRE A EXPANSÃO E O FECHAMENTO DAS ESCOLAS RURAIS DE ENSINO COMUM NO ESTADO DE SÃO PAULO	38
3.1 Modalidades de escolas primárias rurais no estado de São Paulo (1950 – 1992)	44
3.1.1 Escolas Isoladas	44
3.1.2 Escolas Emergência	47
3.1.3 Escolas Agrupadas Rurais e/ou Escolas Nucleadas	48
4 MEMÓRIAS DE PROFESSORAS DE ESCOLAS RURAIS: FORMAÇÃO INICIAL E O INGRESSO NA CARREIRA DOCENTE	53
4.1 Formação Inicial	53
4.1.1 Formação de professores das escolas rurais.....	58
4.2 Ingresso no magistério público.....	62
5 MEMÓRIAS DE PROFESSORAS DE ESCOLAS RURAIS: PRÁTICAS EDUCATIVAS, FORMAÇÃO EM SERVIÇO, CONDIÇÕES DE TRABALHO E A RELAÇÃO COM O MEIO RURAL	69
5.1 Práticas Educativas	69
5.2 Formação em Serviço	73
5.3 Condições de trabalho	79
5.4 Relação com o meio rural.....	84
Considerações finais	86
Referências	91
Legislação	95
Fontes	97

Entrevistas.....	99
Instituições, acervos e sites consultados.....	100
APÊNDICE A	101
APÊNDICE B.....	164
ANEXO A.....	168
ANEXO B	173

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado¹ buscou investigar a profissão docente no meio rural do município de Rio Claro, interior do estado de São Paulo, no período de 1950 a 1992, analisando a formação e a carreira docente de cinco professoras de escolas rurais.

A investigação aqui apresentada constitui um desdobramento do projeto de pesquisa de Iniciação Científica² intitulado *As práticas educativas das escolas rurais paulistas*. O objetivo dessa pesquisa foi buscar vestígios de práticas desenvolvidas nas escolas isoladas do estado de São Paulo. Para alcançar esse objetivo, analisamos atas de Reuniões Pedagógicas de Escolas Isoladas do Município de Rio Claro encontradas no arquivo da Escola Estadual Joaquim Salles³. A escolha de Rio Claro deveu-se ao fato de eu ter nascido e residir nessa cidade com a minha família.

Ao analisar as 134 atas de reuniões pedagógicas, realizadas no período de 1946 a 1966, foi possível classificar os temas mais recorrentes nas reuniões em dois eixos de análise e nove categorias:

Eixo 1 – Aspectos Administrativos:

- a – Legislação e burocracia;
- b – Condições de trabalho e associação de professores.

Eixo 2 – Aspectos Pedagógicos:

- a – Práticas educativas;
- b – Livros/material didático e material escolar;
- c – Estudo de textos;
- d – Avaliações;
- e – Datas comemorativas e campanhas educacionais;
- f – Instituições auxiliares da escola: caixa escolar e a biblioteca circulante;
- g – Disciplina escolar (LEITE, 2013, p. 51-52).

¹ Esta pesquisa está vinculada ao Projeto *Formação e Trabalho de Professores e Professoras Rurais no Brasil: PR, SP, MG, RJ, MS, PE, PI, SE, PB, RO (décadas de 40 a 70 do século XX)*, processo nº 405240/2016-3, financiado pelo CNPq.

² Iniciação científica realizada de março de 2012 a março de 2014, com bolsa PIBIC/CNPq, sob a orientação da Prof. Dra. Rosa Fátima de Souza.

³ Agradecimentos à Darci Ferraz de Toledo, agente organizacional da Escola Cel. Joaquim Salles, que me autorizou a permanecer o tempo necessário para pesquisar e fotografar todos os Livros Atas.

Verificamos, assim, que as atas das reuniões pedagógicas compreendem uma importante fonte de pesquisa para a História da Educação, pois apresentam inúmeros vestígios da cultura escolar primária.

Perante a análise realizada, podemos apontar que as práticas educativas descritas nas atas se baseavam essencialmente nos programas de ensino de base comum com ênfase nos conteúdos de leitura, escrita e cálculo, restringindo o ensino para o meio em atividades de jardinagem e em campanhas educacionais.

Outro dado relevante é que as reuniões pedagógicas serviam como um meio para normatizar e prescrever a prática docente, além de servirem como dispositivos para a formação de professores em serviço. O estudo suscitou vários questionamentos em relação à prática dos professores nas escolas rurais.

Essas indagações estavam relacionadas estritamente com aspectos da profissão docente – formação, condições de trabalho, tempo de serviço, práticas, entre outros. Na tentativa de aprofundar essa discussão, elaboramos o projeto de pesquisa de mestrado com o objetivo de estudar a temática da docência na educação primária rural no estado de São Paulo, principalmente relativa às décadas finais do século XX, período em que prevaleceu o currículo de base comum e se extinguiu o ensino típico rural (Moraes, 2014, p.66) e analisar alguns aspectos da profissão docente no meio rural. Além desse objetivo geral, estabelecemos como objetivos específicos:

Compreender a estrutura física e pedagógica das escolas isoladas (local de trabalho das professoras rurais);

Verificar dados estatísticos que demonstrassem o processo de expansão e fechamento das escolas rurais no estado de São Paulo;

Localizar professoras que atuaram na zona rural no município de Rio Claro;

Entrevistar professoras sobre aspectos da profissão docente no meio rural – formação, ingresso na carreira, condições de trabalho, práticas docentes e a relação com o meio.

Para compreender a estrutura física, pedagógica e a expansão das escolas isoladas no estado de São Paulo, utilizamos alguns estudiosos da História da Educação que realizaram pesquisas sobre a temática: Silva (2004), Souza (2009; 2012), Ávila (2013), Cardoso (2013), Moraes (2014), Celeste Filho (2014), Oriani (2015) e Souza e Ávila (2014; 2015).

No início do século XX, os grupos escolares foram considerados símbolos da modernização educacional no estado de São Paulo. Souza (1998) observa que esse modelo de escola primária reunia em um único prédio várias salas de aula, vários professores, alunos divididos em classes homogêneas e um diretor escolar. Em contraposição ao modelo dos grupos

escolares, Silva (2004) indica que estavam as escolas isoladas, caracterizadas por uma única classe com alunos heterogêneos, funcionando em prédio adaptado, sob a regência de um único professor. Mesmo as escolas isoladas sendo consideradas precárias, Souza (1998) afirma que a necessidade dessas escolas era incontestável:

A necessidade das escolas isoladas era um fato incontestável. Durante as primeiras décadas deste século elas sobreviveram à sombra dos grupos escolares nas cidades, nos bairros e no campo. Apesar de elas serem consideradas tão necessárias, os grupos foram mais beneficiados, e nelas continuou predominando a carência de tudo: materiais escolares, livros, cadernos, salas apropriadas e salários para os professores (SOUZA, 1998, p.51).

Na transição do século XIX para o século XX a maior parte da população do estado de São Paulo residia na zona rural. Os maiores índices de analfabetismo e evasão escolar também se concentravam na zona rural, porém a política de expansão do ensino primário no estado de São Paulo privilegiou a instalação dos grupos escolares. Segundo Costa (1983), conforme citado por Souza e Ávila (2015), entre 1890 e 1919, foram criadas no estado 4.417 escolas isoladas, contudo somente um terço delas chegou a ser provida. As dificuldades de provimento das escolas na zona rural no estado de São Paulo continuaram ao longo do século XX.

As escolas primárias situadas na zona rural tiveram uma grande expansão da rede física e de matrículas a partir dos anos de 1930. Segundo Moraes (2014), após 1930, constitui-se, no estado de São Paulo, dois tipos de ensino na zona rural⁴ – o ensino rural comum, representado pelas escolas isoladas e o ensino típico rural⁵, representado pelas granjas escolares, os grupos escolares rurais e as escolas típicas rurais. Esses modelos escolares tinham como objetivo fixar

⁴ Conforme apresentado no Código de Educação de 1933, as escolas rurais, no estado de São Paulo, estavam assim determinadas: Art. 259 - O desenvolvimento do programa das escolas isoladas rurais essencialmente prático e encaminhado no sentido de fixar o indivíduo no meio em que vive, será adaptado às necessidades e conveniências locais. § Único - Nas granjas-escolares, o professor, com o auxílio dos alunos e eventualmente, dos pais, organizará trabalhos práticos de cultura, criação, pesca, indústrias rudimentares e outras atividades rurais, destinando-se os lucros à escola (SÃO PAULO, 1933, p.47). No artigo 2 e 3º da Consolidação das Leis de Ensino de 1947, as escolas rurais poderiam ser instaladas nos seguintes estabelecimentos de ensino: nas escolas isoladas, nas escolas típicas rurais, nos grupos escolares rurais, nos cursos de agricultura das escolas normais e nos cursos especiais intensivos, destinados aos professores, com ou sem função no magistério oficial (SÃO PAULO, 1947, p.2)

⁵ De acordo com Moraes (2014), o ensino típico rural foi assim conceituado pelo governador Jânio Quadros nos anos de 1950: o ensino típico rural é uma modalidade de ensino especializado para a criança da roça. Além de programa próprio, relativo ao aprendizado das atividades agrícolas e higiene rural, caracteriza-se por ser ministrado nos grupos rurais mediante um sistema de estudo teórico-prático, que leva o estudante a comparecer à escola nos dois períodos, da manhã e da tarde. Reveste-se esse ensino, por esse fato, de rico conteúdo educativo, como curso de preparação da criança e do adolescente para as atividades rurais e o convívio social da zona agrícola em que reside. (SÃO PAULO, Mensagem..., 1957, p.63 apud MORAES, 2014, p.15).

o homem no meio rural, cultivar hábitos de higiene e preparar para o trabalho. Os três modelos do ensino típico rural eram compostos por um edifício escolar e área cultivável para as atividades agrícolas.

Sobre o problema da escola primária da zona rural do estado de São Paulo, o Anuário do Ensino do biênio 1935 – 1936 afirma que:

A questão do ensino rural é uma espécie de *leitmotiv* dos nossos programas educacionais. Quase todos os administradores escolares a têm inscrito na lista das suas preocupações principais e têm feito esforços mais ou menos sinceros, mais ou menos eficazes, para resolvê-la. Contudo, o problema se acha bastante afastado da solução. Das 700 mil crianças em idade escolar que habitam a zona rural, apenas 130 encontram possibilidade de matrícula em escola pública. Para as restantes 570 mil, não há lugar. Ademais, as 130 mil que podem matricular-se, nem sempre encontram na escola a quantidade de instrução e a qualidade de educação que lhes convêm. Em outros termos, o que a escola rural produz, em matéria de ensino, é geralmente pouco e inadequado. (SÃO PAULO, 1936).

Virgínia Ávila (2013), ao analisar a expansão do ensino primário rural em nível nacional, aponta que:

A expansão do ensino primário rural, mesmo fazendo parte das estratégias educacionais do país, especialmente do Estado Novo, não atingiu de fato toda a população em idade escolar. Embora se observe nas políticas educacionais a preocupação com o ensino primário rural e a ênfase em fixar o homem no campo, de modo a conter os fluxos migratórios para as cidades e a vitalizar a produção rural, isso não foi o suficiente para escolarizar e levar a modernização à grande parte da zona rural brasileira, como também não conteve o deslocamento do campo para as cidades. (ÁVILA, 2013, p.175)

Os estudos de Souza (1998; 2009; 2012); Silva (2004); Ávila (2013); Moraes (2014); Celeste Filho (2014); Oriani (2015a) levantam alguns problemas e características do ensino primário na zona rural na primeira metade do século XX. Entre os problemas destacam-se: a precariedade dos prédios escolares, a falta de mobiliário, a falta de material pedagógico, baixo número de matrícula nas escolas, a baixa frequência de alunos, o abandono escolar, professores em início de carreira, a ausência e os inúmeros pedidos de remoção e licença dos professores, os baixos salários e a deficiência e irregularidade da inspeção escolar.

Esses autores identificam como características do ensino primário rural: o curso de menor duração; programas simplificados; o fato de não levar em consideração as diferenças regionais; programa de ensino não adaptado ao meio, com o objetivo de fixar o homem no campo; um único professor; multisseriação; crianças em diferentes níveis de aprendizado; objetivos modestos.

Ao realizar a leitura de alguns estudos que abordam o trabalho docente na zona rural – Silva (2004); Souza e Ávila (2014); Celeste Filho (2014); Oriani (2015) –, podemos apontar

que os principais problemas do professor na zona rural eram: isolamento, a falta de estímulo, as precárias condições das residências, o acesso à escola, as precárias condições materiais para ensinar, as doenças típicas da zona rural, baixos salários e a formação para docência em escolas urbanas.

Como afirma Oriani (2015), nas primeiras décadas do século XX, as professoras primárias do estado de São Paulo iniciavam a carreira docente em escolas isoladas de bairro ou rurais, e nelas deveriam permanecer por um ano para então se inscreverem no concurso de remoção, porém, pelas precárias condições, muitas professoras não conseguiam esperar o tempo necessário para o pedido de remoção e então solicitavam licenças ou se exoneravam do cargo.

Celeste Filho (2014, p.57), ao analisar os relatórios dos delegados referentes às décadas de 1930 e 1940, encontrou relatos destacando as precárias condições vividas por professores e professoras em escolas localizadas na zona rural do estado de São Paulo.

A água potável era decantada em péssimas condições, provida do córrego mais próximo ou de poço em má conservação. A professora era destinada residir na casa do colono, ou na casa do fiscal de colonos, ou na casa do carpinteiro, ou na casa do pedreiro, mas nunca na casa do fazendeiro. Dentre essas condições não seria difícil uma professora pedir licença ou remoção para as escolas urbanas.

“Mocinhas solteiras” vindas da zona urbana, assustadas pela mudança de ambiente e afastamento pela primeira vez da família, as professoras designadas para as escolas isoladas deparavam-se com um universo bastante diverso daquele apreendido nas escolas normais. Na zona rural, as palhoças e os casebres nos quais deveriam residir e montar uma classe, aliados aos hábitos da população – bastante diversos dos costumes da vida citadina –, impunha-lhes o isolamento, favorecendo os constantes pedidos de licença e remoção. (SILVA, 2004, p.54).

Ao optar por realizar entrevistas com professoras de escolas rurais, o intuito foi verificar em que medida essas condições de trabalho permaneceram ou se modificaram durante a segunda metade do século XX.

Para a realização do presente estudo definimos o referencial teórico e a metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa. Optamos pela abordagem teórica da História Cultural, abordagem muito utilizada em estudos de História da Educação, e pela metodologia da História Oral.

A história cultural, ou “a nova história”, como também é conhecida, desenvolveu-se mundialmente nos anos de 1970 e 1980. O primórdio da história cultural foi na França, com a revista *Annales*, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929. A história cultural é uma

reação deliberada contra o “paradigma” tradicional. De acordo com o paradigma tradicional, a história diz respeito essencialmente à política. (BURKE, 2011, p.10).

Diferente da história tradicional, a história cultural se interessa por toda e qualquer atividade humana. Se na história tradicional o foco é a análise política, na história cultural os estudos são variados, pois tudo tem uma história, como as ideias, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira e a limpeza, os gestos, o corpo, a feminilidade, a leitura, a fala e o silêncio. “O que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma ‘construção cultural’, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço”. (BURKE, 2011, p.11).

Fontes que antes eram consideradas inaceitáveis para a escrita da história passam a ser aceitas na história cultural. Para Peter Burke (2011), o historiador deve examinar uma maior variedade de evidências, podendo ser elas visuais, orais, estatísticas, entre outras.

Sendo assim, escolhemos diferentes fontes documentais e orais para analisar nesta pesquisa, conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro 1: Fontes utilizadas para a pesquisa

TIPO DE FONTE	DADOS
Anuários Estatísticos do Brasil	Número de escolas rurais e escolas normais no estado de São Paulo
Anuários Estatísticos do estado de São Paulo	Número de escolas rurais e corpo docente das escolas rurais
Anuários Estatísticos de Educação do estado de São Paulo	Número de escolas rurais no estado de São Paulo e no município de Rio Claro
Anuário Paulista de Educação (1968)	Vida escolar do estado de São Paulo
Legislação Estadual e Municipal	Leis e decretos que regulamentam o ensino e a profissão docente em nível estadual e municipal
Livro de Concurso de Professores pré-primários e primários do Município de Rio Claro	Editais de concursos de títulos para provimento das escolas municipais de Rio Claro
Livros de termos de visitas e de exames de escolas isoladas de Rio Claro	Visitas dos inspetores às escolas rurais (fiscalização e orientação)
Plano Diretor Integrado do Município de Rio Claro (1972)	Informações sobre as condições físicas e matérias das escolas rurais de Rio Claro no ano de 1971.
Relatório da Delegacia do Ensino de Rio Claro (1937)	Informações sobre escolas rurais do município de Rio Claro
Entrevistas com cinco professoras	Vestígios de formação e trabalho docente na zona rural

Fonte: Elaborado pela autora

As fontes documentais foram coletadas ao longo do ano de 2016 e 2017, e localizadas nos seguintes locais: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro Oscar de Arruda Pentead; arquivo da escola estadual Prof. José Fernandes; site da fundação SEADE; site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP); site do Instituto Brasileiro Geografia

e Estatística (IBGE); site da Prefeitura Municipal de Rio Claro; nas bibliotecas da UNESP/Campus de Araraquara, Marília e de Rio Claro.

Além das fontes documentais optamos por utilizar fontes orais, empregando a metodologia da História Oral. A metodologia da história oral no Brasil é recente. Os primeiros debates iniciaram-se nos anos de 1970, mas foi somente no início dos anos de 1990 que a história oral se expandiu no país (AMADO e FERREIRA, 2006). Meihy (1998) também aponta que a década de 1990 foi o período de crescimento da história oral, porém a metodologia ainda não está completamente difundida no país.

[...] trata-se de uma área de pesquisa que se projeta, ganha novos adeptos, multiplica seus temas. Um ponto, no entanto, é motivo de preocupação: o caráter ainda limitado da reflexão e da discussão metodológica. A despeito dos inegáveis avanços, a discussão permanece restrita aos tradicionais especialistas da área que têm acesso aos encontros internacionais e à bibliografia estrangeira. (AMADO e FERREIRA, 2006, p. xi).

A característica do método está na entrevista com questionário (roteiro de entrevista) estruturado ou semiestruturado, na gravação, no entrevistado, na confecção do documento escrito (transcrição) e na análise. “De modo geral, qualquer tema, desde que seja contemporâneo – isto é, desde que ainda vivam aqueles que têm algo a dizer sobre ele – é possível de ser investigado através da história oral” (ALBERTI, 2013, p.38).

Para a realização desta pesquisa foram entrevistadas cinco professoras que lecionaram na zona rural no município de Rio Claro, no período entre 1950 e 1992. Após realizarmos as entrevistas com as professoras, definimos que o tempo de serviço delas em escolas rurais seria o recorte temporal da pesquisa. Desse modo, o ano de 1950 marca o início da carreira da professora Mariquinha, docente com mais tempo na profissão, e o ano de 1992 demarca o momento em que as professoras Amélia e Josefina deixaram de lecionar em escolas rurais por estas passarem pelo processo reestruturação e agrupamento implementado pelo Decreto Estadual 29.499/1989. Na sequência, apresentamos uma breve contextualização da cidade de Rio Claro, evidenciando os processos de urbanização e de êxodo rural no município.

1.1 Rio Claro “Linda terra de céu sempre azul⁶”

Meus olhos perambulam casas e passeiam ruas e avenidas por onde passo à procura do motivo. É preciso motivo para escrever. Para começar a escrever sobre o dia-a-dia da cidade que melhor conheço. (CHAGAS, 1978, p.73)⁷

Como o autor da epígrafe, esta pesquisa me possibilitou caminhar pelas ruas de Rio Claro e reconhecer a minha cidade (sou rio-clarense) de outra forma, a partir da sua história. O intuito deste item é discorrer sobre a cidade azul, como Rio Claro é conhecida, e aproximar o leitor de alguns aspectos históricos, econômicos e sociais da localidade em que as cinco professoras entrevistadas lecionaram.

Rio Claro, cidade do interior do estado de São Paulo, está situada no centro-leste do estado e a cerca de 173 km da capital, possuindo uma área de 498,422 km². Sua fundação deu-se no início do século XIX, em 1827, e, ao longo de seus 190 anos, a cidade sofreu variadas modificações econômicas e sociais.

Figura 1 – Rio Claro



Fonte: Elaborado pela autora (2018) a partir do mapa IBGE (2015)

⁶ Verso do Hino de Rio Claro – SP. Música da Profa. Lygia do Carmo Polastri Vendramel e letra da Profa. Celeste Calil. A letra do Hino de Rio Claro, escolhida em concurso municipal, foi oficializada em 9 de junho de 1956, pela Lei n. 423. (informações site prefeitura de Rio Claro).

⁷ A crônica faz parte do livro *Rio Claro Sesquicentenária*, produzido pelo Museu Histórico e Pedagógico Amador Bueno da Veiga e pela Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo e publicado no ano de 1978.

O município de Rio Claro foi denominado inicialmente de São João Batista do Ribeirão Claro, uma combinação entre o padroeiro, São João Batista, e um dos afluentes do Rio Corumbataí, o Ribeirão Claro, que corta o município. Em 1830, quando passou de Freguesia para Capela Curada, passou a se chamar São João do Rio Claro. Em 1905, após 78 anos de sua fundação e sendo um município autônomo, passou para a denominação atual, Rio Claro. Atualmente, o município é composto por Rio Claro (sede); os distritos de Ajapi e Assistências; por três bairros rurais – Batovi, Itapé e Ferraz –; 25 núcleos rurais⁸ (NICOLETTI et.al.; 2001, p.40).

Entre os municípios do estado de São Paulo que fazem limite com Rio Claro estão: ao Norte, Corumbataí e Leme; a Leste, Araras e Santa Gertrudes; ao Sul, Iracemápolis e Piracicaba; a Oeste, Ipeúna e Itirapina.

Segundo Santos (2000), São João Batista do Ribeirão Claro iniciou suas atividades econômicas com o plantio da cana-de-açúcar, monocultura rentável na época. Nos anos de 1840, o plantio de café começava a entrar em cena e nos anos de 1850, o café superou o plantio da cana-de-açúcar no município de Rio Claro. Vale assinalar que o café se tornou, no século XIX, o principal responsável pela urbanização e pela modernização das cidades do oeste paulista.

A produção cafeeira e sua relação com a urbanização das cidades ligam-se diretamente com a riqueza gerada por ela que aos poucos foram sendo invertidas para outros setores e, nesse processo, as cidades foram sendo beneficiadas com os mais diversos empreendimentos. (SANTOS, 2000, p.43).

De acordo com os estudos realizados por Troppmair (1978), Rio Claro tinha muitas terras férteis que propiciaram o desenvolvimento da agricultura por meio do cultivo da cana-de-açúcar, milho, arroz, algodão e, posteriormente, café.

As terras, então férteis, permitiam o franco desenvolvimento da agricultura, e os campos cultivados de cana-de-açúcar, milho, arroz e algodão ocupavam as terras ao redor do povoado. A fama do progresso do novo povoado e os lucros aí auferidos pelos agricultores atraíram constantemente novos colonos que vieram fixar-se em terras rio-clarenses. (TROPMAIR, 1978, p.83)

⁸ Segundo o Atlas Escolar – Histórico, Geográfico e Ambiental – do município de Rio Claro, os núcleos rurais são pequenos aglomerados com poucos habitantes, com menos de 50 casas, podendo ter uma capela modesta ou uma escola de 1ª a 4ª séries, um bar ou venda, onde se pode encontrar um telefone público (NICOLETTI et. al.; 2001, p.40). Os núcleos rurais do município de Rio Claro são: Carangola; Água Branca; Santo Antônio; Santana do Urucaia; Simão; Cachoeirinha; Mata Negra; São José; Mato Bom; Sítio do Itaipé; Boa Vista; São Bento; Batalha; Sobrado; Camacua; Serra D'Água; Lopes; Cabeça; Horto Florestal; Novo Cafezal; Quilombo; Campo dos Cochos; Fazenda Velha; Sítinho.

Durante muito tempo o município de Rio Claro baseou-se na economia agrícola e na pecuária. O café, até o início do século XX, foi a principal base da economia, porém, de forma modesta, a indústria e o comércio foram implantados na cidade, e, posteriormente, passaram a ser a base da economia.

Na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, publicada no ano de 1958, planejada e orientada por Jurandyr Pires Ferreira, presidente do Instituto Brasileiro Geografia e Estatísticas (IBGE), consta que as atividades econômicas predominantes no município de Rio Claro no início da década de 1950 eram a agricultura, em maior destaque, seguida da indústria. Havia também jazidas de calcários, argila e barro próprio para olarias e indícios da existência de petróleo na região.

No setor agrícola eram proeminentes a criação de gado fino de raça leiteira, a criação de equinos de puro sangue destinados aos hipódromos e granjas destinadas à produção de ovos, bem como a produção de arroz em casca, café beneficiado, cana-de açúcar e algodão.

A produção agrícola, não só é suficiente para o abastecimento local, como permite a exportação de excedentes para as praças de Campinas e São Paulo. O café é destinado, quase que exclusivamente, para a Praça de Santos. Na pecuária, além da criação de gado fino destinado a reprodução, há uma produção de leite estimada em seis milhões de litros (1956) por ano. Na produção equina possui Rio Claro um dos plantéis mais afamados do país. O município não exporta gado de corte. Antes, os importa dos Municípios limítrofes, pois para o consumo local a matança atinge anualmente cerca de 6.000 bovinos e 3.000 suínos. (RIO DE JANEIRO, 1958, p.45).

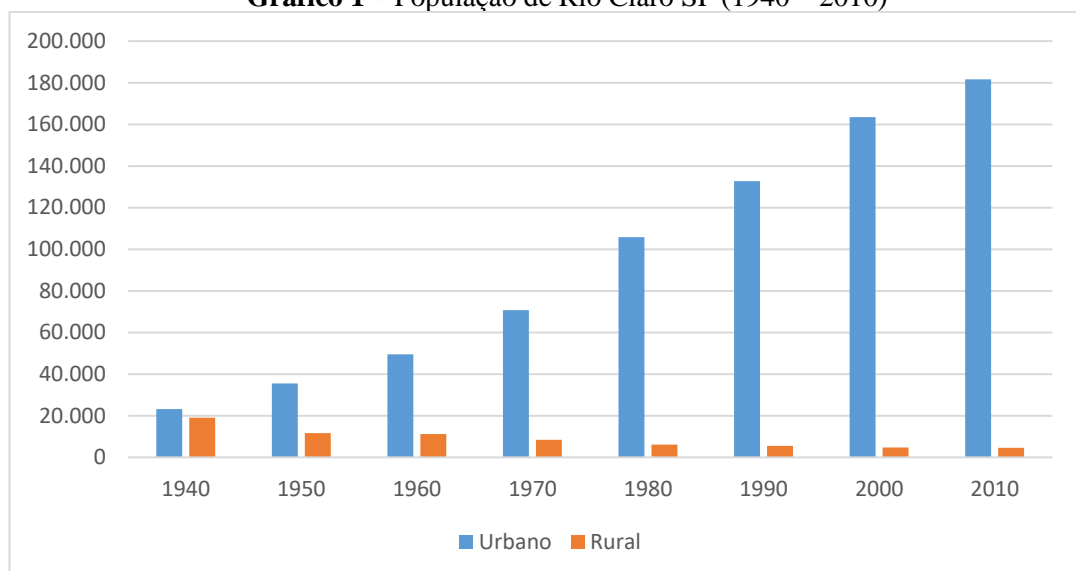
A partir dos anos de 1970 o setor industrial passou a predominar no município de Rio Claro. Nesse mesmo período a agricultura apresentou retrocessos culminando em uma efetiva urbanização e êxodo rural. Troppmair (2008) aponta que a instalação das indústrias apresentou pontos favoráveis e desfavoráveis para o município. Favoravelmente a indústria impulsionou a urbanização, as atividades comerciais e as atividades bancárias. Em contrapartida surgiram índices de poluição, congestionamentos, especulação imobiliária e bairros periféricos.

Cria-se o Distrito Industrial com o objetivo de atrair indústrias de outros lugares. A área escolhida dentro do perímetro urbano foi a porção norte do espigão entre os rios Corumbataí e Ribeirão Claro, com um total de dois milhões de metros quadrados. Juntamente são oferecidos incentivos, facilidades e isenções pelo Governo do Município aos empresários interessados em se instalar em nossa cidade. Como facilidades e incentivos podemos citar: doações de terrenos, isenção de imposto predial e territorial, execução de destocamento e limpeza de terrenos, levantamentos topográficos e terraplanagem, fornecimento de água e canalização de esgoto, posteação de concreto para cerca divisória, fornecimento de mão-de-obra, instalação de energia elétrica e telefônica, abertura e construção de ruas internas e externas. (SAMPAIO, 1987 apud TROPPIAIR, 2008, p.48).

A instalação de indústrias favoreceu o êxodo rural, isto é, a migração da população do campo para a cidade. Analisando os estudos de Troppmair (1993; 2008)⁹ e os recenseamentos realizados pelo IBGE, podemos assinalar que, na década de 1940, período com pouco crescimento industrial, o município apresentava um equilíbrio entre a população urbana e rural, sendo 55% a população urbana e 45% a população rural. Na década de 1970, período de consolidação da indústria no município, os índices se modificaram. Dos quase 90.000 habitantes do município, 89% estavam na zona urbana e 11% estavam na zona rural.

No gráfico 1 podemos visualizar a diminuição da população rural e o aumento da população urbana no município de Rio Claro a partir de 1940.

Gráfico 1 – População de Rio Claro SP (1940 – 2010)



Fonte: Troppmair (1993); Sinopse preliminar do censo demográfico (1950, 1960, 1970 e 1980); IBGE (2010).

Atualmente os censos realizados pelo IBGE apresentam um grande crescimento na população geral do município de Rio Claro, ultrapassando, em 2016, o número de 200.000 habitantes. Porém apenas 3% dos habitantes constituem a população rural (IBGE, 2017).

Como veremos na seção 2 desta dissertação, mesmo havendo uma população significativamente baixa nas áreas rurais de Rio Claro, há algumas iniciativas para manter o pequeno agricultor, como a Feira do Produtor Rural e a oferta de escolarização.

⁹ Troppmair (2008), extraindo dados da pesquisa de Sampaio (1987), aponta que Rio Claro apresentou três fases de industrialização, sendo: a fase pioneira de 1873-1928; a fase tradicional de 1930-1968; e a fase dinâmica e de consolidação, a partir de 1970.

A árvore frutífera plantada na iniciação científica floresceu e necessitava amadurecer. Então esta dissertação é resultado da pesquisa iniciada na graduação e amadurecida na pós-graduação em nível de mestrado.

A organização estrutural do presente trabalho iniciou-se com esta introdução, na qual descrevemos os antecedentes da pesquisa, o projeto e contextualizamos o município de Rio Claro.

Na primeira seção, intitulada *Procedimentos metodológicos: caracterização das professoras entrevistadas*, descrevemos os procedimentos utilizados para desenvolver a pesquisa com a metodologia em história oral. Em seguida, apresentamos brevemente a trajetória formativa e profissional de cada professora entrevistada.

Na seção 2, *Apontamentos sobre a expansão e o fechamento das escolas rurais comuns no estado de São Paulo*, examinamos o processo de expansão e fechamento das escolas rurais comuns no estado de São Paulo. Também expusemos brevemente as características dos tipos de escolas rurais comuns – escolas isoladas, escolas de emergência e as escolas agrupadas rurais.

Nas seções 3 e 4 analisamos as memórias das cinco professoras entrevistadas evidenciando alguns aspectos da profissão docente no meio rural – formação inicial, ingresso na carreira docente, práticas educativas, formação em serviço, condições de trabalho e a relação com o meio rural.

Por último, apresentamos as considerações finais com os resultados apurados pelos dados analisados.

Com esta pesquisa esperamos analisar e compreender aspectos da profissão docente na zona rural, no estado de São Paulo e no município de Rio Claro, no período de 1950 a 1992.

2 PROCEDIMENTOS DA METODOLOGIA EM HISTÓRIA ORAL: CARACTERIZAÇÃO DAS PROFESSORAS ENTREVISTADAS

Segundo Meihy e Holanda (2013), existem alguns procedimentos que devemos definir para executar um projeto com a metodologia de história oral. Entre esses processos estão: a elaboração do projeto; a gravação das entrevistas; estabelecimento do documento escrito e sua seriação; sua eventual análise; a devolução social. Apontaremos a seguir como definimos cada etapa desses processos.

No primeiro momento, elaboramos um projeto de pesquisa que definia critérios metodológicos e os procedimentos a serem realizados, como: a seleção das professoras entrevistadas, o roteiro de entrevista e a submissão para o comitê de ética na Plataforma Brasil.

Como apontado por vários estudiosos da metodologia em história oral, esse método se divide em três gêneros ou tipos: história oral de vida, história oral temática e a tradição oral. Para esta pesquisa, selecionamos a história oral temática, porque o nosso objetivo não era produzir narrativas da vida das professoras, mas sim reconstituir fatos e vivências de docentes na zona rural. “A narrativa, neste caso, não diz respeito, necessariamente, à totalidade da vida da pessoa, mas aos aspectos da vivência, os quais constituem informações para a reconstituição de fatos, eventos ou problemáticas do passado” (FONSECA, 1997, p.38).

Definido o tipo de abordagem metodológica, história oral temática, partimos para a construção do roteiro de entrevista (Apêndice A). Segundo Freitas (2006), um bom entrevistador deve saber conduzir a entrevista, preparar perguntas relevantes e saber o momento de continuá-la ou pará-la. O roteiro de entrevista utilizado foi estruturado em cinco tópicos temáticos: **Formação; Magistério rural; Formação em serviço; Práticas docentes; Ligação da professora com o meio rural**. Em cada tópico havia perguntas direcionadas para a temática da profissão docente na zona rural.

Freitas (2006) afirma que o roteiro não deve ser rígido, pois ao longo da entrevista podem surgir outros questionamentos e informações não arguidas pelo entrevistador.

A aplicação dos roteiros nas entrevistas não é feita de forma rígida, uma vez que muitas questões vão surgindo naturalmente no discurso do depoente no transcurso da entrevista e, essas, às vezes, nos suscitam outras. Cada entrevista tem a sua própria dinâmica, e cada entrevistado mostra-nos diferentes interesses na abordagem de determinadas questões. (FREITAS, 2006, p.89).

Nos tópicos temáticos **Formação e Formação em serviço** tínhamos como finalidade buscar vestígios sobre a formação de professoras¹⁰ rurais, seja em sua formação inicial nas escolas normais ou na formação em serviço por meio das reuniões pedagógicas e nas visitas dos agentes administrativos¹¹.

No tópico temático **Magistério rural** buscou-se compreender os meios para o ingresso na carreira docente, o tempo de serviço na zona rural, quais eram as escolas rurais onde lecionaram, as dificuldades de trabalhar nesse espaço e como faziam para chegar às escolas. Esse tópico teve a intenção de buscar vestígios das condições de trabalho das professoras rurais.

As indagações do tópico temático **Práticas Docentes** tinham como pretensão compreender como as professoras desenvolviam as suas atividades pedagógicas, qual material didático seguiam e o que ensinavam, informações socioeconômicas dos alunos e número de crianças matriculadas nas escolas, as condições materiais das escolas isoladas e a relação com outras docentes.

O tópico temático **Ligação da professora com o meio rural** são indagações baseadas na relação da professora com o entorno da escola – família, comunidade e alunos – e relato(s) de alguma experiência marcante como docente na escola rural.

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP/Campus de Marília, através da Plataforma Brasil. Após o processo de envio da documentação necessária e a avaliação do Comitê de Ética, o projeto de pesquisa foi aprovado e tivemos a autorização para realizar as entrevistas¹². Enquanto aguardávamos a deliberação do Comitê de Ética, buscamos identificar professoras que lecionaram na zona rural de Rio Claro para serem entrevistadas.

A nossa preocupação não era entrevistar um número grande de professoras, mas sim localizar sujeitos que pudessem colaborar realmente com a pesquisa. Conforme aponta Alberti (2013), convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos.

¹⁰ Utilizaremos, para esta pesquisa, o gênero feminino para o termo professor, por constituir a maioria no magistério.

¹¹ Por agentes administrativos estamos considerando os seguintes profissionais: inspetores de ensino, auxiliares de inspeção e/ou supervisor pedagógico.

¹² Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética com o CAAE n. 57879316.5.0000.5406.

Desse modo, partimos em busca de professoras que efetivamente trabalharam na zona rural do município de Rio Claro. Para iniciar a procura por essas docentes em potencial para a realização das entrevistas, fomos à Secretaria Municipal de Educação de Rio Claro, pelo fato desse órgão possuir registros dos docentes ativos e inativos do município de Rio Claro.

Na Secretaria Municipal de Educação surgiu a primeira indicação para uma entrevista, a **professora Josefina**, que ainda se encontra no quadro de funcionários ativos. Essa professora foi indicada por uma supervisora de ensino que tinha conhecimento da sua trajetória docente em escolas isoladas. Ao entrevistar Josefina, recebemos a indicação de alguns nomes de outras professoras que também lecionaram na zona rural. Dos nomes indicados apenas a **professora Margarida** aceitou conceder a entrevista.

Os nomes da terceira e da quarta entrevistada, **professora Mariquinha e professora Violeta**, foram localizados a partir de duas fontes utilizadas na pesquisa, o *Livro de Concursos para professores primários e pré-primários municipais* e a *Legislação Educacional* do município de Rio Claro. A última entrevistada, **professora Amélia**, foi indicação de uma das professoras da Escola Estadual Prof. José Fernandes¹³, no distrito de Ajapi. Optamos por apresentar as cinco professoras entrevistadas com nomes fictícios¹⁴, preservando a privacidade delas.

As entrevistas foram realizadas no segundo semestre de 2016 e no primeiro semestre de 2017 nas casas das professoras ou nas escolas onde elas ainda estavam em atividade funcional. A gravação foi feita em áudio, com duração em média de uma hora. Antes de iniciar as entrevistas, apresentamos o projeto de pesquisa, lemos e explicamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice A) e assinamos o termo, ficando uma cópia para a entrevistadora e uma cópia para a entrevistada.

Realizadas as entrevistas, passamos para o processo de transcrição. Segundo Meihy e Holanda (2013), o conceito de transcrição é uma mutação, a transformação de uma coisa em outra. Na metodologia da história oral a transformação ocorre do oral para o escrito, porém temos que ter a consciência que traduzir o que foi falado, com as suas entonações, emoções e cacoetes, não é a mesma coisa que ouvir a fala da entrevistada.

¹³ Visitamos a Escola Estadual Prof. José Fernandes em busca de fontes documentais e de docentes em potencial para serem entrevistadas.

¹⁴ Conforme a Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012, nas diretrizes e normas III letra i, determina que a pesquisa deve prever procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade do participante.

Poderemos colocar os silêncios, as repetições, as risadas, mas nunca reproduziremos um texto escrito igual ao texto oral. A transcrição deve acima de tudo manter a essência do que foi falado. Optamos por transcrever literalmente o que foi dito pelas entrevistadas. Realizamos algumas adequações referentes a termos repetitivos e repetições de frases, demarcamos frases sem sentido e retiramos alguns vícios de linguagens. O propósito era apresentar um texto compreensível.

As últimas etapas a serem desenvolvidas na metodologia de história oral são a análise das entrevistas (memórias das professoras) e a devolução social. Essas duas etapas estão materializadas nesta dissertação de mestrado por meio da divulgação dos resultados pesquisados.

Por memória, estamos nos baseando no conceito desenvolvido por Ferreira (2002) no artigo *História, tempo presente e história oral*. Nesse texto, a autora, fundamentada nos estudos de Maurice Halbwachs, aponta que a memória é um ato de repetir e despertar lembranças. A memória constrói o passado pautada em emoções e vivências, sendo ela flexível e evocada conforme as necessidades do presente (FERREIRA, 2002, p.321).

Assim, evocamos as memórias das cinco professoras entrevistadas e analisamos em conjunto com outras fontes, para então elaborar ao longo do texto uma compreensão da formação e do trabalho docente na zona rural. Porém, antes de expor os resultados dessa análise, discorreremos um pouco sobre as professoras entrevistadas.

1.1 Caracterização das professoras entrevistadas

1.1.1 Professora Mariquinha

Nascida em Rio Claro, São Paulo, no dia 1 de setembro de 1928, Mariquinha, antes de ingressar no curso normal, frequentou até o 2º ano do curso clássico no Colégio Puríssimo Coração de Maria¹⁵. Casou-se jovem e não pode terminar os seus estudos no Colégio Católico, pois o regimento da escola só aceitava moças solteiras. Segundo a professora, em seu tempo, havia pouco ofício para as mulheres trabalharem, entre esses ofícios estavam: enfermeira, empregada doméstica e professora primária. Mariquinha já estava conformada em ser apenas dona de casa, quando um amigo de seu pai, que era diretor de escola, comunicou a ela que fora

¹⁵ O Colégio Puríssimo Coração de Maria foi criado no ano de 1909 e permanece ainda em funcionamento.

autorizado pelo Estado o funcionamento de uma Escola Normal Oficial em Rio Claro. Assim, em 1947, Mariquinha tornou-se aluna da Escola Normal Oficial Joaquim Ribeiro, formando-se no ano de 1949. Após concluir o curso normal, ela se candidatou a professora substituta para computar pontos e futuramente lecionar como professora efetiva. Professora Mariquinha lecionou em escolas rurais e urbanas do município de Rio Claro, sendo elas: Escola Mista da Fazenda Serra D'Água; Escola Municipal Rural do Bairro do Simão; Escola Mista Bairro Assistência; Grupo Escolar/Escola 1º grau Barão de Piracicaba. Aposentou-se no início da década de 1980. Seu marido, já falecido, suas filhas e netos também seguiram carreira no magistério.

1.1.2 Professora Amélia

Nascida em Rio Claro, São Paulo, no dia 4 de agosto de 1942, Amélia queria ser jornalista, “*a minha intenção, meu sonho mesmo era ser jornalista*”, mas acabou optando pelo magistério influenciada pela mãe, “*mas a minha mãe na época achou que eu deveria fazer um curso, vamos dizer que hoje seria o técnico, que eu saísse com um certificado na mão e pudesse trabalhar.*” Então, foi frequentar o curso normal no Instituto de Educação Joaquim Ribeiro. Ao concluir o magistério, foi para a cidade de São Paulo fazer um curso de especialização para deficientes mentais. Esse curso tinha a duração de dois anos, sendo o primeiro ano de conteúdos e o segundo ano com conteúdo e prática de ensino em institutos para deficientes mentais. Segundo Amélia, faltavam professores, havia muitas classes fechadas e crianças esperando para serem “atendidas”, então a docente responsável sugeriu que as alunas assumissem essas classes que estavam fechadas. Foi assim que ela iniciou a carreira no magistério. Após terminar a especialização, Amélia lecionou por alguns anos em classes especiais como professora substituta. Posteriormente prestou concurso para o Estado e foi aprovada, porém não havia classes especiais em Rio Claro e ela foi lecionar em São Carlos. Querendo retornar para Rio Claro, ela pediu remoção, mas havia apenas classes comuns para lecionar, então escolheu a 3ª Escola Estadual de Primeiro Grau (Isolada) da Fazenda São José. A professora revela que foi “amor à primeira vista” pela escola, permanecendo lá durante seis anos, saindo apenas quando a escola foi fechada.

1.1.3 Professora Violeta

Nascida em Rio Claro, São Paulo, no dia 12 de dezembro de 1943, Violeta era filha de carroceiro e estudou até o 3º ano do ensino primário na Escola Mista da Cervejaria Caracu. Quando passou para o 4º ano primário ela recebeu uma bolsa do município e foi estudar no Colégio Alem: *“eu sempre gostei de estudar, ganhei uma bolsa do município porque o município subsidiava as escolas particulares para poder absorver as pessoas que queriam estudar na época.”* Nesse mesmo colégio, Violeta cursou a escola normal, no período noturno, pois já trabalhava. Em 1961, Violeta completou 18 anos e formou-se professora primária pela Escola Normal Livre Alem. No ano seguinte, passou a lecionar no município de Panorama, a oeste de São Paulo, porém permaneceu apenas dois meses, pois contraiu maleita. Ao retornar para Rio Claro, lecionou como professora substituta: *“consegui uma substituição efetiva... eu fui para o grupo escolar da Vila Indaiá”*, e depois lecionou em escolas rurais do município, como a Escola Mista do Bairro Boa Vista e na Escola Municipal Rural do Bairro do Simão. Violeta realizou o curso de aperfeiçoamento para professor primário no Instituto de Educação Joaquim Ribeiro e prestou concurso público para lecionar no Estado. Após ser aprovada, passou a lecionar na cidade de Aparecida do Oeste, também em escola rural. Exerceu cargos administrativos como: diretora de escola, supervisora de ensino e delegada de ensino. Aposentou-se no ano de 1991 e no ano de 1995 retornou às atividades docentes na rede privada de ensino do município de Limeira – SP.

1.1.4 Professora Margarida

Nascida em Rio Claro, São Paulo, no dia 17 de abril de 1954, Margarida realizou a habilitação para o magistério na Escola de Segundo Grau Joaquim Ribeiro. Lecionou por dois anos na zona urbana, depois foi para a zona rural, permanecendo em escolas rurais até se aposentar. Nas escolas rurais, Margarida desenvolveu atividades com alunos da pré-escola e com crianças do 1º grau (1ª a 4ª série). Lecionou no Centro Social Rural de Ajapi, que abrigava escolas isoladas, na Escola Mista da Fazenda Jussara e na Escola Mista de Ferraz. Ao longo da carreira docente realizou curso de aperfeiçoamento e licenciatura em Pedagogia. Professora Margarida participou do processo de agrupamento das escolas pré-primárias isoladas rurais de Ajapi-RC, ocorrido no ano de 1991. Foi auxiliar de direção da Escola Municipal Educação Infantil de Ajapi, atual Escola Municipal Laura Penna Joly. Aposentou-se em 2001.

1.1.5 Professora Josefina

Nascida em Rio Claro, São Paulo, no dia 29 de dezembro de 1966, Josefina residia com seus pais no bairro rural de Ferraz. Era a filha caçula e sua mãe investiu muito em seus estudos: *“a minha mãe queria que eu fosse professora, queria uma filha professora. Então, como eu era a caçula, ela investiu muito para eu estudar e para que eu fosse para Rio Claro estudar e fazer o magistério.”* Josefina estudou em Ajapi e no colégio Puríssimo, depois foi fazer habilitação para o magistério na Escola de segundo Grau Joaquim Ribeiro. Recentemente realizou a graduação em Pedagogia: *“fiz a pedagogia, mas não faz muito tempo, depois, porque no início não precisava da pedagogia, depois que foi se exigindo maior graduação.”* Professora Josefina lecionou na Escola Mista da Fazenda Jussara, na Escola Mista da Fazenda Mata Negra, na Escola Mista da Fazenda Angélica e na Escola Mista de Ferraz, pertencentes à Rio Claro, e no Sítio Bom Jesus, pertencente ao município de Corumbataí. A professora também lecionou na educação infantil e permanece atualmente na vice-direção escolar. Está prestes a se aposentar.

No quadro 2 apresentamos uma síntese da carreira docente de cada professora entrevistada:

Quadro 2 - Carreira docente das professoras

PROFESSORA	IDADE	FORMAÇÃO	INGRESSO NO MAGISTÉRIO	RECRUTAMENTO	TEMPO DE SERVIÇO EM ESCOLA RURAL	PERÍODO DE EXERCÍCIO NO MAGISTÉRIO RURAL	SITUAÇÃO ATUAL
MARIQUINHA	89 anos	Magistério	1950 ¹⁶	Concurso de títulos	+/- 5 anos	1950 e 1960	Aposentada (1980)
AMÉLIA	75 anos	Magistério e Especialização em Educação para Deficientes Mentais	1970	Estágio em curso de especialização	6 anos	1980 e 1990	Aposentada (1995)
VIOLETA	74 anos	Magistério, Aperfeiçoamento e Pedagogia	1962	Concurso de títulos	+/- 5 anos	1960	Aposentada (1991) Retornou para as atividades docentes na rede privada de ensino
MARGARIDA	63 anos	Habilitação para o Magistério, Aperfeiçoamento e Pedagogia	1978	Concurso de títulos	12 anos	1980 a 1990	Aposentada (2001)
JOSEFINA	51 anos	Habilitação para o Magistério e Pedagogia	1986	Professora Substituta	6 anos	1980 a 1990	Ativa

Fonte: Elaborado pela autora

No quadro 3 apresentamos a relação das escolas isoladas em que as professoras entrevistadas lecionaram no município de Rio Claro e na imagem 2 a localização das escolas rurais.

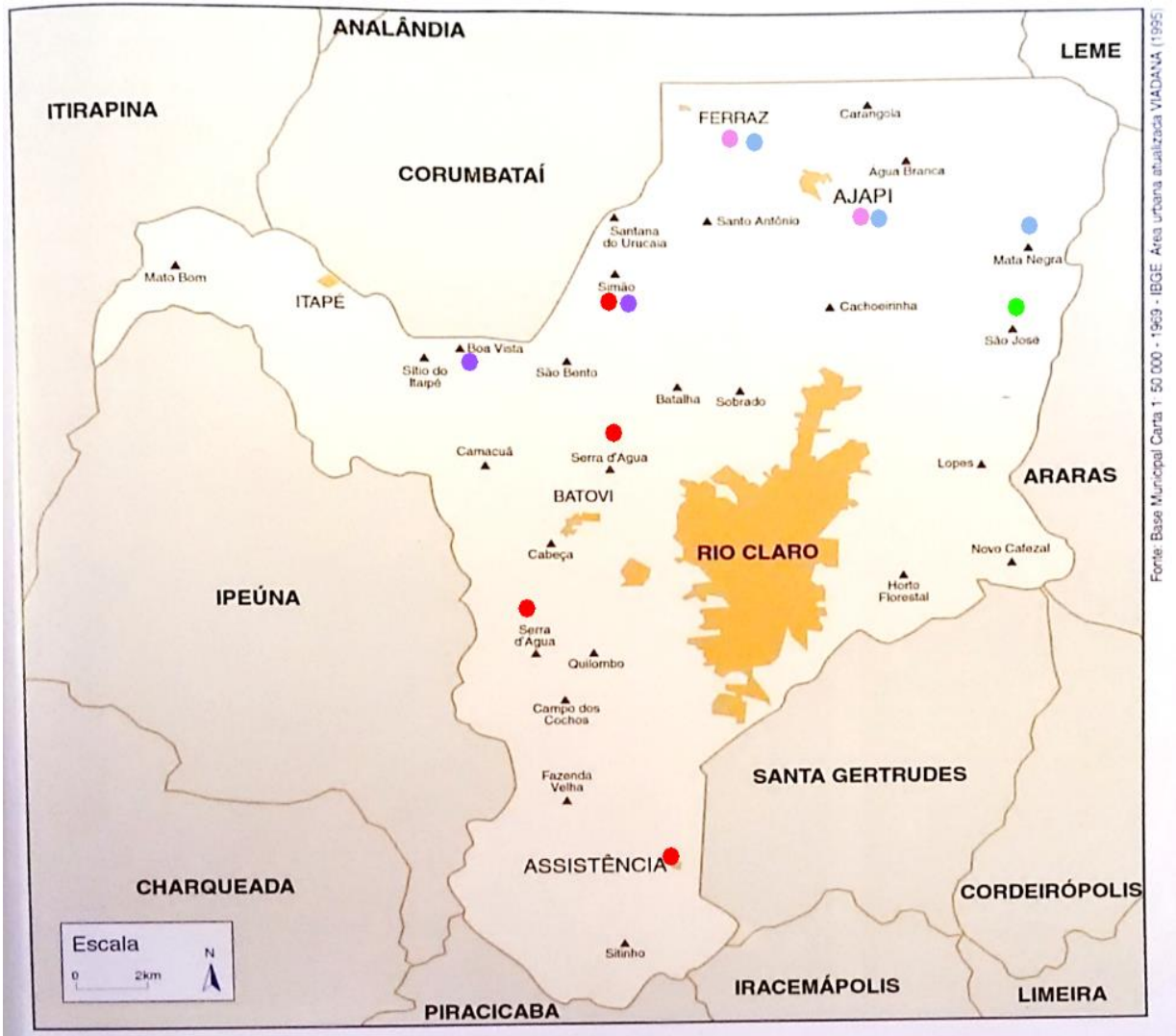
Quadro 3: Escolas rurais em que as professoras entrevistadas lecionaram

Escola Mista da Fazenda Serra D'Água	Profa. Mariquinha
Escola Municipal Rural do Bairro do Simão	Profa. Mariquinha e Violeta
Escola Mista da Assistência	Profa. Mariquinha
3ª Escola Estadual de Primeiro Grau (Isolada) da Fazenda São José (Ajapi)	Profa. Amélia
Escola Mista do Bairro Boa Vista	Profa. Violeta
Escola Mista da Fazenda Jussara – Distrito de Ajapi	Profa. Margarida e Josefina
Escola Mista de Ferraz	Profa. Margarida e Josefina
Escola Mista de Ajapi – Centro Social Rural	Profa. Margarida
Escola Mista da Fazenda Mata Negra – Distrito de Ajapi	Profa. Josefina
Escola Mista da Fazenda Angélica – Distrito de Ajapi	Profa. Josefina

Fonte: Elaborado pela autora

¹⁶ A professora Mariquinha não soube precisar em qual ano ela iniciou a carreira no magistério, apenas se recordou que foi na década de 1950.

Figura 2 – Locais onde as professoras lecionaram na zona rural de Rio Claro



Fonte: Elaborado pela autora

Legenda

Professoras	Cor
Mariquinha	Vermelho
Amélia	Verde
Violeta	Roxo
Margarida	Rosa
Josefina	Azul

Na próxima seção, apresentaremos alguns apontamentos sobre o crescimento e o fechamento das escolas rurais de ensino comum no estado de São Paulo. Destacamos que esse processo de expansão e fechamento influenciou o trabalho docente das professoras rurais, como veremos no desenvolvimento da seção 2.

3 APONTAMENTOS SOBRE A EXPANSÃO E O FECHAMENTO DAS ESCOLAS RURAIS DE ENSINO COMUM¹⁷ NO ESTADO DE SÃO PAULO

Segundo Souza (2012), no estado de São Paulo, durante a Primeira República (1889-1930), o processo de expansão do ensino primário ocorreu lentamente. Mesmo criando escolas de diferentes modelos (escolas preliminares, intermediárias e provisórias, cursos noturnos, escolas isoladas, grupos escolares, escolas ambulantes, escolas modelos e escolas reunidas), essas instituições não acompanharam o elevado número de crianças analfabetas em idade escolar.

Dentre os modelos citados, as escolas singulares (escolas isoladas) e as escolas graduadas (grupos escolares e as escolas reunidas) prevaleceram como as principais escolas primárias. Entretanto o modelo de escola primária que mais se destacou foi o grupo escolar, localizados nas zonas urbanas. Na zona rural, entre as décadas de 1930 e 1970, predominaram as escolas isoladas, consideradas precárias e incipientes, mas necessárias para a escolarização da criança rural.

Conforme assinalamos na introdução deste estudo, coexistiram dois modelos de ensino primário na zona rural paulista, o ensino comum (mesmo programa das escolas primárias urbanas) e o ensino típico rural (com programa de ensino e proposta pedagógica para o campo). Como analisou Moraes (2014)

Portanto, entre as décadas de 1930 e 1960, período em que ocorreu crescimento do número de escolas primárias rurais no estado de São Paulo, conviveram, nesse estado, dois tipos de propostas pedagógicas para a educação rural – o ensino comum, ministrado nas escolas isoladas, e o ensino típico rural, ministrado nas Granjas Escolares, nos Grupos Escolares Rurais e nas denominadas Escolas Típicas Rurais. (MORAES, 2014, p.15).

As escolas do ensino típico rural representavam propostas pedagógicas próprias para a população rural. Nessas escolas deveriam existir, necessariamente, o edifício escolar e uma área cultivável para as atividades agrícolas. Os modelos de escolas do ensino típico rural tinham como objetivo fixar o homem à terra, cultivar hábitos de higiene e preparar para o trabalho. Em seu estudo, Moraes (2014) identificou 253 escolas de ensino típico rural no estado de São Paulo, sendo cinco granjas escolares, 82 grupos escolares rurais e 76 escolas típicas rurais (MORAES, 2014, p.69).

¹⁷ Entendemos por escola rural comum toda e qualquer escola multisseriada, com um único professor, localizada na zona rural e que segue o mesmo programa curricular das escolas urbanas. Entre esse tipo de escola enquadrados as Escolas Isoladas e as Escolas de Emergência.

Observa-se que o número de escolas do ensino típico rural foi considerável, visto que, para construir os prédios escolares nos moldes propostos, utilizava-se de recursos financeiros onerosos. Diferente dessas escolas, as escolas isoladas não exigiam a construção de prédios escolares caros. Muito pelo contrário, a grande maioria delas era implementada em prédios adaptados ou era construída de forma simples. Essas condições “simples” podem ser apontadas como um fator facilitador para a criação de escolas isoladas na zona rural e em localidades distantes.

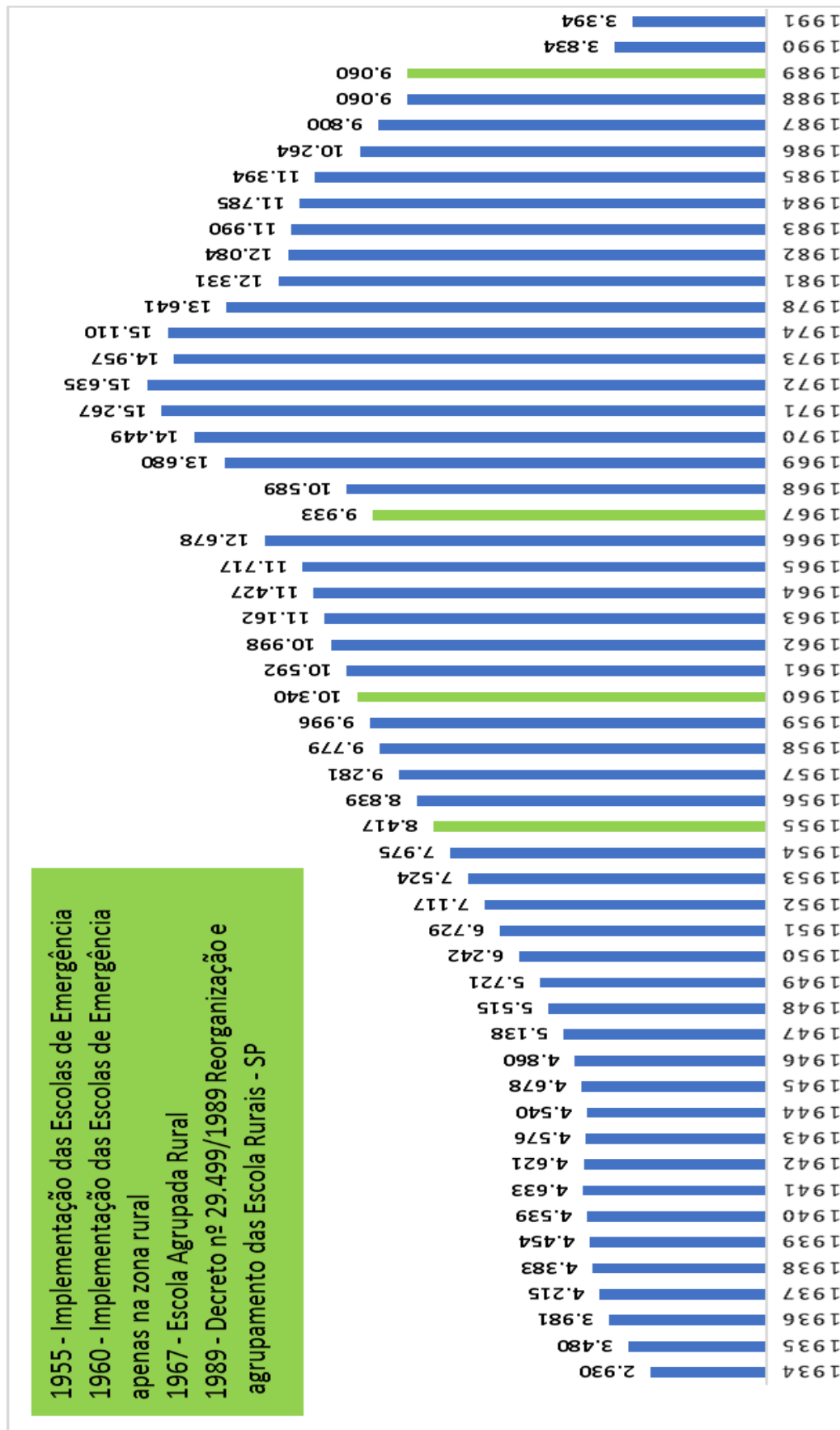
Entre 1930 e 1960 a expansão das escolas rurais comum foi significativa, como salientam Souza e Ávila (2015). No ano de 1934, existiam 2.930 unidades escolares na zona rural do estado de São Paulo. Em 1950, o número saltou para 6.242 unidades escolares rurais e em 1961 para 10.592 unidades (SÃO PAULO, 1964, p.11). Entretanto, ao buscar informações estatísticas das escolas rurais de ensino comum no estado de São Paulo, notamos que, nos anos de 1970, essas escolas ainda apresentavam um crescimento, mesmo que irregular, como veremos no gráfico 2.

No gráfico 2 podemos acompanhar o processo de expansão e fechamento das escolas rurais de ensino comum no estado de São Paulo no período que corresponde de 1934 a 1991.

Ao analisar o gráfico 2 apontamos fatores que influenciaram o crescimento¹⁸ das escolas rurais e fatores que impulsionaram o fechamento gradativo dessas unidades escolares. Entre os fatores que influenciaram o crescimento apontamos a implementação de um novo tipo de escola (escolas de emergência) e, posteriormente, a exclusiva criação dessa escola na zona rural. Entre os fatores que impulsionaram o fechamento apontamos o agrupamento das escolas rurais e o transporte de alunos para escolas urbanas.

¹⁸ Devemos salientar que os dados estatísticos apresentam apenas informações sobre o número de escolas rurais existentes naquele ano, porém questionamos se todas as escolas criadas realmente chegaram a funcionar, haja vista que muitos fatores, como falta de professores, de matrícula e baixa frequência acarretavam a extinção das escolas. Esses dados não foram localizados nos Anuários Estatístico (Brasil e São Paulo), porém estudos mais aprofundados poderão responder esses questionamentos.

Gráfico 2 – Número de escolas rurais de ensino comum no estado de São Paulo (1934 – 1991)



Fonte: Anuário estatístico do Brasil (1961; 1966; 1967; 1969; 1971; 1972; 1973; 1976) Anuário estatístico do estado de São Paulo (1964; 1979; 1983; 1986; 1987; 1988; 1989; 1991; 1992)

Também observamos que, nos anos de 1942, 1943 e 1944, o crescimento das escolas rurais foi pequeno, e no ano de 1967, a queda no número de unidades escolares na zona rural do estado de São Paulo foi acentuada. Essa queda pode ser explicada pela implementação da Lei n. 9.717, de 30 de janeiro de 1967, que autorizou o agrupamento ou o funcionamento no regime de escolas agrupadas²⁰ a união de quatro ou cinco escolas isoladas (SÃO PAULO, 1968, p.38).

Artigo 72 — Quando houver quatro ou cinco escolas isoladas num raio de dois quilômetros, poderão elas ser agrupadas ou funcionar no regime de escolas agrupadas.

§ 1º — A responsabilidade pela direção das escolas agrupadas caberá ao professor primário de uma delas, de preferência ao que se encontrar em exercício há mais tempo, segundo os critérios que forem estabelecidos em regulamentação.

§ 2º — O professor primário designado para dirigir escolas agrupadas exercerá as suas funções no regime instituído pelo artigo 53, sem prejuízo da docência, e fará jus à gratificação correspondente a cinquenta por cento do valor da referência do seu cargo.

§ 3º — As escolas agrupadas terão um servente (SÃO PAULO, 1967, p.8).

Damasceno e Beserra (2004) mencionam que, a partir das décadas de 1950 e 1960 do século XX, o problema da educação rural tornou-se visível. Nesse momento o governo federal passou a dar mais atenção para as zonas rurais, porém, no mesmo período, a ênfase econômica do país estava voltada para a indústria, culminando em uma valorização do espaço urbano:

A despeito de tímidas iniciativas no final do século XIX, é somente a partir da década de 1930 e, mais sistematicamente, das décadas de 1950 e 1960 do século XX que o problema da educação rural é encarado mais seriamente – o que significa que paradoxalmente a educação rural no Brasil torna-se objeto do interesse do Estado justamente num momento em que todas as atenções e esperanças se voltam para o urbano e a ênfase recai sobre o desenvolvimento industrial. (DAMASCENO e BESERRA, 2004, p.75).

Com relação ao município de Rio Claro, nota-se que, a partir dos anos de 1950 e 1960, e efetivamente na década de 1970, a indústria passou a dominar o cenário econômico em várias regiões do Brasil. A ascendência industrial auxiliou no processo de migração do rural para o urbano. Ao mesmo tempo em que a educação rural se tornou objeto de interesse do estado de

¹⁹ Nos anos de 1975, 1976, 1977, 1979 e 1980 não foi possível localizar dados estatísticos sobre as escolas rurais no estado de São Paulo.

²⁰ De acordo com Souza (2009), as escolas reunidas cresceram no estado de São Paulo na década de 1910, instaladas em pequenos núcleos urbanos e nos distritos de paz. Em 1918 o número de escolas reunidas era igual a 31 unidades. Consideradas escolas de baixo custo, elas obtiveram uma grande expansão na década de 1920. Em 1923 funcionaram, no estado de São Paulo, 358 escolas reunidas com 1.485 classes. No início dos anos de 1930, a maioria das escolas reunidas foi transformada em grupos escolares. A regulamentação de cargo de diretor escolar de escola agrupada de 1967 (Lei n. 9.717) indica a implementação novamente desse tipo de escola no estado de São Paulo.

São Paulo e de outras regiões do país²¹, as escolas situadas na zona rural iniciaram o processo de fechamento.

Outro fator que interferiu na expansão das escolas primárias na zona rural e auxiliou no fechamento de várias delas foi o programa de transporte escolar de crianças rurais para escolas situadas na zona urbana. A esse respeito afirma Vasconcellos:

O programa de transporte de escolares tem um caráter mais emergencial, derivado do fato de que, por meio do transporte, se procura levar as crianças até as escolas disponíveis, normalmente localizadas na zona urbana. Esse direcionamento reforça o ensino urbano em detrimento do rural, tendo, portanto, implicações culturais, sociais, políticas importantes, que precisam ser avaliadas. Esse modelo é o que tem sido seguido, por exemplo, na maioria das cidades do estado de São Paulo. (VASCONCELLOS, 1991, p.95).

Para esse autor, o transporte escolar rural²² no estado de São Paulo foi regulamentado por uma série de leis e decretos complementares. O serviço teve início com a Lei n. 1.165, de 11 de novembro de 1976, que criou o Fundo de Desenvolvimento da Educação em São Paulo - FUNDESP. Esse órgão era responsável pelos prédios escolares, merenda, material escolar e transporte de alunos.

O governo estadual, por meio do FUNDESP, fornecia auxílio financeiro às Prefeituras para que providenciassem o transporte para os alunos de 1º grau que residiam em locais onde não havia escola acessível. A característica do transporte escolar no estado de São Paulo era transportar crianças da zona rural para as cidades, a fim de concluírem o ensino de 1º grau.

As escolas rurais ofertavam apenas as primeiras séries do ensino de 1º grau (1ª a 4ª série) e as escolas urbanas ofereciam o ensino de 1º grau completo (1ª a 8ª série). Porém, em alguns casos, como constatou Vasconcellos (1985), o transporte escolar também transportava crianças da zona rural com idade para cursar as séries iniciais do ensino de 1º grau. Esse envio antecipado de alunos rurais para as cidades acelerou o processo de esvaziamento da escola rural.

Os números demonstram outro dado muito importante, ou seja, o número de crianças rurais que frequenta escolas urbanas já é maior que o que frequenta escolas rurais (615 contra 596). Evidentemente, o sistema de transporte é responsável pela diferenciação, devido aos alunos de 5ª a 8ª séries que estudam na cidade; mas nas quatro primeiras séries, os alunos de escolas urbanas já correspondem a 40% do total de alunos de 1ª a 4ª séries (394 em 990). Mais uma vez se evidencia a relativa “urbanização” da criança rural no tocante à escola, devido à existência do sistema de transporte. Esta “urbanização” constitui um dos aspectos mais interessantes mostrados pelos dados: a atração pelo urbano, exacerbada pelas características econômicas da

²¹ Ocorreram outras iniciativas de agrupamento de escolas rurais no estado do Paraná (1976) e nos estados de Minas Gerais e Goiás (1980) (MARRAFON, 2016, p. 49).

²² Transporte escolar rural foi empregado pelo autor. A terminologia correta é “auxílio transporte”. (VASCONCELLOS, 1985, p.20).

nossa sociedade, e que no tocante a escola corresponde a uma diferença sensível na qualidade de ensino, vê-se atendida pela possibilidade do transporte, fazendo com que muitos pais enviem os filhos para estudar na cidade desde a primeira série do 1ª grau. O transporte aparece, assim, como um acelerador do processo de esvaziamento da escola rural, que já ocorre pelo processo do desenvolvimento em curso, colocando a questão da necessidade de avaliar sua influência, frente à política de oferta de escolarização no meio rural. (VASCONCELLOS, 1985, p.23).

Constatamos, até o momento, que, entre os anos de 1930 e 1968, existiam no estado de São Paulo duas propostas pedagógicas para a escolarização da população rural – ensino rural comum e o ensino típico rural. Após os anos de 1968, como aponta Moraes (2014), predominou o ensino rural comum, sendo ofertado nas escolas isoladas, nas escolas de emergência e nas escolas agrupadas rurais.

Em 1989, com o decreto n. 29.499, de 5 de janeiro de 1989, que implementou a reestruturação e agrupamento das escolas na zona rural no estado de São Paulo, iniciou-se um novo processo para a escolarização rural (gráfico 2), que vigora até os dias atuais. Esse processo fechou as escolas unidocentes e estimulou a criação das escolas agrupadas. O decreto n. 29.499/1989 reestruturou as escolas rurais da seguinte forma:

Artigo 1º - As escolas localizadas na zona rural serão reestruturadas de acordo com as disposições deste decreto.

Artigo 2º - A escola localizada na zona rural que conte com apenas uma classe passa a denominar-se Escola Estadual de Primeiro Grau Rural de Emergência EEPG (E).

Artigo 3º - Observadas as características e necessidades locais, poderá ocorrer o agrupamento das unidades escolares mencionadas no artigo anterior, em conjunto de 2 (duas) a 7 (sete) classes com a denominação de Escola Estadual de Primeiro Grau Rural EEPG(R).

Parágrafo único – As atuais Escolas Estaduais de Primeiro Grau Agrupadas da Zona Rural passam a denominarem-se Escolas Estaduais de Primeiro Grau Rural EEPG(R). (SÃO PAULO, 1989, p.1).

Com a implementação da reorganização e agrupamento das escolas rurais no estado de São Paulo, as escolas isoladas são oficialmente extintas, permanecendo apenas as escolas de emergência e as escolas agrupadas, também denominadas de escolas nucleadas ou escola polo. As escolas de emergência foram fechadas gradativamente e transformadas em escolas núcleo.

Na tabela 1 observa-se que, até o ano de 1988, anterior à implementação do decreto, o número de escolas isoladas era de 5.665 unidades. Após o decreto, o número passa a ser zero e ocorre um crescimento das escolas de emergência e principalmente das escolas agrupadas.

Tabela 1 - Oferta de ensino na zona rural do estado de São Paulo

Tipo de Escola	Antes de 1988	%	Depois de 1990	%
Isolada	5.665	56,4	0	0
Emergência	3.170	31,6	3.340	59,9
Agrupada	214	2,1	1.526	27,4

Fonte: Vasconcellos, 1993, p.67

Até o ano de 1988, o número de escolas agrupadas no estado de São Paulo chegou a 214 unidades. Após o decreto 29.499/1989, o crescimento dessas escolas ultrapassou mil unidades. Para Flores (2000), a nucleação das escolas rurais significou uma tentativa de se resolver os problemas das escolas localizadas no campo, como as múltiplas funções dos docentes, salas multisseriadas e a precariedade do espaço físico. Basso e Neto (2014) afirmam que a nucleação aumentou a distância entre os alunos e a escola e a necessidade de deslocamento para as cidades, sem eliminar definitivamente a multisseriação das escolas rurais.

No próximo item analisaremos os tipos de escolas rurais comuns – escolas isoladas, escolas de emergência e as escolas agrupadas – existentes no estado de São Paulo e como elas estavam configuradas no município de Rio Claro.

2.1 Modalidades de escolas primárias rurais no estado de São Paulo (1950 – 1992)

2.1.1 Escolas Isoladas

As escolas isoladas surgiram das transformações das escolas de primeiras letras existentes no século XIX e foram denominadas de escolas preliminares no início do período republicano. Conforme apontado por Souza e Ávila (2015), foi em 1904 que se legalizou, pela primeira vez no estado de São Paulo, o termo escola isolada. As escolas isoladas passaram a ser situadas em bairros ou distritos de paz e na sede de municípios (SOUZA e ÁVILA, 2015, p.297).

Pelo Código de Educação do Estado de São Paulo, de 1933, as escolas isoladas poderiam ser criadas em diferentes localidades, como fábricas, cidades e vilas, mas foi na zona rural que esse tipo de escola predominou. Para que pudesse funcionar uma escola isolada nessas localidades, ela deveria ter no mínimo 40 crianças em idade escolar e em condições para

matrícula e não poderia haver frequência média inferior a 24 alunos, pois, nesse caso, as escolas seriam transferidas ou fechadas (SÃO PAULO, 1933, p 324).

Em Rio Claro, município em que as professoras entrevistadas lecionaram, pudemos localizar alguns dados sobre a história do ensino rural na cidade. Segundo Jorge e Bilac (1978), a educação nesse município desenvolveu-se a partir de 1900 com a criação dos primeiros grupos escolares, porém o município registra iniciativas de criação de escolas preliminares (escolas isoladas) no ano de 1889, como analisou Abreu (2013).

Sobre a criação e a expansão da rede escolar no município de Rio Claro, Jorge e Bilac (1978, p.176-177) esclarecem:

Desenvolve-se, a partir de 1900, a rede escolar pública, com a criação do 1º Grupo Escolar, posteriormente denominado de Grupo Escolar “Cel. Joaquim Salles”, organizado pelo Prof. João Von Atzingen; Grupo Escolar “Barão de Piracicaba”, este criado por Lei Municipal nº 67, em 14/01/1908; 2º Grupo Escolar que mais tarde recebeu o nome de Grupo Escolar “Marcello Schmidt” e inúmeras escolas isoladas. À falta de professores habilitados, o Município recorria, muitas vezes, à professores leigos.

Abreu (2013) localizou, no período correspondente entre 1889 a 1920, a existência de 65 escolas isoladas no município de Rio Claro, sendo 52 escolas isoladas estaduais e doze escolas isoladas municipais. Essas escolas estavam localizadas em bairros, fazendas ou distritos de Rio Claro, como, por exemplo, no bairro dos Lopes, bairro de Santa Cruz da Invernada, na estação de Morro Pelado, no distrito Santa Gertrudes e na Fazenda Santa Ignácia²³ (ABREU, 2013, p.117).

Nos anos de 1930, quando se intensificou a expansão do ensino primário rural no estado de São Paulo, o município de Rio Claro apresentava uma rede pública de ensino primário composta por quatro grupos escolares (G.E Cel. Joaquim Salles; G.E Marcello Schmidt; G.E Barão de Piracicaba; e o G. E Irineu Penteado), 35 escolas isoladas estaduais, 15 escolas isoladas municipais e seis escolas isoladas particulares (RIO CLARO, 1937, p.17).

As décadas posteriores, 1940, 1950 e 1960, não apresentam dados estatísticos relevantes que apontem o número de escolas isoladas existentes no município de Rio Claro. A falta de dados para subsidiar a análise cria uma lacuna na história do ensino rural do município, mas que poderá ser sanada com estudos aprofundados posteriormente.

Na década de 1970, foi criado o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do município de Rio Claro. Publicado em 1972 pela Comissão de Assessoria e Planejamento, seu

²³ Escola mista para funcionar como centro agrícola (ABREU, 2013, p.117).

objetivo era diagnosticar a situação do município e realizar projeções para o futuro de Rio Claro (RIO CLARO, 1972, p 29-31.).

O Plano Diretor (1972) diagnosticou o funcionamento de 45 escolas unidocentes²⁴ no município de Rio Claro, sendo 34 escolas isoladas e onze escolas de emergência. Das entidades mantenedoras, 35 escolas eram mantidas pelo Estado e dez escolas pelo Município. Estavam matriculadas 944 crianças no ensino de 1ª grau, sendo 322 alunos matriculados na 1ª série; 273, na 2ª série; 203, na 3ª série; 146, na 4ª série (RIO CLARO, 1972, p. 29-31.).

Ao analisar a situação dos prédios escolares (Anexo I), a Comissão de Assessoria e Planejamento apresentou no Plano Diretor (1972) a seguinte situação: 17 escolas estavam com prédios em estado precário; 31 escolas estavam com prédios adaptados ao ensino; 16 escolas estavam com instalações sanitárias inadequadas. A Comissão também apontou alguns benefícios, entre eles: onze escolas com galpão coberto para recreação; onze escolas com equipamentos necessários para o ensino; 35 escolas com merenda escolar; cinco escolas com assistência dentária; 24 alunos com direito ao transporte escolar (RIO CLARO, 1972, p 29-31.)

Nossas depoentes relataram que as escolas isoladas em que lecionaram na zona rural do município de Rio Claro atendiam as crianças residentes nas proximidades das escolas. Nessas escolas as professoras lecionavam para o 1º, 2º e 3º ano/série: “[...] 1ª, 2ª e 3ª séries. A divisão [da classe] era só de carteiras.” (AMÉLIA, 2017).

Como apontado pela professora Amélia, as escolas isoladas eram organizadas em classes multisseriadas. O ensino era ministrado em um único espaço para alunos com idade e nível de conhecimento diferentes. Para que as professoras pudessem ensinar o conteúdo para cada ano/série, elas organizavam a sala de aula em fileiras ou conforme a disposição das lousas existentes na escola:

Porque na verdade as crianças que eram da 1ª e 2ª séries, elas ficavam no fundo da classe, virada para uma lousa, os demais [3ª série], virados para cá [indicando a localização onde ficava a lousa na escola] para a outra lousa. (AMÉLIA, 2017).

Professora Violeta também relata sobre a disposição das classes multisseriadas:

[...] põem o 3º [ano] para cá, o 1º [ano] para lá, e você trabalha com cada classe de forma diferente, se for um assunto que dá para fazer interdisciplinar, você reúne. Não existia esse termo interdisciplinar na época, mas era mais ou menos isso que a gente fazia (VIOLETA, 2016).

²⁴ Escola unidocente é outra nomenclatura para denominar as escolas isoladas e as escolas de emergência. Esse termo foi localizado nos anuários estatísticos do estado de São Paulo.

As professoras entrevistadas também lembraram do número de alunos existentes nas escolas isoladas. As professoras Josefina e Margarida, disseram que chegaram a lecionar em escolas rurais com 30 a 40 alunos. Já a professora Amélia mencionou que lecionava para doze alunos. Conforme o Anuário Paulista de Educação (1968, p.38), quando houvesse uma única escola isolada estadual no raio de dois quilômetros, a frequência mínima poderia ser de 15 alunos, porém a escola da professora Amélia era a 3ª Escola Isolada da Fazenda São José, contradizendo assim a própria legislação vigente na época.

2.2.2 Escolas de Emergência

As Escolas de Emergência foram implementadas pela primeira vez no estado de São Paulo no ano de 1955, com o Decreto n. 24.400, de 11 de março de 1955, que dispunha sobre a instalação de classes de emergência de ensino primário. Essas escolas podiam ser instaladas na zona urbana e na zona rural (CARVALHO, 1988, p.88). A instalação das escolas de emergência deveria ser em caráter emergencial, para atender alunos do 1ª ano do ensino primário. Essas escolas, como o nome menciona, deveriam ser criadas em caráter emergencial para atender a demanda da falta de vagas nas escolas primárias.

Para Carvalho (1988), a emergência se tornou regra, pois, em 1957, com a Lei n. 3.783, as escolas de emergência passaram a fazer parte oficialmente dos tipos de escolas existentes no estado de São Paulo. A Lei n. 3. 783/1957 dispunha:

Artigo 2º - As escolas de emergência serão criadas por proposta dos Delegados Regionais de Ensino e parecer do Diretor Geral do Departamento de Educação.

§1º - As escolas de emergência serão localizadas:

- a) em lugares de acesso e condições de permanência de professor particularmente difíceis;
- b) onde a matrícula não alcançar os mínimos regulamentares ou for duvidosa a possibilidade da permanência desses mínimos;
- c) onde as instalações oferecidas não reunirem os requisitos mínimos regulamentares.

Artigo 5º - As escolas de emergência poderão ser suprimidas a qualquer tempo, por decisão do Secretário da Educação, ouvido o Diretor Geral do Departamento de Educação.

Artigo 10º - Nas mesmas condições estabelecidas, nesta lei, naquilo que lhe for aplicável, poderão também ser criadas classes de emergência em grupos escolares. (SÃO PAULO, 1957, p.1).

Como consta no Anuário Paulista de Educação (1968), no ano de 1960, foi promulgado um novo decreto sobre as escolas de emergência. Nesse decreto, n. 37.575, de 28 de novembro de 1960, em seu artigo 2, foi determinado que as escolas de emergência somente seriam criadas na zona rural, em lugares de difícil acesso e onde a população escolar não oferecesse condições mínimas de estabilidade (SÃO PAULO, 1968, p.38).

Para reger as escolas de emergência, as professoras eram contratadas em caráter de substituição. Essas escolas seriam mantidas pelo Estado exigindo-se a frequência média de doze alunos e poderiam ser extintas nas seguintes condições: quando não houvesse alunos suficientes ou quando os alunos fossem remanejados ou quando as instalações fossem consideradas inadequadas (SÃO PAULO, 1981, p.105-106).

Nenhuma professora entrevistada mencionou que lecionou em escolas de emergência, porém constatamos que essas escolas existiram no município de Rio Claro. Localizamos vestígios das escolas de emergência nas atas de reuniões pedagógicas, nos livros de termos de visitas e no Plano Diretor Integrado do município de Rio Claro. Nesse documento foram contabilizadas onze escolas de emergência. Todas as escolas de emergência existentes no município de Rio Claro estavam localizadas na zona rural e eram mantidas pelo Estado. Das onze escolas de emergência existentes no município de Rio Claro em 1972, havia sete escolas com sanitários adequados, quatro escolas com sanitários inadequados e seis escolas com prédios próprios (RIO CLARO, 1972, p. 29-31).

Entre os anos de 1955 e 1965, localizamos leis e decretos que regulamentavam a criação e o provimento das escolas de emergência no estado de São Paulo. O Decreto n. 24.400/1955; a Lei n. 3.783/1957; o Decreto n. 36.851/1960; a Lei n. 5.822/1960; Decreto n. 37.575/1960 e o Decreto n. 38.055/1961, dispunham sobre a criação das escolas de emergência e o Decreto n. 30.689/1958 e a Lei n. 8.658/1965, regulamentava a regência das classes de emergência.

2.2.3 Escolas Agrupadas Rurais e/ou Escolas Nucleadas

Silva, Morais e Bof (2006) afirmam que as escolas nucleadas nas zonas rurais consistem em um procedimento político-administrativo que tem como objetivo: reunir várias escolas unidocentes (escolas isoladas e escolas de emergência) em uma só escola núcleo, desativando ou demolindo as demais. “O princípio fundamental é a superação do isolamento e abandono, os quais as escolas rurais isoladas experimentam e vivenciam em seu cotidiano, e oferecer aos alunos uma escola de melhor qualidade” (SILVA; MORAIS; e BOF, 2006, p.116).

As autoras também afirmam que os defensores da nucleação argumentam que as escolas nucleadas superam a precariedade das escolas unidocentes, sendo mais eficientes e de melhor qualidade. Os principais pontos que as nucleações das escolas rurais superam as escolas unidocentes estavam relacionados principalmente à multisseriação e ao isolamento pedagógico do professor, propiciando a troca de experiências²⁵ entre os docentes na própria escola.

As escolas agrupadas do estado de São Paulo eram vinculadas à Delegacia de Ensino e eram dirigidas por um professor da própria unidade escolar com habilitação para o cargo de diretor. Contava com professores, escriturário e um servente (SÃO PAULO, 1981, p.106). Essas unidades escolares mantinham de quatro a sete classes, sem ultrapassar a 6ª série. Vasconcellos (1993, p.66) aponta que, segundo a resolução da Secretaria da Educação, as escolas agrupadas com duas a três classes poderiam oferecer até a 4ª série do 1º Grau e as escolas agrupadas com quatro ou mais classes poderiam ofertar até a 6ª série do 1º Grau.

No período que antecede o Decreto Estadual n. 29.499/1989, que instituiu a reestruturação e o agrupamento das escolas na zona rural, existiam, no estado de São Paulo, 214 unidades de escolas agrupadas. Após a implantação do decreto, o número de escolas agrupadas passou para 1.526 unidades (VASCONCELLOS, 1993, p.67).

No estado de São Paulo, a efetivação da implantação do processo de nucleação ocorre com o Decreto 29.499, de 5 de janeiro de 1989, que dispunha sobre a reestruturação e agrupamento das escolas na zona rural do estado. Essa reestruturação e agrupamento primeiramente determinou o fim das escolas isoladas, permanecendo apenas as escolas de emergência, que passaram a ser denominadas de Escola Estadual de Primeiro Grau Rural de Emergência EEPG (E), e as unidades de escolas agrupadas ou que fossem agrupadas ao longo do processo. Essas escolas passaram a se chamar Escola Estadual de Primeiro Grau Rural EEPG (R).

As finalidades e os objetivos do decreto que dispunha a reestruturação e agrupamento das escolas da zona rural eram: enriquecer o currículo das escolas rurais, ampliar as oportunidades educacionais, estabelecer condições de acesso e permanência do educando na escola da zona rural, organizar gradativamente o agrupamento visando promover a integração

²⁵ Na seção 4 desta dissertação iremos observar que essas trocas de experiências entre as professoras rurais ocorriam principalmente nas reuniões pedagógicas, momento em que as docentes se reuniam para discutir os problemas do ensino. Quando existia mais de uma escola isolada ou de emergência nas fazendas, bairros ou distritos, as professoras tinham maiores possibilidades de realizar trocas de experiências, informações e conteúdos com outras docentes, porém não era em todos os locais que existiam mais de uma escola unidocente. Sendo assim, as reuniões pedagógicas eram a principal forma de sair do isolamento.

da escola da zona rural com a comunidade, viabilizar a integração do ensino regular com oportunidades de aprendizagem de noções de agropecuária para a população educacional da zona rural (SÃO PAULO, 1989, p.1)

Silva, Morais e Bof (2006) apontam que o currículo das escolas nucleadas é o mesmo das escolas urbanas. Segundo as autoras, os defensores da nucleação a veem como uma igualdade entre urbano e rural, sendo que os saberes curriculares são necessários para as duas realidades. Porém outros autores, como Capelo (2000), defendem um currículo diferenciado para as escolas rurais.

Desse modo, consideramos que a dualidade entre um currículo comum e um específico para o aluno da zona rural nunca foi superada. Como visto anteriormente, essa discussão data do início do século XX e perdura até os dias atuais.

Nos relatos das professoras entrevistadas apareceu de forma indireta os efeitos ocasionados pelo decreto n. 29.499/1989. As professoras Josefina e Amélia, narram que, a partir do ano de 1992, elas não puderam mais lecionar em escolas isoladas, pois essas escolas estavam sendo fechadas. Já a professora Margarida participou do processo de agrupamento das escolas pré-primárias isoladas no distrito de Ajapi. Esse agrupamento criou a atual Escola Municipal Laura Penna Joly:

Eu vou contar então de Ajapi, vivi praticamente o meu tempo de professora lá. Em Ajapi, começou em situação muito precária, fomos comprando o parquinho, montamos o parquinho e depois fomos para o prédio antigo da Escola José Fernandes, mas também em condições precárias. Depois foi construída a Escola Laura Penna Joly, mas começou com as escolas isoladas, os primeiros alicerces de tudo, podemos ver agora onde tudo chegou, foi muita luta, mas valeu a pena. (MARGARIDA, 2016).

Na tabela 2 podemos observar o processo de nucleação das escolas rurais no município de Rio Claro, no período que abrange de 1985, anterior ao decreto 29.499/1989, até o ano de 1992, após o decreto.

Tabela 2: Escolas Isoladas, Emergência e Agrupadas de Rio Claro (1985 a 1992)

Ano	Escolas isoladas estaduais	Escolas de emergência	Escolas isoladas municipais	Total de Escolas Unidocentes	Escola Agrupada
1985	19	3	4	26	2
1986	18	3	4	25	2
1987	18	3	4	25	2
1988	17	3	3	23	2
1989²⁶	0	10	3	13	2
1990	0	8	0	8	2
1991	0	6	0	6	4
1992	0	7	0	7	3

Fonte: Anuário Estatístico de Educação do Estado de São Paulo (1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992).

No município de Rio Claro, como no estado de São Paulo, existia um número significativo de escolas unidocentes nos anos de 1980, porém, após a implementação da reorganização e agrupamento dessas escolas no estado, os números das unidades escolares decaíram rapidamente e as escolas agrupadas e/ou nucleadas passaram a se expandir.

Sobre as escolas agrupadas rurais em Rio Claro, localizamos informações referentes à criação da Escola Agrupada Rural de Ajapi, ocorrida entre 1960 e 1970, a criação da Escola Agrupada de Batoví, ocorrida em 1981 e o fechamento das classes isoladas pré-primárias de Ajapi e Ferraz, ocorrida pela Lei n. 2.404, de 17 de abril de 1991, que criou novas escolas de educação infantil.

Atualmente o município de Rio Claro possui sete escolas localizadas na zona rural. Apenas a Escola Municipal Eng. Rubens Foot Guimarães – escola agrícola – segue um currículo com atividades específicas para o campo. No quadro 4 apresentaremos as escolas atualmente localizadas na zona rural no município de Rio Claro.

²⁶ Lei de nucleação das escolas isoladas rurais.

Quadro 4 – Escolas Rurais de Rio Claro, 2017.

Escola	Localização	Provém	Oferta Ensino
Escola Estadual Prof. José Fernandes	Distrito de Ajapi	Escola Agrupada de Ajapi que provém do agrupamento de escolas unidocentes.	Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio
Escola Estadual Prof. Oscar de Almeida	Distrito Assistência	Criada pela Lei n. 8.287, de 12 de abril de 1993.	Ensino Fundamental
Escola Municipal Prof. Benedicto José Zaine	Bairro Rural de Ferraz	Agrupamento de escolas unidocentes	Educação Infantil e Ensino Fundamental I
Escola Municipal Dennizard França Machado	Bairro Rural de Batovi	Proveniente da Escola Agrupada Rural de Batovi Prof. Victorino Machado	Educação Infantil e Ensino Fundamental
Escola Municipal João Batista Maule	Distrito da Assistência	Agrupamento de pré-escola isolada	Educação Infantil
Escola Municipal Profa. Laura Penna Joly	Distrito de Ajapi	Agrupamento de classes isoladas	Educação Infantil e Ensino Fundamental I
Escola Municipal Eng. Rubens Foot Guimarães	Distrito de Ajapi	Escola de contra turno para aprendizado de atividades agrícolas para crianças de baixa renda da zona rural.	Ensino Fundamental I e II

Fonte: Campos e Abreu (2014); Diretoria de Ensino de Limeira.

Nota-se que a escolarização na zona rural ainda está limitada a oferta dos anos iniciais do ensino fundamental. No município de Rio Claro, apenas três escolas oferecem a continuação do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e apenas uma escola tem o ensino médio. Podemos considerar que, para a elevação da escolarização da população do campo, o deslocamento até as escolas urbanas é a forma mais usual para concluir a escolarização básica.

Nas próximas seções, 4 e 5, analisaremos a formação e o trabalho docente na zona rural, através das entrevistas concedidas por cinco professoras primárias: Mariquinha, Amélia, Violeta, Margarida e Josefina.

4 MEMÓRIAS DE PROFESSORAS DE ESCOLAS RURAIS: FORMAÇÃO INICIAL E O INGRESSO NA CARREIRA DOCENTE

4.1 Formação inicial

Analisaremos nesta subseção a formação inicial das cinco professoras entrevistadas para esta pesquisa, como também os cursos de especialização e aperfeiçoamento que elas realizaram ao longo da carreira docente. As professoras Mariquinha, Amélia e Violeta frequentaram o curso normal e as professoras Margarida e Josefina a habilitação específica de 2º grau para o magistério (HEM).

Em Rio Claro, existiam três escolas normais, sendo duas escolas normais livres e uma escola normal oficial. O primeiro curso normal a funcionar no município de Rio Claro foi do Colégio Puríssimo Coração de Maria, que funcionava como Colégio desde 1909. A Escola Normal Livre foi criada no ano de 1928 e, segundo o relato da professora Mariquinha, o regimento da escola não permitia que estudassem mulheres casadas: *“Eu casei, sai do 2º ano do clássico, nasceu o nenê e também as “irmãs” do Puríssimo Coração de Maria não aceitavam alunas casadas, era só para jovens solteiras”* (MARIQUINHA, 2016).

Segundo Almeida (2016), nos anos 20 e 30 do século XX, foram implementadas as Escolas Normais Livres²⁷, principalmente no interior do estado de São Paulo. Essas instituições de formação de professores de provimento particular foram equiparadas às escolas normais oficiais pelo Decreto n. 2.269 de 31 de dezembro de 1927 (ALMEIDA, 2016, p.103-104).

A escola normal livre Puríssimo Coração de Maria permaneceu como o único curso normal na cidade de Rio Claro até o ano de 1947, quando foi criada a Escola Normal Oficial. O curso normal estadual funcionava juntamente com o Ginásio Estadual. Tanto a escola normal como o ginásio eram denominados de Joaquim Ribeiro.

O curso Normal – ainda hoje a “velha escola” – foi criado em 1947 pelo Decreto-lei n.17.110, anexo ao Colégio Estadual de Rio Claro. Apareceu 22 anos após a fundação do Instituto Joaquim Ribeiro, 117 anos após a criação da primeira Escola Normal no Brasil, em Niterói, e 19 anos após a Escola Normal Livre de Rio Claro, o mais antigo normal da cidade. (CAMARGO, 2000, p.40).

²⁷ Furtado (2007, p.2-3) evidencia que no ano de 1928 foram implementadas 13 escolas normais livres no estado de São Paulo e superava o número de escolas normais oficiais existentes no estado, que era em número de dez unidades. As primeiras escolas normais livres foram criadas nas cidades de Amparo, Araraquara, Itu, Jaboticabal, Jaú, Limeira, Lins, Lorena, Piracicaba, Ribeirão Preto, Rio Claro e uma na capital.

A professora Mariquinha formou-se professora primária na primeira turma de alunos da Escola Normal Oficial Joaquim Ribeiro, no ano de 1949. Camargo (2000) menciona que o curso normal no Ribeiro, como ainda hoje é conhecida a escola, começou com 36 alunos, dos quais seis eram homens.

Passados dez anos, a escola normal oficial transformou-se em Instituto de Educação, pela Lei n. 3.796, de 8 de fevereiro de 1957 (CAMARGO, 2000, p.50). Nos anos de 1970, com a Reforma do ensino de 1º e 2º grau, o Ribeiro deixou de oferecer o curso normal e passou a ofertar a habilitação específica de 2º grau para o magistério (HEM).

O terceiro curso normal de Rio Claro foi criado no Colégio Alem, no ano de 1952, pelo Decreto n. 21.236, de 21 de fevereiro de 1952. Nesse mesmo decreto foram autorizadas a funcionar mais quatro escolas normais livres, sendo duas na capital, uma em Presidente Prudente e uma em Araçatuba.

Almeida (2000) afirma que, na década de 1950, ocorreu uma multiplicação de escolas particulares, contrariando o ideal republicano de manter um ensino público e gratuito: “No entanto, a iniciativa de abrir escolas particulares obteve apoio de amplos setores e mesmo do próprio governo, numa forma de restringir seus gastos com educação” (ALMEIDA, 2016, p.117). Nesse período também foi implantado o curso normal noturno, que funcionava com um ano a mais que o curso diurno.

Na década de 1950, o curso normal era dividido em dois ciclos em conformidade com o estabelecido pela Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-Lei n.8.530, de 2 de janeiro de 1946). As escolas normais regionais, ou de 1º ciclo, formavam professores regentes para o ensino primário. O curso tinha duração de quatro anos e orientação variada segundo as atividades da região: agrícolas, pastoris, de mineração ou de indústria extrativa vegetal. As escolas normais, ou de 2º ciclo, formavam o professor primário. O curso tinha duração de três anos e poderia ser cursado pelos professores regentes formados ou alunos concluintes do 1º ciclo do curso secundário geral (LOURENÇO FILHO, 2001, p.80)²⁸. No entanto, como demonstrou Souza (2017), no estado de São Paulo, não foram criadas escolas normais regionais.

Em 1962, após dez anos de funcionamento, a escola normal particular Alem pediu a suspensão da autorização para o funcionamento do curso normal. A escola normal particular Puríssimo Coração de Maria e o Instituto de Educação Joaquim Ribeiro permaneceram por

²⁸ O texto original intitulado *Preparação de pessoal docente para escolas primárias rurais* foi preparado por solicitação da UNESCO, e, por essa organização, publicado em francês e em inglês, na obra intitulada *La formation professionnelle du personnel enseignant primaire*. Publicado também na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 53, p.61-104, out/dez. 1953.

maior tempo em exercício, sendo a escola normal de provimento particular extinta na década de 1980 e a habilitação para o magistério da Escola Joaquim Ribeiro extinto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/1996.

Como afirmamos anteriormente, Amélia formou-se professora primária pelo Instituto de Educação Joaquim Ribeiro, a professora Violeta formou-se pela Escola Normal Livre Alem e as professoras Margarida e Josefina pela Escola Estadual de Segundo Grau Joaquim Ribeiro.

No tópico temático Formação, indagamos se as professoras achavam que a formação inicial influenciara na prática educativa em escolas rurais. Todas as entrevistadas foram unânimes em dizer que a formação que elas tiveram nos cursos normais ou na habilitação para o magistério foi uma formação de caráter geral e sem atividades e/ou temas ligados à educação no campo.

As professoras recordam que, entre as disciplinas oferecidas pelo curso normal e pela habilitação para o magistério, a prática de ensino ou estágio supervisionado era a disciplina mais rica para se tornarem professoras, independentemente se as escolas estavam localizadas na zona rural ou na zona urbana.

A seguir, a recordação que a professora Josefina tem do tempo de sua formação no curso para o magistério:

Olha, eu acho o que me ajudou muito foi que no magistério a gente tinha uma professora excelente que chamava Marieta e no estágio ela levava a gente para as salas de aula do Ribeiro, lá também tinha o ensino fundamental. Ela [a professora] durante o estágio [...] a gente dava aula para as crianças e era supervisionado, então, ela assistia a gente dar aula e dava nota. Eu acho que isso ajudou bastante, porque não é como hoje, faz a pedagogia e não tem o contato com a sala de aula, e o magistério dava muito essa base para a gente, para estar junto as crianças, preparando aula com objetivo, tudo estruturadinho. Isso me ajudou bastante para eu estar em sala de aula quando iniciei (JOSEFINA, 2016).

De acordo com Almeida (2016), a prática de ensino ou o estágio supervisionado na formação de professores paulista foi instituído em 1890, na Reforma da Escola Normal, e tinha o intuito de *ensinar a ensinar*. A prática de observar o professor mais experiente se tornou essencial para a boa formação dos futuros professores primários. Segundo Almeida (2016), os cursos de formação de professores se utilizam até hoje dessa prática para formar professores, sendo os estágios supervisionados obrigatórios e com carga definida para cada curso de licenciatura.

Essa reforma, que pregava que o método intuitivo como base para a apropriação do conhecimento era o método por excelência, significou um grande avanço para a formação de professores, cujos reflexos ainda repercutem nos dias atuais, apesar de as Escolas Normais terem sido extintas,

assim como a formação de professores em nível médio em todo o país. (ALMEIDA, 2016, p.5)

Outro relato interessante sobre a prática de ensino foi o da professora Amélia que realizou o curso normal no Instituto de Educação Joaquim Ribeiro e uma especialização em Educação para Deficientes Mentais, na cidade de São Paulo. Sobre a sua formação no curso normal a professora narrou que tudo que fora ensinado em sala de aula ela aplicou na Escola Isolada da Fazenda São José, onde lecionou durante seis anos.

Professora Amélia também contou sobre a sua formação no curso de especialização para deficientes mentais. Naquele tempo, década de 1970, existiam poucos professores para lecionarem em sala para crianças “especiais”. Ao ingressar no segundo ano do curso de especialização, a professora realizava meio período de formação e meio período de estágio.

Esse estágio contava como tempo de serviço, porque a professora ministrava aula conjuntamente com a prática de ensino:

Fiz um ano intensivo, integral na verdade e no segundo [ano] eu já comecei a fazer meio período e dava aula. Assim, então, eu fui minha professora e minha estagiária. Naquela época não tinha professora [para as classes de deficientes mentais] (AMÉLIA, 2017).

Professora Margarida, que realizou a habilitação específica de 2º grau para o magistério (HEM), apontou que a sua formação inicial auxiliou pouco em sua prática em escolas isoladas. A docente afirma que aprendeu no dia-a-dia das escolas: “*Olha, ela auxiliou assim, um pouco, mas eu fui aprender no dia-a-dia*” (MARGARIDA, 2016).

Observa-se que todas as professoras entrevistadas tinham uma formação inicial para lecionar em escolas primárias ou em escolas de 1º grau. Com exceção da professora Mariquinha, que tinha apenas o curso normal, as outras professoras também cursaram especialização ou aperfeiçoamento e, posteriormente, a licenciatura em Pedagogia.

Dados levantados sobre o nível de formação dos professores das escolas primárias no estado de São Paulo apontam que o número de docentes leigos no estado era relativamente baixo. No ano de 1958, havia 35.783 professores, sendo 33.254 professores normalistas e 2.529 professores não normalistas (BRASIL, 1958, p. 6-11)²⁹. Em 1959, os dados assinalavam a existência de 45.721 professores, sendo 44.461 professores normalistas e 1.263 professores não normalistas (BRASIL, 1961, p. 358).

²⁹ Sobre esses dados ainda podemos informar que existiam: 28.295 professores normalistas estaduais; 39 professores não normalistas estaduais; 4.284 professores normalistas municipais; 235 professores não normalistas municipais; 675 professores normalistas escolas particulares; 2.255 professores não normalistas de escolas particulares (BRASIL, 1958, p. 6-11).

O alto índice de professores formados estava relacionado com o elevado número de estabelecimentos de formação de professores existentes no estado de São Paulo. No quadro 5 podemos observar o número de escolas normais existentes no estado no período de 1951 a 1970.

Quadro 5 – Número de Escolas Normais no estado de São Paulo, de 1951 a 1970

Ano	Número de Escolas Normais
1951	135
1954	222
1960	267
1962	267
1964	296
1969	461
1970	450

Fonte: Lourenço Filho (2001, p.82); Sinopse Estatística Ensino Médio (1954;1962;1964) Anuário Estatístico do Brasil (1962;1969;1970)

Entendemos que esses altos índices de escolas normais refletiram na formação dos professores em épocas posteriores. Como observamos no quadro 4, o número de escolas normais no estado de São Paulo era elevado e, mesmo não possuindo dados das unidades escolares em décadas posteriores, podemos afirmar que o estado permaneceu com porcentagens altas de professores formados.

Segundo Barretto (1986), nos anos 80 do século XX, praticamente não existia professores leigos no estado de São Paulo. Ele ainda afirma que mais da metade dos docentes rurais tinham formação universitária e especializações, como constatamos com as professoras entrevistadas:

Mais do que isso. Em verdade, mais de metade dos professores paulistas lecionando em área rural têm formação universitária, além do que, em algumas regiões, há grande número deles com curso de especialização, aperfeiçoamento ou pós-graduação ligados ao magistério, como indicam pesquisas sobre o tema. (BARRETTO, 1986, p.15)

Podemos perceber na tabela 3 a elevação do nível de formação do pessoal docente das escolas multisseriadas do estado de São Paulo na década de 1980, como afirma Barretto (1986).

Tabela 3 – Nível de formação do pessoal docente das escolas multisseriadas – déc.1980 estado de São Paulo

Formação/Ano	1980	1982	1986	1987	1989
Formação 1º Grau	18	26	14	17	19
Formação 2º Grau (magistério)	4.824	5.785	5.515	6.073	5.195
Outra formação	207	31	---	---	---
Licenciatura	6.370	6.809	5.621	4.709	1.974
Outra formação	300	178	---	---	---

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo (1979; 1981; 1985; 1986; 1989).

Ao observar a tabela 3, podemos concluir que a afirmação de Barretto (1986) se confirma, uma vez que há um número muito pequeno de professores leigos (1ª a 4ª série) e um alto número de docentes com formação específica para o magistério e a licenciatura. Assim, entendemos que as professoras de escolas rurais de Rio Claro tinham nível elevado de formação, mesmo que essa formação fosse de caráter geral e sem especificações para as atividades educacionais ligadas ao campo.

4.1.1 Formação de professores das escolas rurais

Após analisar a formação inicial das cinco professoras entrevistadas, constatamos que elas não tiveram uma formação específica para lecionar em escolas rurais, contudo essa situação era muito peculiar no estado de São Paulo.

Segundo Lourenço Filho (2001), existiam no Brasil, no ano de 1951, 546 estabelecimentos de ensino normal, dos quais 434 escolas normais de 2º ciclo e 112 escolas normais regionais de 1º ciclo. Na tabela 4 podemos observar a distribuição desses estabelecimentos nos estados, territórios e no distrito federal.

Tabela 4 – Distribuição das Escolas Normais e Cursos Normais Regionais pelos Estados, Territórios e Distrito Federal em 1951.

	Cursos Regionais	Escolas Normais	Total
Alagoas	2	4	6
Amazonas	6	4	10
Bahia	2	12	14
Ceará	12	12	24
Espírito Santo	1	13	14
Goiás	6	16	22
Maranhão	1	1	2
Mato Grosso	-	3	3
Minas Gerais	9	124	133
Pará	2	4	6
Paraíba	8	8	16
Paraná	8	16	24
Pernambuco	9	11	20
Piauí	1	4	5
Rio Grande do Norte	-	2	2
Rio Grande do Sul	2	27	29
Rio de Janeiro	-	20	20
Santa Catarina	38	12	50
São Paulo	-	135	135
Sergipe	2	2	4
T. do Acre	2	2	4
T. do Amapá	1	-	1
t. do Guaporé	1	1	2
t. do rio Branco	1	-	1
Distrito Federal	-	11	11
Totais	112	434	546

Fonte: Lourenço Filho, 2001, p.82.

Ao analisar a tabela 4, observa-se que, em 1951, em alguns estados brasileiros, havia apenas as escolas normais de 2º ciclo (Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, São Paulo e o Distrito Federal). Dos estados que apresentavam os cursos regionais, Santa Catarina e o Ceará tinham o maior número de unidades escolares regionais.

As Escolas Normais Rurais ou Cursos Normais Regionais foram instituições que tinham como objetivo principal formar professores primários para lecionarem na zona rural. Almeida

(2007), Araújo (2011), Sangenis e Considera (2013) explicam que essa formação específica para as escolas rurais visava a auxiliar na prática docente, como também fixar o homem ao campo e cultivar o amor à terra, colocando a figura do professor como um missionário, redentor e salvador da pátria.

A primeira instituição desse tipo criada no Brasil foi a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, no estado do Ceará, no ano de 1934. Araújo (2011), em seu artigo *Educação rural e formação de professores no Brasil: gênese de uma experiência pioneira*, expõe que, na década de 1930, as primeiras iniciativas de cursos normais rurais foram influenciadas pelas ideias nacionalistas e ruralistas contra o modelo de professor citadino.

Com uma proposta curricular diferenciada para a formação docente, os cursos normais rurais apresentavam diversas disciplinas específicas para o campo. Por exemplo, no estado do Rio Grande do Sul, nas décadas de 1950 e 1960, havia várias disciplinas de educação rural no curso normal rural existente nesse estado. Dentre as disciplinas estavam: sociologia rural, psicologia do homem rural, higiene rural, recreação para a zona rural, economia rural doméstica, português, matemática, ciências naturais, geografia geral e do Brasil, história geral e do Brasil, administração escolar, biologia geral e educacional, cultura artística, agricultura especial, didática e prática do ensino primário rural, história e filosofia da educação, agricultura geral, zootecnia especial, física e química aplicadas à agricultura, zootecnia geral, moléstias dos animais domésticos, horticultura, puericultura e primeiros auxílios, práticas agrícolas, zootécnicas e de oficinais, indústrias rurais, educação física, práticas agrícolas e de indústria, economia e administração rural, música e canto (ALMEIDA, 2007, p. 105-106)

Assim, coerentes com o objetivo de formar professores/as que iriam lecionar no meio rural, os currículos das Escolas Normais Rurais procuravam oportunizar o contato com saberes próprios dessa realidade, ou seja, uma formação docente rural exigia que o/a aluno/a se apropriasse de conhecimentos que extrapolavam as necessidades profissionais do magistério urbano. (ALMEIDA, 2007, p.106).

Segundo Souza-Chaloba (2017), o caso do estado de São Paulo se diferencia das outras regiões do país. No século XX, existiram dois modelos de formação para professores rurais paulistas: os cursos de especialização, defendidos pelos apoiadores da escola comum, e a Escola Normal Rural em nível de 2º ciclo, idealizada pelos ruralistas.

Os cursos de especialização para formar professores rurais³⁰, no estado de São Paulo, foram implementados pelo diretor geral do ensino, Almeida Junior, na década de 1930. A justificativa do então diretor geral do ensino era que a criação de escolas normais rurais não atenderia de imediato as escolas isoladas que necessitavam com urgência desses professores. Como no estado já havia muitas escolas normais, o necessário seria especializar os professores formados (SOUZA-CHALOPA, 2017, p.189-190).

Souza-Chaloba (2017) aponta que esses cursos de especialização para formar professores rurais deveriam ser breves, com duração de três ou quatro meses, com aulas diárias teóricas e práticas, abrangendo as matérias e atividades essenciais ao professor rural, compreendendo higiene rural, cuidados corporais, sociologia rural e educação rural propriamente dita.

A instalação de uma instituição específica para formar professores rurais no estado de São Paulo ocorreu somente em 1956, com a implantação da Escola Normal Rural de Piracicaba³¹, de caráter experimental e que funcionou por um curto período de tempo. Portanto pode-se dizer que a formação para professoras rurais no estado de São Paulo foi pouco efetiva, predominando os cursos normais de 2º ciclo e posterior habilitação para o magistério, cujo currículo não diferenciava escola urbana e rural. No município de Rio Claro, cidade em que as professoras entrevistadas lecionaram, não constatamos informações sobre cursos específicos para formar professoras para a zona rural.

Mesmo não tendo uma efetiva formação para professores rurais no estado de São Paulo, podemos demonstrar que as professoras investiam na sua formação, realizando cursos de especialização e aperfeiçoamento.

Realizada a formação inicial, nos cursos normais ou na habilitação para o magistério, as professoras ingressavam na carreira docente. No próximo item, apresentaremos quais foram as formas de recrutamento das professoras para lecionarem em escolas estaduais e municipais do estado de São Paulo.

³⁰ Os primeiros cursos de especialização para a formação de professores rurais em São Paulo foram oferecidos pela Escola Normal Livre de Santa Rita do Passa Quatro e pela Escola Oficial de São Carlos no ano de 1936. (SOUZA-CHALOPA, 2017, p.190 apud EDUCAÇÃO RURAL..., 1936).

³¹ Segundo Souza-Chaloba (2017), a história da Escola Normal de Piracicaba necessita de estudos aprofundados. Em seu artigo *A formação dos professores primários rurais no estado de São Paulo (1930-1971)* ela aponta apenas indícios da implementação da escola normal no município de Piracicaba.

4.2 Ingresso no magistério público

As formas de recrutamento para o ingresso na carreira docente das cinco professoras entrevistadas se deram de diferentes formas. Mariquinha e Josefina iniciaram como professoras substitutas, Violeta como professora regente de escola rural, Margarida como professora na zona urbana e Amélia como estagiária em escola para deficientes mentais. Aqui, analisaremos os diferentes meios para ingressar na carreira docente.

No período delimitado para esta pesquisa, 1950 a 1992, localizamos diferentes formas de ingresso no magistério público primário no estado de São Paulo. Entre as formas de recrutamento, destacamos os concursos de títulos e os concursos de provas e títulos.

Segundo Alcântara (2012), os concursos de ingresso no magistério no estado de São Paulo foram instituídos pelo código de educação de 1933. Nesses concursos poderiam se inscrever professores normalistas diplomados por escolas normais do Estado, ou por escolas normais equiparadas, com idade entre 18 e 45 anos. Para classificar os candidatos, levava-se em conta: média geral de psicologia e pedagogia, tempo de exercício como professor efetivo ou substituto e duração do curso da escola onde se diplomaram (ALCÂNTARA, 2012, p.293).

Para a inscrição no concurso, que era realizado através de títulos, os candidatos não poderiam ser estrangeiros e deveriam estar quites com o serviço militar, caso o candidato fosse do sexo masculino. Entre os documentos estavam: atestado de exercício docente, pública forma do diploma, certificado da média geral das notas, certidão de nascimento, declaração de quitação com o serviço militar e laudo de inspeção de saúde (SÃO PAULO, 1949, p.1).

Ao analisarmos o Livro de Concursos de Professores Pré-Primário e Primário do Município de Rio Claro, localizamos informações relevantes para a discussão do ingresso no magistério público primário. Entre elas podemos destacar o primeiro edital, aberto em 1961, cujo concurso Mariquinha se inscreveu para concorrer a uma vaga de professora em escola municipal rural.

Prefeitura Municipal de Rio Claro

Edital

Concurso para provimento de escolas municipais rurais de Rio Claro.

De ordem do senhor Prefeito Municipal, tomo público que se acha aberto o Concurso de Ingresso ao Magistério Municipal, nos termos da Lei municipal nº 29, de 5 de julho de 1948, combinada com a legislação estadual, correspondente, para preenchimento das vagas existentes das escolas municipais rurais, de Rio Claro, A inscrição deverá ser feita na Prefeitura Municipal, das 14 às 16 horas, do dia 19 a 31 de janeiro de 1961.

Somente poderão inscrever-se os professores habilitados para o magistério e que se apresentarem munidos os seguintes documentos:

- a) requerimento de inscrição, selado (selo municipal), com firma reconhecida, dirigido ao senhor Prefeito Municipal;
- b) pública forma do diploma;
- c) atestado das médias de psicologia e pedagogia, caso as mesmas não constem dos diplomas;
- d) laudo de saúde, com firma reconhecida fornecido pelo Serviço de Saúde Escolar ou Departamento de Saúde e suas dependências interior;
- e) atestado de exercício passados por autoridades estaduais ou municipais, na forma estabelecida para os concursos estaduais;
- f) prova de ter votado nas últimas eleições;

Por designação do exmo. Sr. Professor Oscar Rangel de França, D.D. Delegado Regional do ensino local, presidirá os trabalhos do concurso, o Professor Oscar M. Machado, que prestará aos interessados os esclarecimentos necessários.

Ficam pelo presente Edital, ora postas em concurso para provimento, as seguintes escolas municipais rurais:

Escola Mista Municipal Rural do Bairro dos Lopes;
Escola Mista Municipal Rural do Bairro do Simão;
Escola Mista Municipal Rural do Bairro Antonello;
Escola Mista Municipal Rural da Fazenda São João da Lapa;
Escola Mista Municipal Rural da Fazenda Boa Vista;

Rio Claro, 14 de janeiro de 1961

a) Humberto Monaco
Diretor geral do Departamento de
Administração

Visto:

a) Francisco Scarpa
Prefeito Municipal

Nesse concurso inscreveram-se 70 professores para concorrer a cinco vagas. A lista dos candidatos foi dividida em “aperfeiçoamento”, com um total de 30 candidatos, e em “comum”, com 40 candidatos inscritos. Na lista “aperfeiçoamento”, o primeiro colocado obteve 1.945,2 pontos e a última colocação, 342,5 pontos. Na lista “comum”, a primeira colocação obteve 3.738,8 pontos e a última colocação, 276,3 pontos.

A nomeação das professoras para as cinco escolas rurais foi intercalada entre os candidatos classificados em “aperfeiçoamento” e “comum”, sendo a primeira professora a ser nomeada do “aperfeiçoamento” e a segunda professora nomeada do “comum” e assim por diante até completar as vagas existentes.

Professora Mariquinha candidatou-se a uma das cinco vagas existentes para professores primários municipais em escolas rurais. Conforme o regulamento do concurso, Mariquinha apresentou todos os documentos exigidos. Inscrita na lista “comum”, pois não tinha o certificado do curso de aperfeiçoamento, Mariquinha contabilizou 3.738,8 pontos, ficando em primeiro lugar de sua lista. No quadro 6 podemos observar quais critérios a professora pontuou.

Quadro 6 – Pontuação da Profa. Mariquinha - 1961

Tempo Exercício			S.E.A	Orfeão e ginástica	Promoção	Tempo de formatura	Média do diploma	Notas de Psicologia e Pedagogia
Escolas municipais urbanas	Classe 2º estágio	Escola 1º estágio	890,6	0	496,5	100,0	44,8	349,6
129,3	1.204,0	524,0						

Fonte: Livro de Concurso de professores pré-primário e primário de Rio Claro (1961).

A pontuação no tempo de exercício era assim determinada: nove pontos por mês como professor ou substituto em escola municipal urbana e distritais, doze pontos por mês como professor ou substituto de escola ou classe estadual de 2º e 3º estágio e 30 pontos por mês como professor ou substituto de escola ou classe estadual de 1º estágio ou de escola municipal rural (SÃO PAULO, 1949, p.1).

Segundo o Anuário Paulista de Educação (1968), até o ano de 1961, as escolas públicas no estado de São Paulo eram classificadas em 1º, 2º e 3º estágio, sendo assim definidas:

- 1 – são de 1º estágio as localizadas a mais de dois quilômetros da parada ferroviária ou da rodoviária, com uma condução diária, pelo menos, em cada sentido;
- 2 – são de 2º estágio as localizadas em lugares servidos por estrada de ferro ou rodovia, ou distantes até dois quilômetros daqueles, com uma condução diária, pelo menos, em cada sentido, excetuadas as referidas no número seguinte;

3 – são de 3º estágio as localizadas dentro dos perímetros urbano e suburbano das sedes dos municípios da Capital, Campinas, Santos, Santo André, São Vicente (SÃO PAULO, 1968, p. 39-40).

Após 1962, as escolas passaram a ser classificadas apenas como urbanas, distritais e rurais, não influenciando mais na carreira docente: “[...] a classificação das unidades escolares em estágios não tem mais qualquer efeito na carreira do professor primário, tanto para ingresso como para remoção” (SÃO PAULO, 1968, p.40).

No dia 9 de fevereiro de 1961, foi publicado o edital de convocação dos professores primários para a escolha das cinco escolas municipais rurais e após seis dias, em 15 de fevereiro, foi publicada a ata de escolha das escolas municipais rurais. Os professores classificados deviam comparecer ao Grupo Escolar Marcelo Schmidt e, caso ocorresse desistências, o próximo da lista teria o direito de escolha.

Professora Mariquinha, sendo a primeira colocada na lista “comum”, escolheu a Escola Mista Municipal Rural do Bairro do Simão. Conforme narrado na entrevista concedida pela docente, ela menciona a Escola do Bairro do Simão como uma das escolas em que lecionou na zona rural.

No ano de 1962, foi publicada uma nova lei que regulamentava o concurso de ingresso e reingresso no magistério público primário no estado de São Paulo. As principais mudanças estavam na preferência de escolha para as escolas isoladas e classes de grupo escolar localizados no meio rural pelos docentes diplomados pela Escola Normal Rural Prof. José de Melo Moraes e a transformação gradativa do concurso de títulos para concurso de provas e títulos (SÃO PAULO, 1962, p.2).

As outras professoras entrevistadas também assinalam que ingressaram no magistério através de concurso de títulos ou indicação. A professora Violeta mencionou que, ao concluir o curso de formação de professores na Escola Normal Livre Alem, em dezembro de 1961, com 18 anos, precisava trabalhar, então, no ano seguinte, mudou-se para Panorama³², onde iniciou a docência em escola rural:

Eu fiz 18 anos em dezembro e me formei em dezembro [1961]. Eu precisava trabalhar, fui embora porque havia poucas escolas públicas na época [referência ao município de Rio Claro]. A escola não era tão democrática quanto é hoje, então fui embora para Panorama, onde peguei uma classe para o ano inteiro por causa da minha nota. Antigamente contava a nota de didática e acho que era de psicologia também, então peguei uma classe para o ano inteiro em Panorama. Pegava o trem aqui em Rio Claro às 9h da noite [domingo] e chagava em Panorama no outro dia de manhã. (VIOLETA, 2016).

³² Município do estado de São Paulo localizado na região de Presidente Prudente.

A professora Violeta permaneceu em Panorama por dois meses, retornou para Rio Claro após contrair maleita. Ao retornar, conseguiu uma vaga como professora substituta em um grupo escolar.

Conforme a Consolidação das Leis de Ensino do Estado de São Paulo, aprovada no ano de 1947, a professora substituta deveria comparecer ao estabelecimento de ensino 15 minutos antes do início da aula, permanecer no estabelecimento auxiliando as professoras e o diretor e desempenhar todas as atribuições das professoras primárias.

Com essa substituição, as professoras marcavam pontos e poderiam no próximo ano escolher uma escola para lecionar, depois de participarem do concurso de ingresso e reingresso no magistério público. A professora Violeta relembra que

Consegui uma substituição efetiva, que na época você ia na escola e marcava ponto, você não tinha classe, marcava ponto para ver se no próximo ano pegava alguma sala de aula, eu fui para o Grupo Escolar da Vila Indaiá. (VIOLETA, 2016).

Professora Mariquinha também narrou que lecionou como professora substituta e discorreu sobre a pontuação que era atribuída aos professores substitutos, sendo doze pontos ao mês para substituição em escola urbana e 30 pontos ao mês se substituísse em escolas localizadas na zona rural.

Após lecionar como professora substituta, Violeta foi lecionar em escolas da zona rural de Rio Claro. Em suas memórias a docente descreveu que naquele tempo não havia concurso público de provas e títulos, e que procurou um vereador da cidade para ajudá-la a ingressar em uma escola.

Só que naquele tempo não era concurso, eu entrei em contato com o Silas Bianchini, ele era vereador, já falecido, enquanto ele não arrumou uma escola para eu lecionar não sosseguei. Ele reabriu essa escola [Bairro da Boa Vista] que estava fechada por falta de professor, era um lugar que não tinha condução e ele abriu essa escola para que eu fosse começar a trabalhar e, o dono do sítio, onde ficava a escola, se comprometeu a me dar pensão de graça. O dono vinha me buscar na segunda-feira de manhã e eu passava a semana na casa dele e voltava sábado à tarde com aquela carroça de roda de ferro. Eu tinha a 1ª, 2ª e a 3ª série, fiquei lá na Boa Vista, fiquei lá uns seis ou sete meses (VIOLETA, 2016).

Contudo, como analisamos, havia o concurso para ingresso no magistério público primário. O caso da professora Violeta pode se enquadrar no Decreto municipal n. 671, de 19 de outubro de 1961, que determinou que, a partir do ano de 1962, todas as escolas municipais urbanas, distritais e de ensino pré-primário criadas e mantidas pelo município, seriam providas

por professores interinos (RIO CLARO, 1961, p.1), isto é, não necessitava de concursos, apenas da nomeação para o cargo.

Em suas memórias, professora Margarida também mencionou que, ao ingressar no magistério primário, não prestou nenhum concurso de provas, mas utilizava-se dos pontos dos cursos que as professoras realizavam na época:

Não foi concurso. Era assim, fazíamos os cursos, pedagogia naquele tempo que comecei a dar aula no meio rural não era exigido, somente o magistério. Tínhamos que fazer muitos cursos para fora, porque contava o tempo de serviço e as especializações. (MARGARIDA, 2016).

As professoras Amélia, Violeta e Josefina não ingressaram no magistério primário por meio de concurso público de provas e títulos, porém essas professoras reviveram em suas memórias que, após um tempo no magistério, prestaram o concurso público de provas e títulos e passaram a ser professoras efetivas estaduais ou municipais.

A lei federal n. 5692/1971, que reorganizou o ensino de 1º e 2º graus, estabeleceu em seu artigo 34 que a admissão de professores e especialistas no ensino oficial de 1º e 2º graus, far-se-ia por meio de concurso público de provas e títulos. A lei complementar n. 114, de 13 de novembro de 1974, que institui o Estatuto do Magistério Público do estado de São Paulo, também previa no artigo 15 o concurso público de provas e títulos.

Na lei complementar n. 444, de 27, de dezembro de 1985, a seção III trata da realização dos concursos públicos para o provimento dos cargos no quadro do magistério público. Assim determina os artigos 13, 14, 15 e 16:

Artigo 13 – O provimento dos cargos da série de classes de docentes e das classes de especialistas de educação da carreira do Magistério far-se-á através de concurso público de provas e títulos.

Artigo 14 – O prazo máximo de validade do concurso público será de 4 (quatro) anos, a contar da data de sua homologação.

Artigo 15 – Os concursos públicos, de que trata o artigo 13, desta lei complementar, serão realizados pela Secretaria de Estado da Educação.

Artigo 16 – Os concursos públicos reger-se-ão por instruções especiais que estabelecerão:

I – a modalidade do concurso;

II – as condições para o provimento do cargo;

III – o tipo e conteúdo das provas e a natureza dos títulos;

IV – os critérios de aprovação e classificação;

V – o prazo de validade do concurso;

VI – a porcentagem de cargos a serem oferecidos para provimento mediante acesso, se for o caso. (SÃO PAULO, 1985, p.3)

O ingresso na carreira do magistério público, estadual ou municipal mantém-se, até o momento, com a realização de concursos de provas e títulos. Entre os títulos aceitos estão: cursos de pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu. Porém, no transcorrer deste item,

observamos que os primeiros concursos de ingresso no magistério priorizavam a experiência (tempo de serviço) e a formação do professor. Ao longo do tempo as formas de recrutamento se modificaram, valorizando mais o conhecimento técnico e o domínio de conteúdos comprovados em provas.

Na próxima seção, abordaremos as memórias das professoras entrevistadas, no momento em que vivenciaram o trabalho docente no cotidiano das escolas rurais.

5 MEMÓRIAS DE PROFESSORAS DE ESCOLAS RURAIS: PRÁTICAS EDUCATIVAS, FORMAÇÃO EM SERVIÇO, CONDIÇÕES DE TRABALHO E A RELAÇÃO COM O MEIO RURAL

5.1. Práticas educativas

Na primeira metade do século XX foi determinado pela legislação educacional vigente na época (Código de Educação de 1993 e a Consolidação das Leis de Ensino de 1947), para as escolas rurais, um currículo simples e com o objetivo de ensinar a ler, a escrever, a contar, a cultivar hábitos de higiene e fixar o homem ao meio rural. Entre as disciplinas ofertadas destacamos: linguagem oral e escrita, aritmética e geometria, história, geografia, ciências, trabalhos manuais, desenho, canto, ginástica e educação moral e cívica. Em muitas escolas rurais a oferta de ensino se limitava até o 3º ano/série.

Ao contar suas memórias, as professoras lembraram de momentos significativos e marcantes, como também das dificuldades ao desenvolver o conteúdo com os alunos das escolas rurais. A professora Mariquinha se recordou das atividades de linguagem e da falta de condições adequadas para o estudo das crianças rurais:

Olhava a gravura e fazia um texto, tinha que primeiro começar com a alfabetização, tirar e procurar no quadro seis palavras que tinha a sílaba BA, então, por exemplo, tinha cachorro, mas não tem a sílaba BA, era difícil, a criança da roça não conseguia fazer. [...] A gente colocava os do 1º ano, era difícil, porque naquela ocasião a classe mais trabalhosa que tínhamos era o 2º ano, tínhamos que ensinar a fazer problemas com mais de uma operação, tínhamos que ensinar linguagem e composição para dissertar história em cima de uma gravura, mesma coisa da cidade, não tinha diferença [...] (MARIQUINHA, 2016).

Professora Josefina também narrou sobre os conteúdos curriculares e a utilização dos livros didáticos em classes multisseriadas:

Olha, tinha os livros didáticos, e eu precisava desses materiais, porque a lousa não vencia, então eu me apoiava bastante nos livros, tinham os livros que vinham do Estado na época, e assim, as principais matérias eram, português, matemática, história, ciências e geografia, então o básico eu tinha que cumprir, entendeu, então eu me apoiava bastante nos livros, principalmente para os maiores, 3º e 4º ano, e dava certo explicava a matéria como hoje (JOSEFINA, 2016).

Na 3º EEPG (Isolada) da Fazenda São José, a professora Amélia destacou que ensinava os hinos pátrios e sobre o povo brasileiro aos alunos. A docente também salientou que os ensinamentos que passava para as crianças as transformavam e eram propagados em suas casas.

[...] na escola isolada eu levava o hino nacional, os hinos pátrios, fazia cantar tudo direitinho, ensinava como é que era nossa gente. Eu via a transformação daquelas crianças, elas cresciam aos meus olhos e todo mundo notava quando chegava em casa a novidade era tanta, tão boa que eles ouviam e passavam para os pais. Então eu não educava só a criança, eu educava o pai, a mãe, os irmãos também. Era uma mudança geral e isso que é educar na minha opinião (AMÉLIA,2017).

As professoras narram que o ensino ministrado na zona rural não era diferente do ensino ministrado na zona urbana. A grande diferença para elas estava nas condições que os alunos tinham para frequentar a escola, como salientou a professora Mariquinha: *“[...]as condições deles inclusive física era enxergar de noite à luz da vela, fazer lição, não dava, não combinava, eles acabavam dormindo à luz da vela” (MARIQUINHA, 2016).*

Indagadas sobre as atividades pedagógicas que desenvolviam nas escolas rurais, as professoras buscaram esclarecer que a organização das escolas isoladas era diferente das escolas que conhecemos. A professora Mariquinha, por exemplo, constantemente dizia que estava falando de escolas rurais, detalhando a disposição da sala de aula, mas pouco falou sobre como desenvolvia os conteúdos com os alunos.

Todas as professoras narraram que separavam os alunos em fileiras e que cada fileira representava um ano/série. A lousa também era dividida ou, quando houvesse na escola mais de uma, os alunos ficavam organizados conforme a disposição das mesmas: *“[...] as crianças que eram da 1ª e 2ª série ficavam no fundo da classe virada para uma lousa, os demais virados para cá para a outra lousa” (AMÉLIA, 2017).*

No arquivo público de Rio Claro, localizamos uma carta de uma ex-aluna da Escola Mista da Cervejaria Caracu (escola isolada urbana). Nessa carta, a ex-aluna relatou algumas lembranças dessa escola e descreveu como a professora organizava a sala de aula com os diferentes anos do ensino primário.

Bom dia! Não estarei em Rio Claro, no dia 16/09, então vou pôr no papel, o que me lembro da “Escolinha da Caracu” ou “Escola Dona Joaquina de Cunto Scarpa”.

A primeira escola funcionou na av. quatro (4), entre ruas (6) seis e (7) sete. A professora, Dona Marisia, ensinava as primeiras letras a um grupo de crianças, cujos pais eram empregados da “Caracu”. Com o aumento de alunos, a escolinha passou para uma casa maior, na rua (8) oito, esquina com av. quatro (4), ao lado da cooperativa de produtos alimentícios e de higiene [...]³³.

As classes ficavam no andar de cima, enquanto, no primeiro andar, funcionava uma farmácia exclusiva para as famílias dos empregados. Dr. Nicolino Mazziotti era o clínico que cuidava de todos: crianças e adultos da “Caracu” (era a maneira como chamávamos a indústria de cerveja e refrigerantes).

Dona Marisia dividia a sala de aula em seis fileiras, assim dispostas: (2) duas fileiras de carteiras com alunos do 1º ano; (2) duas fileiras, com alunos do 2º ano e (2) duas fileiras, com alunos do 3º ano. Quando passei para o 4º ano, deixei a escolinha e fui para outro estabelecimento de ensino, onde tive notas excelentes, graças ao empenho e carinho de Dona Marisia (S.M.D.G, s/data).

Fonte: Arquivo Público e Histórico de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadado”.

Professora Margarida, que lecionou em escolas pré-primárias e nas séries iniciais do 1º grau em escolas isoladas, recordou como distribuía as crianças e como passava as atividades curriculares:

Eu dividia as mesinhas em três partes, pré I, II e III. Enquanto eu passava a parte de coordenação motora fina para uma turma, dava joguinho para as outras. Geralmente dava uma atividade e depois invertia. Dava coordenação motora e depois passava desenho. Antigamente era difícil, havia 30 alunos em uma sala da zona rural, tudo dividido em mesinhas (MARGARIDA, 2016).

Professora Josefina discorreu sobre a divisão da lousa em classes multisseriadas:

Então, a gente dividia, então eles também iam se adaptando com a situação, então, gente aqui é primeiro ano essa lousa vai ser para eles a gente vai ter que se organizar, e era assim, tinha uma lousa do lado, lembro que tinha uma escola que tinha uma lousa lateral. Então eu virava as crianças, a gente organizava a sala conforme a necessidade do momento, se fosse uma roda de conversa todos participando, conforme a necessidade da aula, do momento (JOSEFINA, 2016).

Fica evidente que a organização dos alunos em anos/séries nas escolas rurais determinava a forma como as professoras desenvolviam as práticas educativas. Separados em anos/séries, ou reunidos, as docentes conseguiam transmitir os conteúdos obrigatórios.

³³ A carta foi localizada no Arquivo Público e Histórico do município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadado”, porém faltam alguns trechos.

Além dos conteúdos, a utilização dos livros didáticos também era uma orientação dos inspetores de ensino/supervisores pedagógicos. Na visita realizada na Escola Mista da Estação de Camacua, no dia 15 de fevereiro de 1978, o supervisor pedagógico orientou a professora dessa escola a aderir o uso do livro didático para a classe. Como visto anteriormente, a professora Josefina baseava as suas aulas no livro didático e a professora Violeta também comentou que utilizava material didático:

O material didático era giz, lousa, apagador e livro didático muito pouco, só o livro de leitura, o resto você ensinava, mas você escolhia o que queria ensinar. Então escolhia as coisas básicas e ensinava. As quatro operações eles sabiam, tabuada, sabiam, eles sabiam, porque vocês hoje divagam muito e as coisas essenciais mesmo ficam de fora, não é? (VIOLETA, 2016).

Assim como os livros didáticos, a horta escolar também tinha orientação dos agentes administrativos para o seu cultivo nas reuniões pedagógicas e nas visitas desses agentes.

Aproveitando a semana da alimentação escolar, o professor deverá iniciar a campanha da horta, visando esclarecer à criança quanto à boa alimentação. Deverá também, juntamente com os alunos, plantar flores que servirão para embelezar sua escola³⁴.

Encontrei a classe entregue a atividade de jardinagem, pelo que constatei a louvável iniciativa da professora no sentido de despertar, nos alunos, o amor às plantas e o respeito à natureza³⁵.

Assisti ao funcionamento da merenda escolar, constituída, hoje, de leite, para cujo preparo a Sra. Profa. conta com a colaboração de uma vizinha, prestimosa mãe de aluno.³⁶

Sobre a criação da horta escolar na 3ª EEPG (Isolada) da Fazenda São José a professora Amélia lembrou:

Exatamente isso, a escola já estava pintada, a lousa, a porta bonitinha. As crianças haviam feito um jardim e depois eles fecharam com cerca, e eu escolhi um dia por semana para as crianças [...] para nós fazermos a horta da escola. Fizemos a horta, alface, jiló, berinjela, um monte de coisas, espinafre que eu levava de saco para o administrador, todo mundo comia, então essa foi a primeira arrancada, a minha escola ficou a mais bonita (AMÉLIA, 2017)

A horta escolar não servia apenas como uma prática educativa, mas também como alimento para as crianças na hora da merenda. Professora Josefina narrou que a merendeira da

³⁴ Livro de Ata de Reuniões Pedagógicas das Escolas Isoladas do município de Rio Claro. Reunião pedagógica realizada em março de 1965.

³⁵ Termo de visita da Escola Mista da Estação de Camacua, 13. maio.1977.

³⁶ Termo de visita da Escola Mista da Estação de Itapé, 26. maio.1976.

escola auxiliava nos cuidados com a horta, como também buscava subsídios para manter a pequena plantação nos sítios vizinhos.

Tinha a horta que a merendeira ajudava a cuidar. Como havia bastante água, tinha um poço e uma bomba que jogava água na caixa, a água era farta na escola, e a gente tinha a hortinha sim. Então a gente escalava as crianças que iam cuidar da horta, plantava alface, rúcula, essas plantinhas que crescem rápido, a gente tinha a hortinha sim, tinha bastante esterco porque tinha o gado perto, então tinha o Senhor que tinha sítio e ele sempre ajudava, então nós mantínhamos uma horta que eles tinham a salada (JOSEFINA, 2016).

Sobre a visita dos supervisores escolares e a observação da construção e cultivo da horta escolar, a professora Amélia relembrou que os supervisores escolares não eram de elogiar o trabalho das professoras, mas que eles sabiam das mudanças que elas proporcionavam para as escolas e os alunos na zona rural. Sobre o assunto a professora discorreu:

Sabe, eles não eram de elogiar, eles achavam que se elogiasse a professora ficava..., eu nunca fiz para me sentir a melhor e a maior, eu fiz porque acreditava no meu trabalho, acreditava que aquilo ia render frutos, não para mim, eu não iria ganhar nada com aquilo, mas os supervisores iam e eu mostrava a horta, eles já conheciam a escola, eles conheciam a diferença antes e depois, então eles diziam, nossa que beleza, posso levar um pouco professora? (AMÉLIA, 2017).

Como mencionado anteriormente, as professoras não narram muitos fatos sobre os conteúdos curriculares. Em suas memórias a divisão da sala de aula em fileiras por nível de escolarização era a prática mais marcante, pois, diferente das escolas urbanas, as escolas rurais foram fortemente marcadas pela multisseriação dos alunos.

5.2 Formação em serviço

Para compreender a formação em serviço das professoras das escolas rurais no estado de São Paulo, analisamos vestígios de duas práticas utilizadas pelos administradores do ensino para fiscalizar, orientar e normatizar o ensino nas escolas primárias/escolas de 1º grau: as reuniões pedagógicas e as visitas dos agentes administrativos³⁷.

Souza e Leite (2016) observaram que as reuniões pedagógicas foram instituídas pelo Código de Educação de São Paulo de 1933, e tinham como objetivo “[...] imprimir maior qualidade, eficiência, racionalidade e padronização no ensino primário” (SOUZA e LEITE, 2016, p.322). Esses encontros ocorriam uma vez ao mês nos grupos escolares e/ou na Diretoria

³⁷ Conforme Ligeiro (2014), os inspetores de ensino e os auxiliares de inspeção eram profissionais responsáveis pela fiscalização dos estabelecimentos de ensino no estado de São Paulo. Após o ano de 1974, o Estatuto do Magistério Público do estado alterou a nomenclatura para supervisor pedagógico.

de Ensino e eram presididos pelos diretores nos grupos escolares e pelo auxiliar de inspeção nas reuniões de professoras das escolas isoladas.

No ano de 1938, foi publicado pela Diretoria do Ensino, órgão da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, o Boletim n.18, que trazia discussões e sugestões para o desenvolvimento das reuniões pedagógicas. Nesse boletim foram registrados os debates dos inspetores acerca dessas reuniões e as conclusões a que chegaram:

- 1) Realizar separadamente as das escolas isoladas estaduais municipais, e as dos grupos escolares.
- 2) Duas vezes por ano, pelo menos, deverão as reuniões ser presididas pelos inspetores escolares.
- 3) Deverão ser revestidas de cunho prático e versar sobre assuntos que interessem o ambiente escolar, evitando-se, salvo em casos especiais, dissertações psicopedagógicas.
- 4) As reuniões dos grupos escolares deverão se realizar no terceiro sábado de cada mês e as das escolas isoladas nos dias de pagamento ou nos subsequentes, quando esta medida se fizer necessária.
- 5) Quando aconselhável, poderão ser convocadas reuniões extraordinárias.
- 6) O inspetor ou diretor, ou ainda o auxiliar de inspeção, deverá escolher, cada reunião, o tema ou temas das palestras do mês seguinte para que sejam desenvolvidos por escrito e tenham franco debate.
- 7) Deverá ser lavrada ata minuciosa de cada reunião pedagógica, designando-se, para tal fim, um dos professores para redigi-la, na qualidade de secretário.
- 8) A palestra poderá ser realizada por um adjunto ou por um grupo de adjuntos, com a cooperação do diretor, escolhendo-se de comum acordo o assunto a ser tratado na reunião do mês seguinte. (SÃO PAULO, 1938, p. 34)

A partir dos itens aprovados podemos perceber que as reuniões pedagógicas deveriam ser uma ocasião de discussões sobre os problemas do ensino e das escolas primárias. A prática de realização de reuniões pedagógicas permaneceu na rede estadual de ensino por várias décadas. Em estudo realizado anteriormente, verificamos que muitas das reuniões realizadas enfatizavam-se mais as questões administrativas do que os assuntos pedagógicos (LEITE, 2013).

As reuniões pedagógicas versavam sobre temas diversificados relacionados a assuntos técnicos (ensino) e administrativos. Algumas professoras entrevistadas narraram que as reuniões eram muito mais burocráticas do que realmente pedagógicas, como apontou a professora Violeta: “[...] *ah, a maioria das reuniões [pedagógicas] eram reuniões administrativas, hoje em dia que se faz reunião pedagógica, mas antigamente o pedagógico era por conta de cada um*” (VIOLETA, 2016).

Na parte administrativa eram apresentadas leis, decretos e circulares relacionadas ao ensino. As circulares, que eram mais recorrentes, abordavam assuntos como: festividade,

campanhas educacionais, remoção de professores e curso de férias. Também havia orientações para a preservação e o correto preenchimento da escrituração escolar. Nas escolas rurais, as professoras eram as responsáveis pelo cuidado e manutenção desses documentos.

No Eixo Administrativo das reuniões pedagógicas, eram comunicados às professoras aspectos relacionados à legislação escolar vigente na época, decretos, leis, circulares e comunicados que traziam prescrições de assuntos relacionados à Educação. Os registros também permitem analisar aspectos pertinentes à burocracia que envolvia o trabalho das professoras, a documentação da escola e dos alunos. (LEITE, 2013, p.52)

Na parte pedagógica, momento principal das reuniões, os temas abordados estavam relacionados ao programa de ensino vigente no estado. As escolas rurais comuns seguiam o mesmo programa de ensino das escolas urbanas e nas reuniões pedagógicas eram discutidos os conteúdos desse programa e como as professoras poderiam desenvolver o ensino com alunos do campo.

Nesses encontros as autoridades do ensino e as professoras discutiam assuntos e trocavam experiências sobre: rendimento do aparelho escolar, método de ensino, hábitos alimentares, promoção dos alunos, saúde, higiene, assistência ao escolar, instituições auxiliares, provas mensais e finais, programa de ensino, trabalhos manuais, ensino de leitura e aritmética, entre outros temas.

Professora Margarida ressalta que nas reuniões pedagógicas havia discussões sobre os conteúdos pedagógicos: *“passava parte pedagógica sim e a Secretaria da Educação mandava também material para a gente”* (MARGARIDA, 2016). A professora também recordou que nos encontros as professoras trocavam informações umas com as outras: *“Emprestávamos planejamento, fazia o planejamento do pré III, que era mais complexo e depois adaptava para o pré I e II.”* (MARGARIDA, 2016). Outro tipo de formação que a professora Margarida relatou foram os cursos sobre noção de movimento:

Mandava material, mandava subsídio, mandava alguma orientação (Secretaria da Educação). Também oferecia cursos com o Adilson Reali, que era um professor de educação física, era ele que passava para nós a parte de movimento. O curso era oferecido à noite no Parque Infantil Dr. Paulo Koelle ou na Escola Chanceler, pois necessitávamos dessa formação para dar aula, ter uma noção sobre a educação física. (MARGARIDA, 2016).

Pelos relatos das professoras, podemos inferir que ocorreram mudanças na estrutura das reuniões pedagógicas. As docentes de escolas rurais passaram a participar de reuniões em escolas específicas, as quais estavam vinculadas e não mais de encontros com apenas professoras de escolas rurais.

Professora Josefina narrou que participava de reuniões nas escolas urbanas em que a escola isolada estava vinculada: “*Ferraz, quando eu trabalhei em Ferraz a sede era na Escola Lygia do Carmo, mas se falava de todos os problemas em geral, e eu tinha que me adequar a minha situação [...]*” (JOSEFINA, 2016).

Ao continuar narrando sobre as reuniões pedagógicas, a professora Josefina lembrou que, ao participar dos encontros nas escolas urbanas, se sentia esquecida:

Nada voltado para a zona rural, tudo que a gente aprendia nunca foi voltado para a zona rural, aliás, às vezes esqueciam que a gente [risada] existia, porque dava mais prioridade assim para a zona urbana, onde estava concentrado o maior número de crianças, então dava mais atenção para elas, para elas da zona urbana, às vezes a gente ficava até meio assim, poxa a gente existe, [risadas], mas eles ajudavam, não posso reclamar, assim questão de material. (JOSEFINA, 2016)

Professora Margarida vivenciou a fase de transição entre as reuniões pedagógicas específicas para as professoras das escolas isoladas e os encontros nas escolas urbanas as quais eram vinculadas:

Naquele tempo nem havia bem dizer supervisor pedagógico, íamos à Secretaria da Educação³⁸. Primeiro foi na Secretaria da Educação que começou quando não éramos vinculadas com as escolas de Rio Claro, quando se tornou vinculada com as escolas de Rio Claro era a diretora que passava a coordenação, não havia coordenador pedagógico, por isso eu falo que hoje em dia vocês estão no céu, porque tem coordenador, tem tudo, naquele tempo não tinha nada. O diretor se reunia na Secretaria da Educação, passava informações e depois íamos para as escolas. Fazíamos a reunião com as professoras com o mesmo nível de escolarização que eu tinha. (MARGARIDA, 2016).

Nas reuniões pedagógicas os agentes administrativos tinham a oportunidade de influenciar a prática docente e orientar a ação pedagógica das professoras coletivamente. As visitas às escolas tinham como função primeira fiscalizar o ambiente escolar e o trabalho docente, mas também davam a oportunidade de o inspetor orientar individualmente as professoras nas escolas rurais. Segundo Mitrulis (1993), no estado de São Paulo, na primeira metade do século XX, os inspetores escolares percorriam as escolas desenvolvendo atividades de fiscalização burocrática, orientação técnica e ajuda efetiva ao professor.

Os inspetores escolares, em suas visitas às unidades escolares, registravam suas observações e recomendações de próprio punho em um livro destinado especificamente a esse fim, chamado livro de Termos de Visitas. Esse registro formalizava as orientações do inspetor que deveriam ser seguidas, tanto pelo diretor quanto pelos professores, por ser ele um agente da administração

³⁸ Podemos depreender que a professora Margarida está se referindo à Secretaria Municipal de Educação de Rio Claro.

escolar responsável pela fiscalização do ensino, com poderes até mesmo para solicitar sindicâncias em casos de irregularidades. Para cada visita, era redigido um termo com data e assinatura do inspetor. (LIGEIRO, 2014, p.48)

Ligeiro (2014) afirma que as visitas às escolas deveriam ocorrer ao menos uma vez por mês, porém, como observamos na seção 2, o número de escolas rurais existentes no estado de São Paulo era significativo e o número de funcionários para fiscalizar essas unidades, ineficiente.

Como observou Silva (2004), referindo-se à região de Santos, nas décadas de 1930 e 1940, os inspetores de ensino não fiscalizavam apenas as escolas rurais, mas também outros estabelecimentos de ensino existentes em dada região. A dificuldade para realizar as visitas nas unidades escolares da zona rural era as longas distâncias e as péssimas condições de locomoção para chegar até as escolas.

Embora as escolas isoladas devessem ser visitadas com maior regularidade, já que nesses estabelecimentos – devido à ausência da figura do diretor escolar – tornava-se ainda mais necessário acompanhar, controlar e orientar a prática dos professores conforme as prescrições das leis e circulares, a quantidade de funcionários disponível para atender cerca de quatrocentas escolas e as distâncias a serem percorridas acabavam por condenar grande parte dos professores ao isolamento. (SILVA, 2004, p.48)

Ao lembrar das visitas realizadas pelos supervisores pedagógicos na escola em que lecionava, a professora Josefina narrou que as visitas ocorriam uma vez por ano e, às vezes, nem isso, mas o diretor responsável pelas escolas isoladas sempre alertava que a qualquer momento as docentes poderiam receber a visita do supervisor pedagógico. Nessas visitas, os agentes apresentavam para as professoras recomendações acerca de como utilizar o programa de ensino e realizavam aulas-modelos, examinavam a escrituração escolar, a frequência dos alunos, a evolução do ensino, a disciplina e o ornamento da sala de aula.

A seguir, alguns trechos de termos de visitas que exemplificam a ação dos agentes administrativos em escolas rurais de Rio Claro:

Vi os cadernos de todos os alunos, notando que há boa ordem nos trabalhos realizados. Conversei com a sra profa acerca do planejamento escolar, atividades de classe, uso de mimeografo, material didático, etc. Travei conversação com os alunos, incentivando-os ao estudo, procurando conhecê-los, e desenvolvendo trabalho de verificação escolar. O ambiente de trabalho aqui é muito bom. A merenda já está em franca atividade. A sra profa é dedicada aos alunos e ao seu trabalho docente³⁹

³⁹ Termo de visita da 2ª Escola Mista de Emergência de Ajapi, 21. março. 1970.

Conversei com a Sra. Profa. sobre as diversas áreas do programa de ensino, esclarecendo assuntos e deixando orientações para as aulas de linguagem e de matemática⁴⁰.

Tive a melhor das impressões da classe e da escola, que refletem, sem dúvida, a excelente atuação da Sra. Profa., a quem transmito meus elogiosos cumprimentos⁴¹.

Professora Margarida relatou as visitas realizadas na escola em que lecionou e no período destacou que não teve problemas com o supervisor pedagógico, pois, para ela, o supervisor era um “amigo”:

Nunca tive problemas. Seu D. era uma pessoa muito boa, era o nosso supervisor em Ajapi. Muitas vezes sabíamos que ele vinha. Ele sabia que a escola era precária, que faltava muitas coisas, ele levava colher da casa dele ou comprava, levava sempre alguma coisa para a escola, porque sabia que era bem precário. Ele era como um amigo, passava a manhã com a gente na escola. Eu trabalhava certinho, não tinha como ter problemas (MARGARIDA, 2016).

Professora Mariquinha expôs outra ligação com o inspetor de ensino que visitava a escola isolada em que ela lecionara nos anos de 1950:

O inspetor de ensino não avisava quando chegava, ele chegava o dia que queria, na hora que ele queria e ele também não se contentava com a fala do professor, ele chamava o aluno na lousa, punha uns 3 ou 4, olhava o caderno dos alunos. O programa de ensino todo o Estado seguia, para quando acontecesse de o inspetor visitar uma escola ele sabia onde deveríamos estar e facilitava a visita do inspetor. Mensalmente vinha o inspetor aqui em Rio Claro que era casca de ferida (MARIQUINHA, 2016).

Professora Mariquinha continuou a descrever sobre as visitas do inspetor de ensino:

Pessoalmente educadíssimo, fino no tratamento, mas exigente, ele pegava o caderno que menos você esperasse para ver e dizia para a criança ir ao armário pegar o caderno. Ele olhava, chamava uma criança e ditava um número para fazer divisão por dois algarismos, com todas as dificuldades, problemas com mais de uma operação, enfim, tudo. O pior ano era o 2º ano, inclusive na linguagem e na matemática, as crianças não é que não tinham um amadurecimento, eles tinham, mas tinham uma vida que em casa era difícil, luz de vela a noite para fazer lição (MARIQUINHA, 2016).

A partir dos relatos dessas professoras podemos notar memórias diferentes acerca das visitas dos inspetores de ensino/supervisores pedagógicos. As duas professoras afirmam que o agente administrativo era uma pessoa educada, porém a professora Margarida teve uma experiência mais amigável, enquanto a professora Mariquinha reforça a representação do

⁴⁰ Termo de visita da 2ª Escola Mista de Emergência de Ajapi, 12 de maio. 1970.

⁴¹ Termo de Visita da 2ª Escola Mista de Ferraz, 27 de nov. 1971.

inspetor como uma “casca de ferida”, um fiscalizador do trabalho docente. A que se deve essa diferenciação? Teria a ver com as mudanças no serviço de inspeção?

Seja como for, podemos considerar as reuniões pedagógicas e as visitas às escolas como práticas indiretas de formação em serviço, oportunidades para encaminhar soluções para os problemas gerais do ensino, para indicar falhas e a falta de progresso do saber docente.

5.3 Condições de trabalho

Estudos sobre a história do ensino primário no estado de São Paulo referente ao início do século XX têm assinalado as precárias condições de funcionamento dessas escolas. A esse respeito, Silva afirma:

Ao depara-me com as *escolas isoladas* no trabalho de SOUZA, pude perceber que embora necessárias, as mesmas não se adequavam ao modelo de instrução defendido no projeto republicano. Para muitos dos inspetores escolares, elas opunham-se à opulência, racionalidade e progresso representados pelos grupos escolares. No entanto, diante da necessidade de difusão da Instrução Primária, essas escolas configuram-se como um mal necessário. (SILVA, 2004, p.3).

Os professores de escolas primárias localizadas na zona rural sofreram durante décadas com as péssimas condições materiais das escolas, com a localização das mesmas ou da residência onde estavam instalados e com o transporte. Celeste Filho (2014) indica que, nos anos de 1930 e 1940, as professoras primárias rurais sofriam principalmente com a falta de prédios adequados para as escolas e para a moradia das docentes, com as condições insalubres de saneamento e com as moléstias comuns à zona rural.

Essas condições foram melhorando ao longo das décadas, porém as escolas isoladas sempre enfrentaram muitas dificuldades, constituindo a representação de uma escola rudimentar, precária e com falta de professores que se empenhassem pela comunidade que usufruía dessas escolas.

Ao serem indagadas sobre as condições físicas e materiais das escolas em que lecionaram as professoras entrevistadas foram unânimes em destacar a precariedade do prédio escolar, a falta de mobiliário e do material pedagógico.

As escolas eram construídas de madeira ou adaptadas em casas de alvenaria, os sanitários estavam quebrados e com falta de encanamento, as lousas eram pequenas ou em péssimas condições e as carteiras eram inapropriadas para os alunos:

Madeira, a janela dificilmente tinha vidro e as carteiras tudo resto, carteira velha, usada, aquelas que tinha o cinzeirinho, o assento dava para duas

crianças, mas era tudo resto, sem uma perna, o material era um desastre, era difícil. (MARIQUINHA, 2016).

A seguir, o relato da professora Josefina sobre a Escola Isolada de Ferraz:

Precárias. Bem precárias. Eu lembro de assim, tinha goteira, chovia, as telhas eram velhas, goteirava aquela goteira preta, as vezes pingava no caderno, e eles coitadinhos, era bem precária. Aqui em Ferraz chegou um ano que cheguei para dar aula e a escola tinha um barranco e choveu muito e de um tipo de enxurrada e alagou tudo, a sala de aula, as mães deixaram todas aquelas crianças dentro da escola e eu não sabia se limpava a sala ou se eu dava aula ou se eu socorria as crianças que não paravam, era uma loucura. E os prédios eram bem precários (JOSEFINA, 2016).

Professora Amélia também narra sobre as condições da 3ª EEPG da Fazenda São José:

Eram estilo antigo aquelas cadeiras grandes, mas tinha sim a lousa, deixava muito a desejar, mas tinha uma mesa, uma cadeira, as duas lousas e a situação do ambiente era assim ruim, as paredes tinha marca de pé porque no final de semana a molecada juntava para fazer farra [na escola] e eu mandei por uma chave e eu ficava com a chave. [...] também na escola só tinha isso carteira, lousa e mesa (AMÉLIA, 2017).

As professoras também narraram as dificuldades com a falta de mobiliário escolar. A professora Mariquinha lembrou que as carteiras eram velhas e usadas, resto de outras escolas, geralmente dos grupos escolares. A docente também lembrou que para algumas escolas rurais a igreja emprestava os bancos e a mesa do altar para servir de carteira aos alunos. Os bancos e a mesa emprestados pelo padre deveriam ser devolvidos todos os sábados para que, aos domingos, pudesse ter a missa (MARIQUINHA, 2016).

Professora Margarida contou que ela pedia para o entorno da escola auxílio para os materiais pedagógicos ou comprava com o seu salário:

Não havia material pedagógico, eu ia até a serralheria e pedia para cortar aqueles toquinhos para as crianças brincarem. O toquinho que era parte da pré-escola, tinha que ter o brinquedo, a formação pedagógica, tínhamos orientação da prefeitura de Rio Claro, fazíamos planejamento anual. Éramos vinculadas com uma escola que tinha em Rio Claro, mas material pedagógico era bem pouco, inclusive livro nós que comprávamos (MARGARIDA, 2016).

Outra informação relevante sobre as condições materiais das escolas isoladas que a professora Margarida lembrou foi da utilização do prédio do Centro Social Rural⁴² de Ajapi como escola e o empréstimo da lousa do bar para lecionar:

⁴² Os Centros Sociais Rurais eram agremiações que poderiam ser criados pela iniciativa particular, pela direção dos núcleos e colônias agrícolas ou pelos distritos e municípios. Os Centros Sociais Rurais tinham como finalidade elevar o padrão de vida e a sociabilidade das populações rurais. “O governo incentivava a criação dos CSRs para proporcionar às populações rurais as condições da vida social que eram vigentes nos centros urbanos. Os CSRs apresentavam finalidade de ordem geral e regional, visando elevar o nível social do homem rural brasileiro. Assim, os agricultores e suas famílias poderiam vir a

Escola, bem, eu trabalhava dentro do Centro Rural de Ajapi, lá quando tinha baile de final de semana no outro dia você encontrava garrafa, era difícil. A lousa que eu tinha lá em Ajapi era uma lousa que usava no bar, aquela lousa pequenininha, não era aquela lousa grande (MARGARIDA, 2016).

A falta de manutenção dos prédios escolares apareceu em todas as entrevistas realizadas. Destacamos a escola da professora Amélia, localizada na Fazenda São José, e que se encontrava em total abandono quando a professora assumiu a regência da escola:

A minha escola era a mais distante e a mais acabada, lá a terra era vermelha e a parede da escola também, tudo acabado. Na porta da cozinha da escola havia um matagal, você não sabia o que era lá embaixo. Havia muita cobra e eu tenho pavor de cobra [...] (AMÉLIA, 2017).

A professora Amélia lembrou que a sua escola, dentre as três existentes na Fazenda São José, era a mais distante e em piores condições. Ao assumir a regência da escola, a docente solicitou ao administrador da fazenda que pintasse e carpisse o mato existente ao redor da escola:

[...] o que eu fiz, eu tinha boa amizade com o administrador A.B, ele era o administrador da fazenda, ele que mandava. Um dia eu falei para ele – A.B, sua casa é bonita? Ele falou – é do jeito que eu gosto. Eu também gostaria de ter uma classe bonita, dar aula numa classe bonita. A escola está tão acabada, tão arrasada, matagal na porta da escola, tem cobra, tem tudo, você não pode me ajudar mandando uns rapazes lá limpar o quintal e pintar a escola? E ele falou – pode deixar, vou fazer isso para você (AMÉLIA, 2017).

Após a escola ser capinada e pintada, professora Amélia relatou que encontrou árvores frutíferas como: bananeira, laranjeira e limoeiro. Os alunos passaram a cultivar uma horta com alface, jiló, berinjela e outras hortaliças. Para a professora a limpeza e a pintura transformaram a sua escola na mais bonita da fazenda⁴³.

As condições sanitárias dos prédios escolares também foram lembradas pelas professoras entrevistadas. Professora Mariquinha lembra que em uma das escolas que lecionou o banheiro era construído de tábuas de madeira e o vaso sanitário era um caixote. Ela também narra que o banheiro de outra escola isolada que lecionou servia para os alunos, para a professora e para quem passasse por ali.

Primeiro, começando pela parte sanitária, era um quarto de tábua, um vaso [sanitário] quebrado pela metade, ali servia para o professor, servia para os alunos e para quem passava na rua, para tudo, às vezes não havia um pingo de higiene. (MARIQUINHA, 2016)

ter, em zonas longínquas, as vantagens que a vida nas grandes cidades oferecia” (RIO DE JANEIRO, 1979, p.8).

⁴³ Na Fazenda São José, na década de 1980, existiam três escolas isoladas estaduais, como afirma a professora Amélia.

Contudo não eram somente as condições precárias dos prédios escolares, do mobiliário e a falta de material pedagógico que influenciava no trabalho dos docentes na zona rural. A moradia e o transporte também eram simples ou precários.

Das cinco professoras entrevistadas, apenas as professoras Mariquinha e Violeta residiram no mesmo local em que a escola estava localizada. As outras professoras, Amélia, Margarida e Josefina, utilizavam-se do transporte particular ou coletivo para chegarem às escolas.

Sobre as casas em que residiram na zona rural, as professoras Mariquinha e Violeta mencionam que eram casas simples. Assim como as escolas, elas não possuíam saneamento básico adequado, porém em suas memórias elas recordaram ter momentos prazerosos no local em que estavam instaladas. Assim relata Violeta:

Eles preparavam o banho para mim, era só o meu banho, eles eram descendentes de italianos, era o banho da professora, eles só lavavam o pé e a mão, acho que era cultura imigrante italiana, não tinha banheiro, foi onde adquirir um problema sério de intestino que até hoje tenho que tomar cuidado. Passeávamos a cavalo. Lembro de uma coisa interessante, que os pés de jabuticaba quando estavam prontos para chupar eles reuniam toda a família e íamos chupar jabuticaba (VIOLETA, 2016).

Professora Mariquinha se recordou que, ao lecionar na Escola da Serra D'água, residiu na casa do proprietário da fazenda. Em suas lembranças a docente relatou que a casa era um “palacete”, diferenciando-a da escola e das outras casas existentes no local. Mariquinha também narrou sobre os momentos em que se utilizou do transporte coletivo para chegar até as escolas isoladas.

A dificuldade em si era a falta de um abrigo, uma facilidade a mais para você tomar condução ao invés de ficar na beira da estrada, com mosquitinho, com bichinho e a noite no inverno, 5h30 é noite, o ônibus as vezes passava 6h30, eu ficava lá parada, só para mesmo ônibus porque sabia que ali tinha gente e o aluno me via na estrada (MARIQUINHA, 2016).

Outro meio de chegar à escola era o transporte próprio ou coletivo que as professoras utilizavam. As professoras Amélia e Josefina utilizavam automóveis próprios para se dirigirem até a escola.

Josefina tinha um “fusquinha” ganhado de seu pai e Amélia revezava os automóveis com as outras professoras da Fazenda São José. A cada semana uma professora era responsável em buscar as outras e levá-las até o local de trabalho na Fazenda São José: “Nós revezávamos uma semana cada uma e a fazenda dava a gasolina para a semana.” (AMÉLIA, 2017).

Em suas memórias, Amélia também relata que, durante um período, a administração da fazenda parou de fornecer o combustível para as professoras chegarem ao local de trabalho.

Com o incentivo das outras professoras, Amélia escreveu uma carta para a dona da fazenda convidando-a para visitar as escolas existentes naquela localidade.

Convite aceito, professora Amélia mostrou para a proprietária as escolas localizadas na fazenda e as hortas que ela incentivara os alunos a cultivarem no quintal de casa. Admirada com tanto esforço das professoras, a proprietária restabeleceu o fornecimento de combustível para elas chegarem até a fazenda.

Eu disse – a senhora viu todas as escolas, viu o trabalho das crianças, a senhora viu como é difícil, que não moramos aqui, nós ficamos aqui cinco horas, nessas cinco horas temos que ensinar as crianças a ler, escrever, multiplicar, somar e etc., o comportamento, boas maneiras, higiene, tudo isso e mais como sobreviver na fazenda sem comprar do homem que passa com a perua vendendo [legumes, ovos, etc.]. Cada casa tem uma horta incentivada por mim e feita pelos alunos. Todo fim de mês eu faço um bazar, eu vou fazer a catanção com as pessoas que eu conheço e trago aqui, faço o bazar simulado, afinal eles não têm dinheiro e todos eles levam e me pagam com outra coisa, um vasinho de flor. Agora tem um problema que eu gostaria de discutir com a senhora, isso tudo é muito difícil, nós ganhamos muito pouco, professora não ganha para fazer isso, professora mal ganha para dar aula e olhe lá, agora cortaram nossa gasolina e eu não sei como nós iremos fazer para continuar dando aula aqui (AMÉLIA, 2017)

A professora Margarida utilizava-se de ônibus e recebia da prefeitura o auxílio transporte. Mas quando foi substituir a professora da Escola da Fazenda Jussara, que era mantida pelo Estado, não recebeu nenhuma ajuda financeira:

“Eu trabalhava à tarde na Fazenda Jussara⁴⁴. Trabalhava de manhã em Ajapi e a tarde na Fazenda, pegava carona de perua com um pai de aluno lá da Jussara e depois voltava de carro ou de charretinha para pegar o ônibus para Rio Claro.” (MARGARIDA, 2016).

A Lei municipal n. 1073, de 25 de abril de 1968, instituiu o auxílio transporte para as professoras primárias que exerciam atividades de ensino na zona rural, sendo que o montante referente a esse auxílio era equivalente a 50% do salário das docentes.

Nas entrevistas realizadas com as professoras primárias foi notório que tanto as condições das moradias quanto do transporte não eram as mais adequadas. Professora Violeta relatou-nos que na primeira escola em que lecionou na zona rural contraiu maleita, enquanto a professora Mariquinha disse que ao esperar o ônibus para retornar à cidade em um dia de chuva chegou toda encharcada e com a roupa colada no corpo.

Como se observa, as condições materiais das escolas isoladas e as condições de moradia e transporte para as docentes não era das melhores, porém todas as professoras narram suas

⁴⁴ A Fazenda Jussara fica localizada no distrito de Ajapi, em Rio Claro/SP.

memórias das escolas isoladas com entusiasmo e emoção. Essas docentes superaram as dificuldades e cumpriram com o propósito de serem professoras e ensinar.

Podemos observar que as condições de trabalho das professoras pouco se alteraram. Entre os anos de 1950 e 1960, ainda havia questões relacionadas com as péssimas condições da moradia das professoras. Já nas décadas de 1970, 1980 e 1990, o principal problema das professoras era o transporte para chegarem até as escolas isoladas.

5.4 Relação com o meio rural

O tópico temático **Ligação da professora com o meio rural** tem como propósito apresentar as memórias, as vivências e as experiências marcantes das cinco professoras rurais entrevistadas para esta pesquisa. Nesse tópico (Apêndice A) foram feitas duas indagações diretas para as entrevistadas – qual a relação delas com o entorno da escola em que lecionavam e o relato de alguma experiência nas escolas rurais. Mas ao longo das entrevistas as docentes também relataram fatos e acontecimentos vivenciados nas escolas rurais.

Entre as memórias e as experiências as professoras contaram que andavam a cavalo com seus alunos, colhiam fruta do pé, promoviam bazares beneficentes para ajudar os alunos e a família, arrecadavam recursos financeiros com quermesses para adquirir brinquedos para os alunos e ganhavam produtos alimentícios que auxiliava em suas casas, entre outras lembranças. Também destacaram que eram valorizadas e tratadas com respeito. Para os moradores da zona rural as docentes eram como “deusas”, e as respeitavam como autoridades: “*Você não era uma pessoa humana, você era uma deusa para eles.*” (MARIQUINHA, 2016).

Transcreveremos aqui algumas das memórias das professoras Mariquinha, Amélia, Violeta, Margarida e Josefina.

Recordações da professora Mariquinha:

[Os alunos] Vinham a cavalo, lembrei agora, e não tinham onde amarrar o cavalo, estavam perdendo hora e punham no primeiro tronco, então você estava na metade da aula e o cavalo fugia, a sala inteira saia correndo para pegar o cavalo [risada] e no fim ficava divertido (MARIQUINHA, 2016).

Doente não fiquei, mas piolho, ah como eu peguei piolho, como eu odiava aquele papelzinho branco para tirar, punha o papel branco na mesa e passava o pente fino, o piolho caia vivo ali e você matava, mesmo que usasse remédio colocava touca, aquele remédio horrível na cabeça. Uma criança com piolho era a classe inteira com piolho e a professora também (MARIQUINHA, 2016).

Foi muito bom, vou dizer para você, valeu a pena. Quando foi domingo eu fui a missa, a igreja estava cheia, aquele aperto, veio aquela senhora – Dona Mariquinha, dona Mariquinha! – eu parei, olhei e não reconheci a pessoa,

ela disse: - Eu sou a Amanda P., a senhora lembra de mim? Foi minha aluna acho que das primeiras classes de magistério, aqui na igreja da Saúde, a gente tinha uma classe de alunos no porão da igreja e eu fui nomeada como professora municipal e ali tudo muito apertado eu ficava com as crianças, pegava de tudo também, ia de charrete, mas foi bom graças a Deus (MARIQUINHA, 2016).

Lembranças da professora Amélia na 3º EEPG (Isolada) da Fazenda São José:

Eu ensinei as crianças da fazenda a fazerem uma horta no próprio quintal, porque toda casa, de ponta a ponta da colônia tinha um quintal e esse quintal estava inativo, cheio de mato e aquele riozinho que passava no fundo e todas as casas inclusive na escola eu falei, - gente, eu quero fazer um concurso com vocês, querem? Porque as mulheres da Fazenda São José, compravam verdura, ovo e frango do cidadão que passava na rua vendendo para elas. (AMÉLIA, 2017).

As crianças eram muito carentes, demais da conta, iam para a escola na maioria das vezes sem sandália ou sem sapato. O que eu fazia, no sábado nós não tínhamos aula, pegava o meu carro e passava nas casas de calçados pegar calçados que estava fora de linha. Enchia o carro e domingo eu ia na minha colônia dividir os sapatos (AMÉLIA, 2017).

Os lavradores faziam greve e eu intermediava, eu ia junto, participava da conversa, eles queriam entrar para brigar com o administrador e eu entrava junto para alguma coisa não acontecer [...] bem, eu não era só a professora [...] (AMÉLIA, 2017).

Tinha o tempo de chuva, barro, imagina, ia dirigindo e três empurrando atrás [risada] para o carro subir, quando vinha para cá [cidade] tudo bem, mas quando ia indo para a escola chegava toda cheia de barro [risada] não era fácil (AMÉLIA, 2017).

Vivências da professora Violeta na Escola Mista Municipal Rural do Bairro do Simão e na Escola Mista do Bairro Boa Vista:

Quando olho estou vendo o bairro do São Bento, nem sei se ainda existe. Então acendia a fogueira para esquentar a mãos das crianças para depois começar a trabalhar, fazíamos muitas coisas que não fazemos hoje, por exemplo, não exigia que as crianças aprendessem como eu exigia, porque não tinha pré-escola, eram crianças de sítio, mas valorizavam muito o professor. Nessa escola que eu fiquei no Bairro do Simão ganhava muitas coisas para manter a minha semana, como carne e leite, eles me davam um tratamento muito carinhoso (VIOLETA, 2016).

Ah não tinha barreira, tinha barreira nenhuma não. A barreira da tristeza no domingo à noite em pensar que ia sair e ficaria uma semana lá sem televisão, não tinha ainda [televisão] é só isso a tristeza de saber que ia, mas depois que estava lá tudo bem, fazia e gostava, procurava fazer o máximo ia para escola com as crianças voltava com as crianças, saía a cavalo com eles também. [...] eu me lembro de ter comido tatu pela primeira vez, me lembro muito do banho que eles preparavam, o banho da professora, de chupar jabuticaba. No dia certo de chupar jabuticaba reunia todos, sei lá era tipo uma colônia, reuniam todos os irmãos para chupar jabuticaba, andar a

cavalo, eu me lembro de não ter banheiro. Ah essas coisas. E nossa eles me tratavam tão bem (VIOLETA, 2016).

Experiências narradas pela professora Margarida nas escolas rurais em que lecionou no distrito de Ajapi e no Bairro rural de Ferraz:

Fazíamos o aniversariante do mês, uma mãe fazia o bolo e trazia na escola, mesmo sendo pobres comemorávamos. Inclusive fizemos uma quermesse para comprar e montar um parque para as crianças, playground no Centro [Social] Rural de Ajapi. Com o dinheiro da quermesse conseguimos comprar o parque, mas depois não tinha como montar, pois, a prefeitura não cercava o Centro para a turma não invadir, para não depredar, o material ficou guardado uns dois ou três anos. Os pais participaram da quermesse. Fazíamos homenagens no dia das mães, procurava sempre fazer alguma coisinha, elas sempre vinham. Realizávamos a formatura, tinha todas essas coisas que fazíamos em Rio Claro, eles eram muito participativos, elas amavam quando tinha festa. As mães traziam os seus filhos e ficavam conversando comigo na porta, tinha que pedir licença para começar a aula, senão ficavam lá batendo papo na porta da sala de aula. Confiavam bastante em mim, a palavra da professora era a última a ser dada, respeitava, os alunos respeitavam muito, a família era presente (MARGARIDA, 2016).

[Alunos] Eram muito simples, eles vinham de chinelinho, as mães mandavam muito limpinho, eram crianças pobres, mas eram crianças muito limpas, asseadas, vinha tudo penteadinho dava até gosto, traziam flor para a professora quase todos os dias, o maior gosto deles era entregar flor para o professor e com a família a gente se dava muito bem porque a família era assim bem próxima do professor, era como se fosse amigo, o professor era muito respeitado por isso sempre gostei de trabalhar em escola isolada, era gratificante, aprendi muito com escola isolada (MARGARIDA, 2016).

Memórias da professora Josefina nas escolas isoladas em que lecionou na zona rural do município de Rio Claro:

Os pais eram interessados como já te disse, que as crianças estudassem, porque eles não tinham estudo, então eles eram muito parceiros meu. Sabe, as vezes tinha algum probleminha, chamava, conversava, eles vinham até a escola, quando eu organizava uma festa junina, fazia tudo sozinha, organizava a festa, então eles vinham participava, traziam pratos, era bem bacana. Nunca tive problemas com os pais. Sempre muito educados, participativos, eu não posso, fui muito feliz na minha carreira trabalhando em escola isolada da zona rural. Eu não sei porque também morei no sítio muitos anos e sentia na pele as dificuldades deles, eu sabia das dificuldades dos pais de levar para a escola, eu tinha passado por isso, meu pai e minha mãe fizeram muito sacrifício para eu estudar (JOSEFINA, 2016)

Na fazenda Angélica, eram as crianças da redondeza, então uns iam de carrocinha, outros iam a pé mesmo, de trator, mas quando chovia não tinha aluno na escola, porque era uma dificuldade de chegar até a escola, a professora também tinha dificuldade porque a estrada era toda de terra, inclusive aqui em Ferraz eu cheguei a pegar estrada de terra e a ponte cair, aconteceu de tudo [risada] (JOSEFINA, 2016).

[Sobre as escolas] *Da fazenda Jussara agora é canavial. Eu passo lá e fico até triste, eu falo que se meus filhos vissem onde tinha começado, mas só história mesmo, agora virou uma plantação de cana. A fazenda Angélica existe, mas eles estão usando para uma fábrica de piscina, se eu não me engano, eu acho que eles usam a escolinha para fazer parte do prédio da fábrica que eles têm lá no sítio. Ferraz, é essa escola linda que você vê hoje e o sítio Bom Jesus tem o prédio, tem o espaço, mas está tudo muito abandonado e faz alguns anos que passei lá e já estava bem velho. Uma família invadiu o local e estavam morando lá na época em que eu passei, não sei se moram ainda. Estava com um aspecto de casa. O que tenho de informação sobre as escolas é isso (JOSEFINA, 2016).*

No transcorrer da pesquisa e na elaboração desta subseção, concluímos que as cinco professoras entrevistadas eram participativas com os alunos, familiares e com a comunidade no entorno da escola. Mariquinha, Amélia, Violeta, Margarida e Josefina não se limitaram a cumprir suas funções como docentes e transmitir o conteúdo para as crianças que ali estavam, mas também vivenciaram, cada uma a sua maneira, o espaço em que estavam inseridas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução foram expostos o antecedente da pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos, o referencial teórico-metodológico e as fontes utilizadas para desenvolver esta pesquisa. Na seção 2, foram apresentados os procedimentos utilizados para desenvolver pesquisa com a metodologia em história oral, especificadamente a história oral temática, como também uma breve apresentação das cinco professoras entrevistadas. Na seção 3, fizemos alguns apontamentos sobre a escola rural comum no estado de São Paulo, destacando os possíveis fatores que auxiliaram sua expansão, como a implementação das escolas de emergência, e sobre os fatores que impulsionaram o processo de fechamento dessas escolas, como o transporte de alunos para estudarem na zona urbana e o agrupamento das escolas rurais. Nas seções 4 e 5, foi realizada a análise das memórias das cinco professoras rurais sobre aspectos da profissão docente – formação inicial, ingresso na carreira docente, práticas educativas, formação em serviço, condições de trabalho e a relação delas com o meio rural.

Verificou-se que os dados estatísticos que demonstram o crescimento das escolas rurais entre as décadas de 1930 e 1970 não representam necessariamente o número real de unidades escolares na zona rural, pois devemos considerar algumas condições, tais como a falta de provimento das escolas, a falta de matrícula e a baixa frequência dos alunos, que culminava no fechamento ou na transferência das escolas.

Mesmo não aprofundando a análise sobre as escolas rurais comuns, pois esse não era o objetivo central da pesquisa, encontramos alguns dados relevantes para a história do ensino primário rural no estado de São Paulo. Entre esses dados destacamos: as escolas de emergência e o retorno das escolas agrupadas na zona rural na década de 1960. Avançamos em alguns aspectos, mas ainda há muito para investigar.

Destacamos também, ao analisar a rede escolar atual na zona rural do município de Rio Claro, que o nível de escolarização para essa população ainda se mantém nos anos iniciais do ensino fundamental. Para elevar o nível de escolarização, o trabalhador ou o residente da zona rural deve enviar os seus filhos para a zona urbana. Ao longo do período estudado, 1950 a 1992, analisamos que o número de escolas rurais diminuiu consideravelmente no estado de São Paulo, sendo essas unidades mantidas pelos municípios e não mais pela rede estadual de ensino.

Ao analisar os aspectos da profissão docente no meio rural foi possível compreender o que era ser uma professora em uma escola rural, porém não foi possível identificar uma identidade que as definissem como professoras rurais, pois o tempo de permanência delas

nessas escolas não definiu suas carreiras, isto é, elas não se dedicaram exclusivamente a zona rural.

Consideramos que a formação inicial e a formação em serviço das professoras rurais eram de caráter geral, sem apontamentos específicos para conhecimentos ligados as atividades agrícolas. Não podemos deixar de mencionar que, no estado de São Paulo, havia poucas iniciativas para a formação do professor rural, compreendendo tão somente alguns cursos de especialização e a Escola Normal Rural de Piracicaba (1956 – 1971).

Outro ponto importante sobre a formação docente no estado eram os baixos índices de professores não normalistas e o nível de formação no período. Ao destacar a zona rural, apontamos que existiam professoras com formação inicial (magistério) e também com especializações, aperfeiçoamento e até a licenciatura em Pedagogia.

O recrutamento de professoras para lecionar nas escolas públicas estaduais e municipais do estado de São Paulo se deu de duas formas: os concursos de títulos e os concursos de provas e títulos. O primeiro tipo de concurso admitia o tempo de serviço e a formação, já o concurso de provas e títulos privilegiava o conhecimento técnico e a memorização. Além dessas formas de ingresso, as professoras narram que lecionavam como substitutas, o que contava pontos para o concurso de títulos, como também por indicações de autoridades.

As práticas educativas foram recordadas pelas professoras evidenciando a organização dos alunos nas classes multisseriadas. Ensinar alunos de diferentes níveis de escolarização em uma mesma sala de aula definia o cotidiano escolar e o trabalho docente. Elas destacaram também o cultivo da horta escolar, a utilização do livro didático, a falta de condições adequadas para o estudo das crianças rurais e alguns conteúdos curriculares.

As condições de trabalho das professoras estavam ligadas às condições físicas e materiais das escolas rurais, à moradia e ao transporte. Constatamos que as professoras entrevistadas superaram os obstáculos, a precariedade e a falta de recurso predominante nas escolas rurais, não as impedindo de instruir as crianças.

As professoras que lecionaram em escolas rurais no município de Rio Claro vivenciaram, transformaram e influenciaram alunos, seus familiares e a comunidade rural e exerceram a sua profissão com os recursos e a colaboração dos que ali residiam.

Esta pesquisa propiciou conhecer melhor a minha cidade, Rio Claro, e a refletir sobre a profissão docente, ao analisar as fontes, realizar as entrevistas, visitar as escolas estaduais e municipais, buscar fotografias, mapas e documentos sobre a cidade no arquivo público e histórico Oscar de Arruda Penteadó.

Ficou evidente que a escola rural comum tinha uma finalidade e uma função muito importante na escolarização das crianças que residiam no campo. Porém essas escolas permaneceram, ao longo do século XX, funcionando em condições físicas e pedagógicas precárias, superando o isolamento, o abandono e a multisseriação com o agrupamento/nucleação. Teriam as escolas agrupadas/nucleadas superado definitivamente os problemas das escolas rurais comuns (escolas isoladas e as escolas de emergência)?

REFERÊNCIAS

- ABREU, Daniela Cristina Lopes de. **As estratégias de escolarização primária na cidade de Rio Claro – São Paulo (1889-1920)**. 2013. 302f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. A sala de aula foi o meu mundo: a carreira do magistério em São Paulo (1920-1950). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p.289-305, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/a02v38n2.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2017.
- ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Memórias da rural: narrativas da experiência educativa de uma escola normal rural pública (1950-1960)**. 2007. 272 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- ALMEIDA, Jane Soares de. **A formação de professores em São Paulo (1846-1996): a prática de ensino em questão**. Campinas: Autores Associados, 2016.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. – 8. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- ARAÚJO, Fátima Maria Leitão. Educação rural e formação de professores no Brasil: gênese de uma experiência pioneira. In: **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 10, n. 2, p.237-255, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/14624/8310>>. Acesso em: 27 nov. 2017.
- ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva. **História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921 – 1952) – uma abordagem comparada**. 2013. 214f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- BARRETO, Elba Siqueira de. Sá. O ensino rural paulista: desafios e propostas. In: **Cad. Pesq.**, São Paulo (56): 11-18, fev. 1986. Disponível em: Acesso em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1349/1349> Acesso em: 10.ago.2016.
- BASSO, Jaqueline Daniela; BEZERRA NETO, Luiz. A implicações das políticas públicas nas escolas no campo no Estado de São Paulo a partir do final da década de 1980. In: **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, nº 55, p. 312 - 322, mar. 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640477/8036> Acesso em: 20.jan.2016.
- BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: **A escrita da história: novas perspectivas/ Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. (Original em inglês ano de 1991).
- CALIL, Celeste; POLASTRI, Ligia do Carmo. **Hino de Rio Claro – SP**. Rio Claro, 1956. Disponível em: <http://www.rioclaro.sp.gov.br/municipio/municipio-simbolos.php> Acesso em: 05. jan. 2018.
- CAMARGO, Marilena A. Jorge Guedes de. **“Coisa velhas”**: um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928-1958). – São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- CAMPOS, Maria Teresa de Arruda; ABREU, Daniela Cristina Lopes de. **Escolas Municipais de Rio Claro**. – Rio Claro (SP): Estúdio Panda Pix, 2014.

CAPELO, Maria Regina Clivati. **Educação, escola e diversidade cultural no meio de Londrina**: quando o presente reconta o passado. 2000. 298 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

CARDOSO, Maria Angélica. Escolas isoladas paulistas: um modelo desajustado? **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 14, n. 27, jul./dez. 2013. p. 201 – 233. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723814272013201/2816> Acesso em: 20. out. 2016.

CARVALHO, Celia Pezzolo de. **O difícil acesso a escola primária pública**: Estado de São Paulo, 1945 – 1964. 1988. 219f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

CELESTES FILHO, Marcioniro. O espírito de horror à vida educativa nos campos: a educação rural paulista nas décadas de 1930 e 1940. In: **Hist. Educ. [Online]**. Porto Alegre, v.18, n.43, maio/ago. 2014. p. 49 – 70. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/39618/pdf_30 Acesso em: 26/02/2017.

CHAGAS, José Antonio Carlos David. Motivo. In: MUSEU HISTÓRICO E PEDAGÓGICO "AMADOR BUENO DA VEIGA". **Rio Claro**: sesquicentenária. Rio Claro: Governo do Estado de São Paulo, 1978. p. 73.

DAMASCENO, Maria Nobre; BESERRA, Bernadete. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p.73-89, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000100005>. Acesso em: 12 dez. 2017

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p.314-332, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.

FLORES, Maria Marta Lopes. **Escola Nucleada Rural**: história e perspectivas Catalão-GO (1988-2000). 2000. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2000.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FONSECA, Selva Guimarães. **Ser professor no Brasil**: história oral de vida. Campinas: Papyrus, 1997.

FURTADO, Alessandra Cristina. A expansão das escolas normais de Ribeirão Preto/SP e as oportunidades abertas de ingresso no magistério primário (1928-1946). In: IX CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 9., 2007, Araraquara. **História da Profissão Docente no Brasil**. Araraquara: Pró-reitoria Graduação, 2007. p. 8 - 8. Disponível em: <file:///G:/Downloads/4CGerarPD.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2017.

JORGE, Maria Ap. O. Bilac; BILAC, Elisabete Dória. Educação. In: Museu Histórico e Pedagógico “Amador Bueno da Veiga”. **Rio Claro**: sesquicentenária. Rio Claro: Governo do Estado de São Paulo, 1978. p.175-202.

LEITE, Kamila Cristina Evaristo. As práticas educativas no ensino primário – Um estudo histórico sobre as Escolas Isoladas de Rio Claro (1940-1960). In: **Revista do Arquivo**. nº 11. Rio Claro, junho de 2013, p.50-23.

LIGEIRO, Dulcinéia Conceição. **A inspeção escolar no Estado de São Paulo: análise de termos de visitas (1922-1966)**. 2014. 117f. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, 2014. Disponível em: http://www.portalmouralacerda.com.br/mestrado/informacoes-ppge/dissertacoes/?busca_trabalho=Termos%20de%20visitas&busca_ano&busca_semestre Acesso em: 20. jan. 2016.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **A formação de professores: da Escola Normal à Escola de Educação**. Brasília: INEP/MEC, 2001.

MARRAFON, Andrea Margarete de Almeida. **O processo de nucleamento e fechamento das escolas rurais na região de São João da Boa Vista (SP)**. 2016. 151f. Dissertação (Mestrado) – Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

MEIHY, José Carlos Sebe B. **Manual de História Oral**. 2ª ed. rev. ampl. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1998.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MITRULIS, Eleny. **"Os últimos baluartes" Uma contribuição ao estudo da Escola Primária: as práticas de Inspeção Escolar e de Supervisão Pedagógica**. 1993. 214 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MORAES, Agnes Iara Domingos. **Ensino Primário Tipicamente Rural no Estado de São Paulo: um Estudo sobre as Granjas Escolares, os Grupos Escolares Rurais e as Escolas Típicas Rurais (1933-1968)**. 2014. 183f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

MORE: Mecanismo online para referências, versão 2.0. Florianópolis: UFSC Rexlab, 2013. Disponível em: < <http://www.more.ufsc.br/> >. Acesso em: 05. jan.2017.

NICOLETTI, Fabiana. et. al.; **Atlas Municipal Escolar: geográfico, histórico, ambiental**. – FAPESP. Prefeitura Municipal de Rio Claro: UNESP – Campus de Rio Claro, 2001.

ORIANI, Angélica Pall. **"A célula viva do bom aparelho escolar: " expansão das escolas isoladas pelo estado de São Paulo (1917 – 1945)**. 2015. 277f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

RIO DE JANEIRO. IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Estado de São Paulo, v.XXX, 1958. Planejada e organizada por Jurandyr Pires Ferreira, presidente do IBGE.

RIO DE JANEIRO. **Estudos retrospectivos da educação rural no Brasil**. Fundação Getúlio Vargas. Instituto de Estudos Avançados em Educação (IESAE), 1979.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde; CONSIDERA, Marcela Loivos. Formação de professores para escolas rurais: o curso normal rural de Cantagalo (1952-1962). **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v. 5, n. 9, p.63-87, jan./jul. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unisantos.br/index.php/pesquiseduca/article/view/293/pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

SANTOS, Fábio Alexandre dos. **Rio Claro: uma cidade em transformação, 1850-1906**. 2000. 201 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Fatores sócio-econômicos que afetam a escolaridade na zona rural do Estado de São Paulo**. São Paulo, SE/CENP, 1981.

SILVA, Denise Guilherme da. **Ilhas de saber: prescrições e práticas das escolas isoladas do estado de São Paulo (1933-1943)**. 2004. 127f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Lourdes Helena da; MORAIS, Teresinha Cristiane de; BOF, Alvana Maria. A educação no meio rural do Brasil: revisão da literatura. In: BOF, Alvana Maria. **A Educação no Brasil Rural**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 69-138. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/A+educação+no+Brasil+rural/6f20b4f1-a40e-4d78-baea-a1f63f191041?version=1.3>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

SOUZA, Rosa Fátima de. As escolas públicas paulistas na Primeira República: subsídios para a história comparada da escola primária no Brasil. In: ARAÚJO, J.C.S; SOUZA, R.F de; PINTO, R.N. (Orgs.). **Escola primária na primeira república (1889-1930): subsídios para uma história comparada**. Araraquara: Junqueira&Marin, 2012. p.23-77.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da pátria: História da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976)**. – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implementação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890 – 1910)**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SOUZA-CHALOPA, Rosa Fátima Souza. A formação de professores primários rurais no estado de São Paulo (1930 – 1971). **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 179-209, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818372017179/pdf> Acesso em: 23/11/2017.

SOUZA, Rosa Fátima de; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. Para uma genealogia da escola primária rural: entre o espaço e a configuração pedagógica (São Paulo, 1889-1947). *Roteiro*, Joaçaba, v.40, n.2, p.293-310, jul./dez. 2015. Disponível em <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/7462/4928>> Acesso em: 14. nov. 2016.

SOUZA, Rosa Fátima de; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. As disputas em torno do ensino primário rural (São Paulo, 1931-1947). In: **Hist. Educ. [Online]**, Porto Alegre, v.18, n.43, maio./ago. 2014, p. 13-32. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/39553/pdf_21> Acesso em: 14. nov.2016.

SOUZA, Rosa Fátima de; LEITE, Kamila Cristina Evaristo. Prescrições para a prática docente: estratégias de uniformização do ensino primário nas escolas isoladas paulistas (Rio Claro, 1946 – 1966). In: LIMA, S. C. F de; MUSIAL, G.B. da S. (Orgs.). In: **Histórias e memórias da escolarização das populações rurais: sujeitos, instituições, práticas, fontes e conflitos**. Jundiaí, Paco Editorial: 2016. p. 321 a 348.

TROPPEMAIR, Helmut. **Rio Claro – Ontem e Hoje** – coletânea de artigos reportando a história da cidade de Rio Claro desde sua fundação até os dias atuais (2008). – Rio Claro: Editora Tribuna 2000 S/C Ltda., 2008.

TROPPEMAIR, Helmut. **Aspectos históricos e geográficos de Rio Claro**. – Rio Claro: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó”, 1993.

TROPPEMAIR, Helmut. Aspectos geográficos. In: Museu Histórico e Pedagógico “Amador Bueno da Veiga”. **Rio Claro**: sesquicentenária. Rio Claro: Governo do Estado de São Paulo, 1978. p.75-87.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. Crianças Rurais e Acesso à Escola: sugestões de política pública. In: **São Paulo em Perspectiva**, 5(1): 93-98, janeiro/março 1991. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v05n01/v05n01_13.pdf Acesso em: 03 abr. 2017.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. Agrupamento de Escolas Rurais: Alternativa para o Impasse da Educação Rural? In: **Cad. Pesq.**, São Paulo, n.86, p.65-73, ago. 1993. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/940> Acesso em: 05 abr.2017.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. Transporte, escolarização e política educacional rural. In: **Cad. Pesq.**, São Paulo (55): 18-30, nov.1985. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/672.pdf> Acesso em: 05 abr.2017.

WIKIPÉDIA. **Rio Claro (São Paulo)**. 2017. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Claro_\(São_Paulo\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Claro_(São_Paulo)). Acesso em: 07 jan. 2018.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/home/comitedeetica/reso466-2012.pdf> Acesso em: 16/05/2017.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 02. jan. 2018.

RIO CLARO. Lei n. 2.404, de 17 de abril de 1991. **Transforma em EMEI as classes isoladas existentes no Distrito de Ajapi**. Disponível em: <http://www.rioclaro.cespro.com.br/geraPDF.php?pasta=9320/1991/L2404> Acesso em: 12 mar. 2017.

RIO CLARO. Lei n. 1.073, de 25 de abril de 1968. **Autoriza a efetuar o auxílio-transporte às professoras que exercem atividades de ensino nas escolas primárias municipais rurais**. Disponível em: <http://www.rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=19681073&NroLei=1.073&Word=&Word2=> Acesso em: 20.jun.2016.

SÃO PAULO. Decreto n. 29.499, de 5 de janeiro de 1989. **Dispõe sobre a reestruturação e agrupamento das escolas da zona rural**. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1989/decreto-29499-05.01.1989.html> Acesso em: 01/04/17.

SÃO PAULO. Lei n. 8.287, de 13 de abril de 1993. **Dá denominação de “Prof. Oscar de Almeida” à EEPG do Distrito de Assistência, em Rio Claro**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/16048/> Acesso em: 05. jan. 2018.

SÃO PAULO. Projeto de lei complementar n. 22/1974, de 11 de setembro de 1974. **Institui o Estatuto do magistério público de 1º e 2º graus do Estado e dá providências correlatas**. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=882194>> Acesso em: 05. jan. 2018.

SÃO PAULO. Lei n. 9.717, de 30 de janeiro de 1967. **Institui regimes especiais de trabalho, reajusta vencimentos dos cargos e carreiras que especifica, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1967/lei-9717-30.01.1967.html> Acesso em: 31 mar.2017.

SÃO PAULO. Lei n. 8.658, de 19 de janeiro de 1965. **Dispõe sobre a regência de classe de emergência localizadas no meio rural.** Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1965/lei-8658-19.01.1965.html> Acesso em: 04. dez.2017.

SÃO PAULO. Decreto n. 38.055, de 9 de fevereiro de 1961. **Dispõe sobre unidades de emergência.** Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1961/decreto-38055-09.02.1961.html> Acesso em: 04.dez.2017.

SÃO PAULO. Lei nº 7378, de 31 de outubro de 1962. **Dispõe sobre o concurso de ingresso e reingresso no magistério público primário do Estado e dá Outras Providências.** São Paulo, Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=42800>. Acesso em: 27 nov. 2017.

SÃO PAULO. Decreto n. 37.575, de 28 de novembro de 1960. **Regulamenta a Lei n. 3.783, de 5 de fevereiro de 1957 e a Lei n. 5.822, de 16 de agosto de 1960, que dispõe sobre unidades de emergência e dá outras providências.** Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1960/decreto-37575-28.11.1960.html> Acesso em: 04. dez.2017.

SÃO PAULO. Lei n. 5.822, de 16 de agosto de 1960. **Dispõe sobre a criação e instalação de escolas de emergência, e dá outras providências.** Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1960/lei-5822-16.08.1960.html> Acesso em: 04. Dez. 2017.

SÃO PAULO. Decreto n. 36.851, de 25 de junho de 1960. **Regulamenta a criação e provimento de escolas e classes de emergência.** Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1960/decreto-36851-25.06.1960.html> Acesso em: 04. Dez. 2017.

SÃO PAULO. Decreto n. 30.689, de 17 de janeiro de 1958. **Regulamenta o provimento das Escolas de Emergência instituídas pela lei n. 3.783, de 5/2/1957 e dá outras providências.** Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1958/decreto-30689-17.01.1958.html> Acesso em: 04. Dez.2017.

SÃO PAULO. Lei n. 3.783, de 05 de fevereiro de 1957. **Dispõe sobre a criação de escolas de emergência, e das outras providências.** Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1957/lei-3783-05.02.1957.html> Acesso em: 20/05/2017.

SÃO PAULO. Decreto n. 24.400, de 11 de março de 1955. **Dispõe sobre a instalação de classes de emergência, de ensino primário.** Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1955/decreto-24400-11.03.1955.html> Acesso em: 20/05/2017.

SÃO PAULO. Decreto n. 21.236, de 21 de fevereiro de 1952. **Autoriza o funcionamento de Escolas Normais Livres.** Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/1952/decreto-21236-21.02.1952.html> Acesso em: 18. marc. 2017.

SÃO PAULO. Lei nº 467, de 30 de setembro de 1949. **Dispõe Sobre Concurso de Ingresso e Reingresso Ao Magistério Público.** Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=39178>. Acesso em: 27 nov. 2017.

SÃO PAULO. Decreto n. 17.698, de 26 de novembro de 1947. **Aprova a Consolidação mandada elaborar pelo Decreto n. 17.211, de 13 de maio de 1947.** Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1947/decreto-17698-26.11.1947.html> Acesso em: 21/05/2017.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 5.884, de 21 de abril de 1933. **Institui o Código de Educação do Estado de São Paulo.** Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto%20n.5.884,%20de%201.04.1933.html>. Acesso em: 5 jun. 2017.

FONTES

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1976 [do] IBGE. Rio de Janeiro, 1977, Anual.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1973 [do] IBGE. Rio de Janeiro, 1974, Anual.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1972 [do] IBGE. Rio de Janeiro, 1973, Anual.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1971 [do] IBGE. Rio de Janeiro, 1972, Anual.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1969 [do] IBGE. Rio de Janeiro, 1970, Anual.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1967 [do] IBGE. Rio de Janeiro, 1968, Anual.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1966 [do] IBGE. Rio de Janeiro, 1967, Anual.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1961 [do] IBGE. Rio de Janeiro, 1962, Anual.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1960 [do] IBGE. Rio de Janeiro, 1961, Anual.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1992 CIE. São Paulo, 1993, Anual.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1991 CIE. São Paulo, 1992, Anual.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1990 CIE. São Paulo, 1991, Anual.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1989 CIE. São Paulo, 1990, Anual.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1988 CIE. São Paulo, 1989, Anual.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1987 CIE. São Paulo, 1988, Anual.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1986 CIE. São Paulo, 1987, Anual.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1985 CIE. São Paulo, 1984, Anual.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1993 SEADE. São Paulo, 1994, Anual.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1992 SEADE. São Paulo, 1993, Anual.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1991 SEADE. São Paulo, 1991, Anual.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1990 SEADE. São Paulo, 1991, Anual.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1989 SEADE. São Paulo, 1990, Anual.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1988 SEADE. São Paulo, 1989, Anual.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1987 SEADE. São Paulo, 1988, Anual.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1986 SEADE. São Paulo, 1987, Anual.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1983 SEADE. São Paulo, 1984, Anual.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1979 SEADE. São Paulo, 1980, Anual.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1964 SEADE. São Paulo, 1965, Anual.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1993 SEADE. São Paulo, 1992, Anual.

BRASIL. **Sinopse Estatística do Ensino Médio - 1964/1963.** Ministério da Educação e Cultura. Serviço de Estatística da Educação e Cultura, 1964.

BRASIL. **Sinopse Estatística do Ensino Médio.** Ministério da Educação e Cultura. Serviço de Estatística da Educação e Cultura, 1962.

BRASIL. **Sinopse Estatística do Ensino Fundamental Comum.** Ministério da Educação e Cultura. Serviço de Estatística da Educação e Cultura, 1958. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001522.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

BRASIL. **Sinopse Estatística do Ensino Médio** (Ensinos secundário geral, comercial e normal). Ministério da Educação e Cultura. Serviço de Estatística da Educação e Cultura, 1954.

IBGE. **VI Recenseamento Geral do Brasil - 1950.** Estado de São Paulo – Seleção dos principais dados, v.20 (sp), 1953.

IBGE. **VII Recenseamento Geral do Brasil - 1960.** São Paulo, série regional, v.I, Tomo XIII.

IBGE. **VIII Recenseamento Geral – 1970.** São Paulo. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Fundação IBGE, 1971. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/311/cd_1970_sinopse_preliminar_sp.pdf Acesso em: 14. abr. 2017.

IBGE. **IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980.** São Paulo. V.1, tomo I, n.18. Secretaria de Planejamento da Previdência da República. IBGE, 1981. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/310/cd_1980_v1_t1_n18_sp.pdf Acesso em: 14. abr. 2017.

Prof. Adolpho Packer (Org.). **Boletem nº 18:** as reuniões pedagógicas de janeiro de 1938. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1938.

RIO CLARO. Inspeção Auxiliar de Ensino de Rio Claro. Secretaria de Estado dos Negócios da Educação. **Livro de Termos de Visitas e de Termos de Exames:** Escola Mista da Estação de Camacã. Rio Claro:1975.

RIO CLARO. Inspeção Auxiliar de Ensino de Rio Claro. Secretaria de Estado dos Negócios da Educação. **Livro de Termos de Visitas e de Termos de Exames:** Escola Mista da Estação de Itapé. Rio Claro:1973.

RIO CLARO. Inspeção Auxiliar de Ensino de Rio Claro. Secretaria de Estado dos Negócios da Educação. **Livro de Termos de Visitas e de Termos de Exames: 2º Escola Mista de Ferraz.** Rio Claro:1970.

RIO CLARO. Inspeção Auxiliar de Ensino de Rio Claro. Secretaria de Estado dos Negócios da Educação. **Livro de Termos de Visitas e de Termos de Exames: 2º Escola Mista de Emergência de Ajapi.** Rio Claro:1966.

Rio Claro. **Livro de Concurso de Professores Pré-Primário e Primário.** Rio Claro: Prefeitura Municipal de Rio Claro, 1961.

RIO CLARO. Delegado de Ensino da Região de Rio Claro. Diretoria de Ensino do Estado de São Paulo. **Relatório da Delegacia do Ensino de Rio Claro.** Rio Claro:1937.

RIO CLARO. Comissão de Assessoria e Planejamento. **Plano Diretor Integrado do Município de Rio Claro Estado de São Paulo.** Rio Claro: 1972.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria de Estado dos Negócios da Educação. **Anuário Paulista de Educação.** São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1968.

SÃO PAULO. (Estado). Departamento de Estatística do Estado. **Sinopse Estatística do Ensino no Estado de São Paulo - 1962.** São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1964.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação e da Saúde Pública. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo: 1935-1936.** Organizado pelo Prof. A. Almeida Junior, Director do Ensino por ordem do governo do Estado. São Paulo: Typ. Siqueira, 1936. 575 p

ENTREVISTAS

AMÉLIA. [abr.2017]. Entrevistador: Kamila Cristina Evaristo Leite. Rio Claro, 2017.

JOSEFINA. [set.2016]. Entrevistador: Kamila Cristina Evaristo Leite. Rio Claro, 2016.

MARGARIDA. [set.2016]. Entrevistador: Kamila Cristina Evaristo Leite. Rio Claro, 2016.

MARIQUINHA. [dez.2016]. Entrevistador: Kamila Cristina Evaristo Leite. Rio Claro, 2016.

VIOLETA. [nov.2016]. Entrevistador: Kamila Cristina Evaristo Leite. Limeira, 2016.

Instituições, acervos e sites consultados

Arquivo da Escola Estadual “Barão de Piracicaba”

Arquivo da Escola Estadual “Joaquim Salles”

Arquivo da Escola Estadual “José Fernandez”

Arquivo da Escola Municipal “Dennizard França Machado”

Arquivo Público do Estado de São Paulo – www.arquivoestado.sp.gov.br/site/

Arquivo Público e Histórico de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado”

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP - www.al.sp.go.br

Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Campus Araraquara.

Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP/Campus Marília.

Biblioteca do campus de Rio Claro – UNESP/Campus Rio Claro.

Colégio Puríssimo – Rede ICM em Educação - www.purissimo.com.br

Escola Municipal “Prof. Benedicto José Zaine”.

Escola Municipal “Profa. Laura Penna Joly”.

Fundação SEADE - <http://www.seade.gov.br/>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - www.ibge.gov.br/home/

MORE - <http://novo.more.ufsc.br/inicio>

Prefeitura Municipal de Rio Claro - www.rioclaro.sp.gov.br

Secretaria Municipal da Educação de Rio Claro

Software QGIS 2.18 Las Palmas de G.C

APÊNDICE A

Entrevistas com as professoras de escolas rurais do município de Rio Claro – SP, o roteiro de entrevistas e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Apresentação

Apresentam-se, neste documento, fontes orais (transcritas) que subsidiaram a análise da dissertação de mestrado em Educação intitulada “Memórias de professoras de escolas rurais (Rio Claro – SP, 1950 a 1992)”.

As entrevistas foram realizadas com cinco professoras primárias (Mariquinha, Amélia, Violeta, Margarida e Josefina) que lecionaram na zona rural do município de Rio Claro, interior do estado de São Paulo, no período que compreende os anos de 1950 a 1992.

O objetivo deste documento é subsidiar futuras pesquisas em História da Educação e na História da Formação e Trabalho Docente na zona rural do estado de São Paulo.

Referências

AMÉLIA. [abr.2017]. Entrevistador: Kamila Cristina Evaristo Leite. Rio Claro, 2017.

MARIQUINHA. [dez.2016]. Entrevistador: Kamila Cristina Evaristo Leite. Rio Claro, 2016.

VIOLETA. [nov.2016]. Entrevistador: Kamila Cristina Evaristo Leite. Rio Claro, 2016.

JOSEFINA. [set.2016]. Entrevistador: Kamila Cristina Evaristo Leite. Rio Claro, 2016.

MARGARIDA. [set.2016]. Entrevistador: Kamila Cristina Evaristo Leite. Rio Claro, 2016.

Roteiro de entrevistas

1. Ficha técnica do depoente (não será gravado)

Nome completo:

Nome Fictício:

Data de nascimento:

Local de nascimento:

Local do encontro:

Data do encontro:

Exerceu cargo de gestão:

Caso exerceu cargo de gestão, por quanto tempo permaneceu em sala de aula?

Caso seja aposentada, há quanto tempo está aposentada?

ENTREVISTA

2. Formação

2.1 Qual o motivo da sua escolha para exercer a carreira docente?

2.2 Qual foi o seu percurso de formação para o magistério?

2.3 A sua formação inicial auxiliou na sua prática docente para o magistério rural?

3. Magistério rural

3.1 Conte-nos como iniciou no magistério rural? Quais foram os motivos?

3.2 Em qual (ais) escolas isoladas rurais trabalhou no município de Rio Claro?

3.3 Em que período de tempo exerceu a sua carreira docente? Deste tempo quantos anos foram dedicados a zona rural?

3.4 Quais eram as dificuldades em ser professora rural? Relate sobre as condições de trabalho na zona rural. (salário, instrumentos de trabalho, documentação escolar, material didático, mobiliário, etc.)

3.5 Como fazia para chegar à escola?

4. Formação em serviço

4.1 Vocês professoras da zona rural tinham formação em serviço específica para trabalhar com alunos advindos do campo?

4.2 Se sim, conte-nos como eram essas formações em serviço. Em qual (ais) locais aconteciam? Quem oferecia? Era obrigatório, valia como pontuação para o concurso de remoção?

4.3 Como era as reuniões pedagógicas? Quais eram as recomendações dos inspetores de ensino/supervisores pedagógicos?

4.4 Os inspetores de ensino/supervisores pedagógicos realizavam visitas regulares as escolas isoladas? Como eram as visitas?

5. Práticas docentes

5.1 Como você professora desenvolvia as atividades pedagógicas nas escolas isoladas rurais?

5.2 Seguia algum material específico? O que era ensinado?

5.3 Quais informações pode nos dar sobre os alunos das escolas isoladas (condições socioeconômicas, disciplina, interesse nas aulas, etc.)

5.4 Como era a relação entre professor-aluno?

5.5 Quantos alunos havia por sala?

5.6 E as escolas como eram fisicamente?

5.7 Qual era a sua relação profissional com outras professoras que também ministravam aulas em escolas isoladas?

5.8 Como superavam a barreira de ser a única professora daquela escola?

6. Ligação da professora com o meio rural

6.1. Qual era a sua relação com o entorno da escola em que lecionava? Com a família, a comunidade e os alunos? Participava de comemorações, festas típicas da zona rural?

6.2. Relate alguma experiência vivida na escola isolada rural em que trabalhou.

PROFESSORA MARIQUINHA

Qual o motivo da sua escolha para escolher a carreira docente?

Profa. Mariquinha – Bom, eu sempre gostei muito de estudar e como eu casei muito cedo eu precisei interromper meu curso que eu fazia que era curso clássico eu fiz até o 2º ano clássico, depois casei começou chegar criança e naquele tempo mulher era difícil poder trabalhar fora de casa, assim em uma atividade ainda mais da atuação do sexo masculino tanto que é os ofícios mais procurados pelas mulheres quando trabalhava era enfermeira, era empregada doméstica, era tem outro mas não vou ficar esperando para lembrar então, mais todos só eram os homens... era muito raro você encontrar é claro que não ia querer ver mulher cortando carne em açougue com machadinha nem nada mais comuns assim como a gente ia encontrar homens lavadeiro, mas era tintureiro mesma coisa com outro nome. A mulher também tinha serviço o mais (embolou) era procurava medicina, advocacia esses aí (?) fora isso a mulher nasceu para ser dona de casa, era a ideia popular. Eu casei, sai do 2º clássico, nasceu o nenê e também não tinha como aqui em Rio Claro as irmãs do Puríssimo Coração de Maria não aceitavam alunas casadas era só para jovens, solteiras. Então eu fiquei sem poder aumentar [estudos] aceitei a situação, mas Deus põem na hora certa nos caminhos certos, aqui tinha um senhor, diretor escolar, falou que foi criada uma escola com bastante dificuldade, foi autorizada a criação de um Curso Normal do Estado então, quando saiu a ideia em si naquele tempo também tinha que se respeitar a dificuldade que tinha de comunicação, não é como hoje que você liga o rádio, você tem jornal para ler, qualquer lugar, na igreja o que é importante o padre comunica.

Interrupção

Profa. Mariquinha - É então esse senhor que o meu pai conhecia era diretor do ginásio era um cargo na educação, um cargo importante, mas ele trabalhava mais na escola que na delegacia de ensino. Ele era amigo do meu pai, então quando saiu foi ventilada a ideia de abrir um Curso Normal para casados ele já veio correndo e falou seu Anastácio fique com os documentos de sobreaviso porque eu quero ver sua filha lá dentro do Ribeiro e foi ai que facilitou, foi criado e eu fui porque já tinha classe e eu não precisei fazer 1º e 2º ano normal já entrei normalmente e a escola era ali na rua 7 avenida 2 a minha filha quando chorava de saudade o meu marido levava tinha um armazém na esquina ela ficava sentadinha nos caixãozinho brincando com as coisas e me olhando.

Neto – Hoje ali é um museu.

Profa. Mariquinha - Então ela ficava satisfeita de me olhar lá de cima e terminei assim o curso depois me candidatei ao cargo de substituta efetiva porque os meus pontos para ingresso no magistério e era 12 pontos por mês para quem trabalhava em escola na cidade e para quem trabalhava na roça, na escola isolada era 30 era 1 por dia. Veja eu fiquei 12 anos (?) por causa disso, mas daí já estava tudo criadinho tudo bezerrinho eu peguei uma substituição na escola isolada vida sofrida. Você quer que fale sobre professor na escola isolada?

A sua formação inicial auxiliou na docência em escolas na zona rural?

Profa. Mariquinha – Olha trabalhar eu trabalhava como é que chama aquele bairro...Assistência não sei nem se existe ainda, eu trabalhei ali. Então o que acontecia, eu ia de ônibus para lá mais a estrada, a escola ficava longe da estrada então por gentileza do motorista a gente ia de ônibus parava na estrada ali parava ali, ali não era parada ele não podia parar ali mas por causa das professoras não eram muitas parava ali a gente descia e ia a pé um bom trecho quase 1 hora eu acho e para encurtar tinha cerca de varal o gado ficava solto no campo então para evitar contato havia essa cerca de arame farpado e chovia muito nesse dia e esperava o ônibus, fiquei numa casinha que tinha ali na beira da estrada até a chuva passar, mas não passou no fim eu olhava no relógio assim quase 6h já aquela barreira para enfrentar e eu ali caderno na mão guarda-chuva na mão e fiquei que nem um patinho na água, a água escorrendo. Bem viemos quando desceu aqui na porta eu desci eu tinha molhado todo o assento da frente do caminhão o menino que era o ajudante do caminhão estava inteiro molhado quando eu desci, sai escorrendo água e ele todo molhadinho o motorista molhado, mas olha foi um fato engraçado eu falei meu Deus do céu sai toda sequinha de casa.

Neto – A senhora acha que o curso do Ribeiro ajudou a dar aula nas escolas isoladas?

Profa. Mariquinha – Claro, porque sempre era vamos dizer assim, um curso profissionalizante que ajudava muito porque os professores não sei hoje, não posso falar nada como são as escolas, ginásio essas coisas, porque não frequento, não tenho filho pequeno, os nossos dentro de casa fazem nas escolas que a gente conhece, escola particular, então a gente não tem contato, mas, conhece o que acontece.

Neto – Lembra vó do seu curso no Ribeiro? De alguma professora, alguma matéria assim que a senhor gostava mais?

Profa. Mariquinha - Bem, não me lembro, assim de momento não lembro mas o charme quando eu cheguei no Puríssimo era a escola [Normal] oficial [Livre] só para meninas e eu cheguei lá tinha um professor chamado Leo até hoje me lembro daquela escadaria assim

era uma cena de filme para quem era pequena e boba achava interessante porque olhavam todas do mesmo lado.

Neto – A senhora não lembra alguma coisa do tempo em que a senhora estudou no Ribeiro?

Profa. Mariquinha - No Ribeiro. Tinha essa que o vô ficava lá embaixo a menina era pequena precisava mamar, então levava para eu amamentar e o meu marido ficava lá conversando comendo docinho porque ele é louco por docinho dando prejuízo para o armazém.

Dona Mariquinha a senhora lembra quais escolas isoladas a senhora trabalhou?

Profa. Mariquinha – Não trabalhei muito porque a diretora quando eu estudava no Ribeiro, a diretora do Ribeiro por sorte minha e graça de Deus morava ali atravessando a rua e o outro vizinho se fez amigo do meu pai, então os dois conversavam numa área para a outra casa e a Ana quando eu cheguei no Ribeiro ela sabia que eu tinha filho pequeno tinha horário ela disse: - não você vai ser minha funcionária pediu ordem para o Estado, foi dada a ordem e então fui trabalhar como auxiliar de direção.

Neto – Aonde?

Profa. Mariquinha – No Ribeiro, trabalhei no Ribeiro um tempo acho que um ano e meio um pouco mais.

Neto – Antes de dar aula na Jacutinga?

Profa. Mariquinha– Não, acho que não. Agora você me deixou na mão, porque antes da Jacutinga, porque eu trabalhei como substituta e eu não deixei nenhuma vez o cargo de professora depois a não ser para assumir a direção, a vice direção das escolas.

Neto – Mas a senhora deu aula na Jacutinga?

Profa. Mariquinha – Na Jacutinga e Serra d'água.

Neto – Na fazenda Serra d'água né?

Profa. Mariquinha – Fazenda Serra d'água. Na Serra d'água eu dormia passava semana.

E dessas duas a Serra d'água e a Jacutinga eram escolas estaduais?

Profa. Mariquinha - Estaduais.

Neto – A minha vó quando ela deu aula lá na Serra d'água era assim ela ia segunda cedo né vó?

Profa. Mariquinha– É, eu ia no caminhão do leite as 9h da manhã e ficava lá até o sábado 3h da tarde.

Neto –Meu avô ia te buscar, mas isso na Serra d'água na Jacutinga a senhora ia e voltava todo dia.

Profa. Mariquinha – Todo dia.

E a senhora lembra como era a casa que a senhora tinha que ficar lá na escola?

Profa. Mariquinha – Lembro, era de madeira, aquela madeira de lei dessa grossura e assoalho a janela tudo sem vidro, sem luz, sem água encanada, era a primeira escola municipal que eu... como chamava essa escola, não me lembro, não tinha nada o banheiro era aquele de madeira feito com tábuas assim um caixote feito assento, então era bem abandono total mesmo no meio do milharal assim quantas vezes acontecia alguma coisa que precisava de atendimento as crianças dava dó usava o mais velho, o pequeno pra ir no campo, na roça onde o pai estava trabalhando para levar a criança para casa criança passando mal elas estavam tão acostumadas que todo dia um passando mal que eles já tiravam as coisas de cima da mesa da diretora da professora para deitar outro daí um sempre ficava olhando o que estava doente até que o pai viesse buscar para levar para o hospital.

Neto – Mas e a casa que a senhora morava lá?

Profa. Mariquinha – Não a casa que eu morei depois quando fui trabalhar na Serra d'água os Boer nossa aquela era um palácio só que o palácio um dia quando eu acordei a moça foi limpar o quarto tinha uma cascavel enrolada no canto.

Neto – Eles deixavam a professora dormir lá?

Profa. Mariquinha – As outras casas, por exemplo, as outras casas em segundo lugar que era mesma família porque eram gêmeas e cada um tinha um pedaço da parte deles lá era madeira assim como é que se diz a casa deles era daquele que se faz a taipa aquele que joga o reboco e aquilo ali é uma criação de doença.

Neto – Do barbeiro.

Profa. Mariquinha – Barbeiro. Para sair da escola para vir para casa eu passava pelo chiqueiro dos porcos. Em contrapartida tinha presença agradável do encontro dos nossos rios aqui de Rio Claro.

Neto – O Rio Corumbataí.

Profa. Mariquinha – Não, um riachozinho que passava por perto ali a meninada na hora do recreio precisava de fiscalização dura precisava mandar bilhete para os pais porque ali era perigoso pedra lisa teve um menino filho de uma farmacêutica que o pai levou o filho para pescar ele caiu bateu a cabeça na pedra trouxe para cidade e não conseguiu salvar o menino.

Para passeio, para pescar, para distrair era um lugar assim muito perigoso, mas por felicidade a criança daquele tempo não posso falar nada de hoje, muito mais atenciosa, muito mais interessada, a família muito mais grata ao professor, lembro quando minha neta nasceu eu tinha três dias de licença, quando voltei aquilo me emocionou não esqueço mais os

que tinham planta em casa traziam as flores que tinham para mim eu ganhei neném ganhei de uma pequenininha todinha simples uma inteligência fabulosa trabalhando na enxada ela foi, ela apanhou florzinha do campo e trouxe pra mim – olha para senhora para enfeitar a sala– um toco de gente eu tinha uma tristeza porque como estava perdida ali você não podia fazer nada porque até o 3º ano que o Estado fornecia depois tem que vir para cidade, vir para cidade não tinha.

E qual a dificuldade de ser professora na zona rural?

Profa. Mariquinha - Professora?

Isso na zona rural a dificuldade que a senhora enfrentava.

Profa. Mariquinha. Eu sem falsa modéstia nunca tive dificuldade nenhuma e quando vinha para casa para eu poder descansar mesmo da semana quando eu chegava a dona Itália já tinha preparado a manteiga para eu trazer para minha casa, o queijo, o leite tudo que fosse derivado da vaca eu trazia, mais as frutas, arroz, feijão, trazia de tudo, quer dizer que não posso falar mal. Agora esqueci a pergunta que você fez.

Neto – Ela perguntou das dificuldades em ser professora na zona rural.

Profa. Mariquinha –A dificuldade, a dificuldade em si era a falta de um abrigo uma facilidade a mais para você tomar condução ao invés de ficar na beira da estrada com mosquito com bichinho e a noite no inverno 5h30 é noite o ônibus as vezes passava 6h30 eu ficava lá parada, só parava mesmo ônibus porque sabia que ali tinha gente e o aluno me via na estrada.

Neto – A senhora já me contou por exemplo que onde a criança além de estudar trabalhava com o pai e a mãe na roça

Profa. Margarida – Tinha, tinha.

Neto – E dormia na sala de aula não aguentava o cansaço.

E o material escolar?

Profa. Mariquinha - Mais imagine, você sabe o papel que as mães dava para as crianças fazer tarefa de casa tinha que dar exercícios porque era 1º, 2º e 3º ano numa sala só 4º ano não tinha depois que foi criado o 4º ano e a criançada vinha atravessando o mato, mato denso, uma mãozinha assim, aquela mãozinha quando você via calejada do cabo de enxada, ai eu me perdi de novo.

O cabo da enxada com tudo, o padre aquele que tomava conta daquele espaço daquele povo lá era muito requisitado tudo era o padre só que o padre não residia lá era fora, então tudo que acontecia o professor tinha que providenciar.

Neto – Mas vó entre seus alunos tinha os filhos do dono da fazenda e os filhos dos trabalhadores da terra?

Profa. Mariquinha - É essas fazendas todo mundo sabe que filho de rico de fazendeiro não vai para esses lugares, mas ali, por exemplo, na escola, era hora do recreio as crianças tomavam o lanche já vinha a mãe com o pãozinho sei lá o que, um pedacinho de queijo para professora, vinha carregada com leite, era uma gratidão moral que eles davam, a gratidão afetiva de querer que você tivesse uma lembrança deles, então nossa a exigência dos pais para que os filhos... me lembro dessa menininha que eu falei agora e o irmão que cursava o 4º ano que queria que tinha possibilidade de vir para a cidade fazer ginásio, mas não tinha diploma que estava com 18 anos e era da roça, então assim sabe o coração aberto para o que ele fazia... pediu licença para o delegado e tiveram pular uma página do livro de matrícula das crianças e deixaram em branco, não em branco incompleto tinha o nome, mas não tinha a data de nascimento, então no fim era desses que tinham mais de 7 anos não sei qual era não lembro até que tinha matriculado no começo qual era havia uma exigência porque não lembro agora.

Profa. Mariquinha - Tudo que era de material assim cedia e cedia também remédio. Eram assim muito dedicados você não era uma pessoa humana você era uma deusa para eles tudo mais tudo nossa se soubesse que tinha assim fuxiqueirinho irmãozinhos sempre fuxiqueirinho se chegasse em casa assim – pai a professora ficou brava brigou com fulano lá - podia contar que no dia seguinte ele não ia na aula – por que o Zezinho não veio na aula? O pai dele deu nele que saiu até sangue, era assim, quer dizer que eu pessoalmente eu não tinha coragem de chamar os pais para dizer que estava precisando de material porque a escola não tinha para dar.

Enfim com coisas mais simples com jeitinho falava e as crianças que não tem material fica desocupada e ela precisa se ocupar ela fica fazendo barulhinho querendo ir no banheiro então uma vez só aconteceu de o menino não veio a escola porque apanhou nunca mais na minha classe ninguém apanhou assim. Vinham a cavalo que eu lembrei agora e não tinha onde amarrar o cavalo estava perdendo hora punha no primeiro tronco daí você estava na metade da aula o cavalo fugia a sala inteira saia correndo para pegar o cavalo (risada) e no fim fica divertido.

Neto – Então material, mobiliário tudo se resolvia no espírito de comunidade as pessoas iam se ajudando o pouco que tinham juntando pegavam do padre pegavam, então do ponto de vista material era isso, assim, era nada.

Profa. Mariquinha - E quando aparecia, por exemplo, que eu falei nossa o seu A. nossa ia que nem vendedor ele levava tudo que pudesse trazer apagador e a criança quando começou a escrever à tinta e aqueles apagadores assim, então tudo que ele podia ele levava, mas o Estado sempre faltou mesmo com essas coisas assim. Essa menininha era tão inteligente

o irmão sentava na última fileira nas cadeiras da igreja era grandalhão tinha um açougue até avenida 20 e pouco aqui embaixo ela olhava para ele e falava – Tião vai pedir para mim te ensinar ela estava no 2º e ele no 4º vai pedir para mim te ensinar a fazer aquela conta se vai fazer sozinho conversa um pouco mais. Eu ficava admirada de ver como é que pode haver um país deixar assim esse tipo de brasileiro abandonado porque estavam abandonados mesmo.

Como você organizava a sua sala de aula?

Profa. Mariquinha - Nem toda classe, nem todos os anos coincidia, por exemplo, com mais duas series na mesma classe, isso fica bem claro que é escola isolada. Por fileira de carteira, a gente punha os de 1º ano esse era o mais difícil porque naquela ocasião a classe mais trabalhosa que a gente tinha era o 2º ano você tinha que aprender fazer problema com mais de uma operação, você tinha que aprender linguagem e composição para dissertar história em cima de uma gravura mesma coisa da cidade não tinha diferença só que as condições deles inclusive física era enxergar de noite à luz da vela fazer lição não dava não combinava eles acabavam dormindo à luz da vela. Às vezes a gente colocava o 2º e 3º ano porque na escola isolada tinha 10, 15 alunos.

Então você podia selecionar assim punha o 2º e 3º ano o 3º e 4º na mesma fileira porque ali muita matéria e quando eles receberam a informação foi só uma paisagem assim do que continha aquilo por exemplo Estado de São Paulo e que vai aprender serras, rios, estradas então já ficava condicionado que era aquilo ali e ai intensificava o estudo do conhecimento já no 3º ano porque no 4º ano já era uma não obrigatoriamente já era uma iniciação um exame de admissão ao ginásio não era chegar lá como hoje e fazer uma matrícula você entrava passava por um exame.

Comente sobre as visitas dos inspetores de ensino as escolas isoladas

Profa. Mariquinha - O inspetor não avisava quando chegava, ele chegava o dia que queria na hora que ele queria e ele também não se contentava com a fala do professor ele chamava o aluno na lousa punha 3, 4 olhava o caderno que eles tinham ali quanto tinha um programa de ensino que você precisava todo o Estado seguia para quando acontecesse do inspetor visitar uma escola estar em julho em fevereiro o que vai ser, vai ser revisão do ano anterior depois março tudo distribuído assim no Estado todo e facilitava a visita do inspetor e quase mensalmente vinha o inspetor aqui em Rio Claro que era casca de ferida.

Pessoalmente educadíssimo fino no tratamento, mas exigente, ele te pegava o caderno que menos você esperasse para ver e dizia para criança ir no armário pegar o caderno lá em cima trazia ele olhava chamava uma criança ditava um número fazia mesmo divisão no 2º ano por dois algarismos com todas as dificuldades problema com mais de uma operação,

enfim tudo quase tudo o pior ano era o 2º inclusive na linguagem e como na matemática por causa disso e as crianças tinham... não é que tinha um amadurecimento, tinha, mas tinham uma vida deles que em casa era difícil luz de vela a noite fazer lição. Então esse seu Almir era superamigo dos professores sabe, no entanto não tem nenhuma escola aqui com o nome dele.

O inspetor de ensino passava alguma recomendação?

Profa. Mariquinha - Não, ele não falava ele tinha um livro é um caderno não era caderno uma caderneta onde ele deixava na escola era na entrada da escola na sala do diretor o termo de visita ali nossa quando era seu Almir era só elogio, ele pegava ia lá no 2º ano que era difícil a criançada aprendia divisão por dois algarismos e ele ia na lousa punha o menininho para ditar a criançada ria quando ele errava sabe aquele punha zero no lugar do zero ele fazia errado aproveitava o número como seis ele somava quando ele ia fazer colocava como seis só para ver se a criança achava o erro e o seu Dirceu... A delegacia mandava esse mês tem que ter cinco exercícios de formação de frase a vista de gravura para a criança de 2º ano pegar aqueles quadros não sei se você já viu é aqueles rolinhos assim com gravura no 2º ano, 1º ano formava frase, o 2º ano já fazia descrição daquilo, quando chegava em casa criança queria dormir ou comer.

Nossa ele contava quantos trabalhos tinha feito, a letra, se o caderno era o caderno mesmo, se era um caderno sujo malcuidado e olha no fim na saída deixava aquele documento lindo tinha não sei quantas cópias para mandar para o Estado.

E as reuniões pedagógicas?

Uma por mês o local dependia da escola o mais confortável possível o Barão de Piracicaba por exemplo sala de aula só porque a diretoria era tão pequena que não dava mal dava diretor e o auxiliar e o Barão de Piracicaba ainda teve ginásio funcionando lá então ficou tremendamente apertado para uso da diretoria.

Quando tinha era uma reunião mesma sala mesmo assunto agora cada professor tinha liberdade tinha por exemplo 15 minutos para o lanche e nesse lanche a gente ficava discutindo o que foi proposto se aparecesse alguma dificuldade emergência você podia na segunda parte refazer com o professor e os colegas a desfazer as dificuldades que apareceram essa ata ia não sei para quantos lugares e ai acabava na secretaria de educação.

E era o inspetor de ensino que ficava responsável pela reunião pedagógica?

Profa. Mariquinha – Era responsável quando havia muita sala e poucas pessoas assim vinha professor da outra classe de outra escola uma assim que tem bastante o professor do Irineu Penteadado ia ser examinador lá no Ribeiro. Era bem rígido mesmo não é como hoje que a criança houve uma época mais terrível do que de agora a promoção automática, você

lembra disso a criança nem lia nem o que estava escrito no papel e já estava no 2º ano foi uma loucura aquilo lá.

Tanto faz tanto o diretor e os professores entre si sempre tinham ou o diretor ou vinha uma professora de outra escola para fazer a reunião para ver os problemas daquela escola ou o próprio diretor que daí ele já ia assumir ou apresentar a solução ou explicação para delegacia de ensino era muito a delegacia naquela época agora não sei porque estou afastada.

Era as professoras que ficavam responsáveis pela documentação escolar das escolas isoladas?

Profa. Mariquinha - Tudo. Mensalmente era comunicado com Rio Claro com a delegacia aqui do centro da cidade a gente tinha comunicação aqui no Joaquim, aqui pregado com o colégio né perto do Joaquim Salles ali o ponto de encontro era ali.

E dona Mariquinha em relação com outras professoras que também trabalhavam em escolas isoladas rurais a senhora tinha contato ou não?

Profa. Mariquinha - Como funcionária, como professora normal com as outras a gente tinha marcava um dia e se reunia na própria escola quando tinha que ser uma reunião a respeito da delegacia ia ou os dois juntos ou só o diretor ou só o auxiliar e depois passava o livro de reuniões cada um tinha tirava de lá o que desejava tirar aprender o que interessou dali e para tirar cópia e seguir caminho e esse seu D. nossa se tivesse faltando uma coisinha assim punha contra o professor.

E troca de conhecimento entre as outras professoras vocês não tinham? Por exemplo planejamento de aula?

Profa. Mariquinha - Não, isso eu acho que não a ocasião era a reunião daí todo o pessoal daquela região se reunia e uma professora por exemplo tinha dificuldade procurava.

Neto – A senhora estava falando de uma época em que as estâncias eram outras assim e as dificuldades de transporte eram muito maior então sair de casa pra vir a escola tomava um baita de um tempo e ai isso era uma coisa que dificultava o encontro de professores pra parte assim de conhecimento porque o cotidiano de ir para a escola e voltar já tomava um tempo danado.

E geralmente as professoras das escolas isoladas rurais eram as únicas na escola.

Dona Mariquinha a senhora começou a falar um pouco sobre as escolas pode relatar um pouco do aspecto físico?

Profa. Mariquinha - A princípio quando tinha mais ou menos algum número de criança assim na escola para frequentar a escola o Estado dependendo eu ao mesmo tempo lecionei escola estadual e na municipal fazia um acordo por exemplo quando eu lecionei numa

escola isolada não sei se já falei a prefeitura pagava o professor, não a prefeitura dava o prédio e o Estado pagava o professor e daí ele era registrado no Estado tinha direito a bônus e o que mais você perguntou?

Em questão da construção da escola, o prédio como era?

Profa. Mariquinha - Primeiro começando pela parte sanitária, era quatro tábuas um vaso [sanitário] quebrado pela metade, ali servia para o professor, servia para os alunos e para quem passava na rua, para tudo, as vezes não tinha um pingote de higiene, mas não tinha outra coisa era o que as crianças usavam e a gente, no mais o tratamento pessoal o professor foi muito respeitado, a criança eu já falei para você que quando era nem vinha para escola quer dizer era uma agressão que quando eu soube disso procurei nunca chamar a atenção da criança quando estivesse outra perto porque a outra ia contar para o pai, para o tio ou o irmão mais velho que a professora chamou a atenção. Eu esperava a hora que era do recreio pedia para ir apagar a lousa e depois chamava na mesa e conversava.

Madeira a janela dificilmente tinha vidro colocava os vidros as cadeiras carteiras tudo resto que vinha velha usada aquelas que tinha o cinzeirinho assim uma rodinha de madeira que punha assim o assento que dava para duas crianças, mas era tudo resto sem uma perna o material era um desastre era difícil.

Neto – Tinha situações em que não tinha mobília e a igreja emprestava

Profa. Mariquinha – O banco para quando os adultos lá quiseram pedir para a prefeitura e conseguiram para classe precisamos moldar, então o que o padre fez, emprestou a mesa do altar e os bancos da igreja, da segunda-feira do sábado para por cada coisa no seu lugar para no domingo o padre poder celebrar a missa, então havia uma colaboração muito grande assim que quem chegava lá e visse o padre de roupa comum com enxada na mão ajudando tirar sujeira da frente da escola no trabalho no dia de descanso dele não era também a escola isolada era longe a primeira casa que você encontrava era você chegava bufando lembra aquele dia que eu cheguei encharcada em casa tomei aquela chuva na beira da estrada aquele dia cheguei que molhei o motorista molhei o ajudante do motorista precisei entrar direto eu não conseguia tirar a roupa precisei chamar minha mãe pra poder ajudar tirar tão grudada estava no corpo tanta chuva.

E nessas questões de que falta sanitária dona Mariquinha a senhora chegou ficar doente alguma vez?

Profa. Mariquinha - Não, doente não fiquei mais (risada) as necessidades com piolho ah como eu peguei piolho como eu odiava aquele papelzinho branco para tirar punha o papel branco na mesa e passava o pente fino o piolho caia vivo ali e você matava porque não

tinha como mesmo que usasse remédio punha touca assim aquele remédio horrível na cabeça ficava os ovinhos e depois estalava e voltava a ficar e uma criança com piolho era a classe inteira com piolho e a professora também essa Miriam que eu falei essa minha colega ela pegou aquela doença...

Neto – Erisipela

Profa. Mariquinha - Não, não era erisipela, um tipo de erisipela bom era uma doença de pele pegava das crianças ela não tinha assim primeiro ano aquela carteira que abria assim ela sentava do lado da criança ficava ela pegava gripe tudo quanto era doença infantil ela também era eu nunca envelheço ela falava só tenho doença de criança e era verdade porque muito dedicada e a criançada até esqueci que o piolho tinha ali, então hoje em dia a gente já conta graças a Deus com uma instituição mais positiva a respeito de saúde e de higiene.

Neto – A senhora aposentou em 80.

Profa. Mariquinha – Você sabe matemática faz as contas eu já esqueci. Mas é foi muito bom vou dizer pra você valeu a pena, valeu a pena quando foi domingo eu fui a missa estava assim a igreja estava cheia a igreja aquele aperto ai veio aquela senhora – dona Mariquinha, dona Mariquinha – eu parei olhei e não reconheci a pessoa ela disse eu sou a A. P. a senhora lembra de mim minha aluna acho que das primeiras classes de magistério aqui na igreja da Saúde a gente tinha uma classe de alunos no porão da igreja e eu fui nomeada como professora municipal e ali tudo muito apertado eu ficava ali com as crianças pegava tudo também ia de charrete o charreteiro ficava por lá voltava de charrete, mas foi bom graças a Deus.

Você participou de alguma formação específica para a zona rural?

Profa. Mariquinha - Não o que a gente costumava ter era as reuniões mensais.

E essas reuniões ajudavam?

Profa. Mariquinha – Ajudavam porque as dificuldades o Estado não sei se ainda é assim com livro assim com o programa uma divisão o que dar em março o que dar em abril.

Eu vou pedir para você que resalte o professor naquela ocasião o povo valorizava como se fosse um santo um respeito pelo professor não admitia que o filho respondesse mais nada para o professor hoje se falar se fez isso é como eu falei abandonou não aguentou mais ficar dando aula com uma injustiça dessa.

Agora dona Mariquinha para terminar se a senhora quiser contar mais um relato da sua experiência se quiser fazer um resumo geral para fechar pode ficar à vontade.

Profa. Mariquinha - Olha eu não sei se todos os professores que lecionaram, eu fui substituta efetiva, fui auxiliar de diretor, assumi todas as vezes que o diretor entrou em

licença, quer dizer que foram 34 anos de trabalho dentro da educação sempre assim tanto com classes trabalhando com aluno como trabalhando na secretaria da escola eu só tive prazer, eu só aprendi que o mundo só se salva quando souber amar as crianças enquanto a criança estiver jogada no lixo o Brasil não vai para frente isso me emociona demais porque eu vejo minha netinha mais nova que está com quatro anos e é falante, outro dia fiquei pensando que Deus dê essa alegria para sempre.

Agradecimentos.

PROFESSORA AMÉLIA

Qual o motivo para escolher a carreira docente, ser uma professora?

Profa. Amélia – Na verdade não foi uma escolha, foi um sonho, assim uma realidade de fato. Eu estudava, fiz curso normal, mas a minha intenção, meu sonho mesmo era ser jornalista, mas a minha mãe na época achou que eu deveria fazer um curso, vamos dizer que hoje seria o técnico, que eu saísse com um certificado na mão e pudesse trabalhar.

A partir daí se eu quisesse continuar fazendo o curso eu faria, mas teria um diploma que me facultasse dar aula ou trabalhasse no que for e ganhar dinheiro, esse era o ponto de segurança.

Comecei a lecionar antes de começar a lecionar na verdade, eu fiz um curso de especialização para deficientes mentais em São Paulo, nossa como é que se chama a escola, agora não lembro, eu sei que eu fui fazer esse curso eu fui indicada pela professora de psicologia do terceiro normal como se chamava na época, hoje magistério na minha época normal, ela me indicou para fazer esse curso que ela achava que eu tinha o perfil de professora especializada, bem ela viu isso, mas eu não vi. Fui para São Paul fiz o curso que era de dois anos, curso regular, dois anos sendo um ano de aprendizado e o segundo ano meio período de aula meio período de visitas nos institutos. Realizei esse curso no primeiro ano eu fiz curso integral de manhã a tarde, mas no segundo ano tínhamos que fazer estágio também não tinha professora para ministrar aula na classe especial tinha muita classe fechada com direito pra abrir criança esperando, mas não tinha professor habilitado, então a nossa professora que era dona de um instituto sugeriu que nós déssemos aula no segundo período e contasse como estágio foi assim que eu entrei no magistério. Foi em 72 isso em 1972. Minto era 1970.

Qual é o nome da escola normal que a senhora fez?

Profa. Amélia – Instituto de Educação Joaquim Ribeiro

Em São Paulo você realizou apenas a especialização?

Profa. Amélia – Sim, sim. Fiz um ano intensivo, integral na verdade e no segundo eu já comecei a fazer meio período, dava aula. Assim então eu fui minha professora e minha estagiária. Naquela época não tinha professora.

Entendi.

Profa. Amélia – Tinha muita criança e não tinha professora

E a sua formação inicial professora, você acha que auxiliou trabalhar no magistério rural? Havia alguma disciplina do curso normal que auxiliava no magistério da zona rural?

Profa. Amélia – Não na verdade o que eu passei para a escola rural foi o que aprendi na sala de aula no Ribeiro o que eu trouxe lá de São Paulo eu não iria aplicar numa classe dita inteligente, então eu não tinha que seguir a linha, eu na verdade ingressei, quando ingressei em classe especial passei primeiro por São Paulo quando eu comecei a fazer estágio, já contou tempo de serviço.

Para eu vir para Rio Claro que era o intuito eu tive que aceitar uma escola especial onde tivesse e aceitei aqui no “Monsenhor Martins” [Escola] era uma classe que tinha uma amiga...então depois amiga na época também era estagiária e ela foi pedir pelo amor de Deus para eu não escolher a classe que eu tinha prioridade meu curso era regular o dela era intensivo. Eu também preciso trabalhar sou casada tenho uma filhinha fiz um curso regular de dois anos e tal, porém em suma eu vim para o Monsenhor Martins e fiquei lá oito anos, mas eu não era ainda concursada eu era o que chamava na época de substituta hoje é estagiária me parece, mas eu fiquei no Monsenhor Martins durante oito anos.

Quando chegou o concurso eu prestei, passei e chegou o dia da escolha, porém para eu vir para Rio Claro eu estava saindo de Rio Claro para eu vir de volta para Rio Claro eu tinha que escolher uma classe comum porque não tinha especial aqui para mim aí foi que eu comecei em 1972. [datas imprecisas].

Onde?

Profa. Amélia – Na Fazenda São José.

Foi então a primeira escola rural que a senhora trabalhou?

Profa. Amélia – Sim, primeira e única

Na Escola da fazenda São José a senhora ficou quanto tempo?

Profa. Amélia – Seis anos

Seis anos. Esses seis anos a senhora ficou porque precisava em questão de pontuação ou porque a senhora gostou e foi permanecendo?

Profa. Amélia – Não, primeiro porque eu gostei, foi amor à primeira vista, amei a escola amei o lugar e tem as particularidades. Eu gostei muito do lugar, sou assim, sabe, eu não sou uma pessoa de chegar aqui conversar com você e deixar você. Eu sou inovadora eu gosto de mudar alterar melhorar levantar o astral, então foi assim que eu cheguei na Fazenda São José, com esse espírito de mudar e renovar a minha escola que era a mais pobre e a mais distante.

Na Fazenda São José havia mais de uma escola isolada?

Profa. Amélia – Três escolas estaduais e uma da prefeitura.

A senhora trabalhava na estadual?

Profa. Amélia – Sim.

E como que era a sua escola professora, na Fazenda São José, as características da escola?

Profa. Amélia – A minha escola era a mais distante e a mais acabada, lá a terra era vermelha e a parede da escola também, tudo acabando. Na porta da cozinha da escola havia um matagal, você não sabia o que que era lá embaixo. Havia muita cobra eu tenho pavor de cobra. O que eu fiz, eu tinha boa amizade com o administrador A. B, ele era o administrador da fazenda, ele que mandava. UM dia eu falei par ele – A.B, sua casa é bonita? Ele falou - é do jeito que eu gosto. Eu também gostaria de ter uma classe bonita, dar aula numa classe bonita. A escola está tão acabada, tão arrasada, matagal na porta da escola, tem cobra, tem tudo, você não pode me ajudar mandando uns rapazes lá limpar o quintal pintar a escola? Ele falou - pode deixar, vou fazer isso para você.

Ele dispensou alguns funcionários, tirou da roça e mandou pintar a escola e carpir tudo, fazer uma cerquinha isolando a escola do resto. Você não acredita no que eu vi naquele quintal, eu vi um quintal limpo árvores frutíferas bananeiras, laranja, limão e um monte de coisas úteis que as crianças usaram e desfrutaram daquilo por anos e no fundo na baixadinha tinha um rio lindo passando que ninguém sabia.

O matagal escondia.

Profa. Amélia – Exatamente isso, a escola já estava pintada, a lousa, a porta bonitinha, as crianças tinham feito um jardim e depois que eles fecharam com cerca eu escolhi um dia por semana para as crianças para nós fazermos a horta da escola, fizemos a horta, alface, jiló, berinjela, um monte de coisa, espinafre que eu levava de saco, para o administrador, todo mundo comia, então essa foi a primeira arrancada, a minha escola ficou a mais bonita. Então foi assim, no começo foi difícil não vou dizer que foi fácil.

Imagino

Profa. Amélia – Não foi fácil, mas a gente tendo vontade faz.

A Fazenda São José era uma fazenda muito grande?

Profa. Amélia – Enorme, maravilhosa.

Ela [Fazenda] comportava três escolas estaduais e uma municipal?

Profa. Amélia – Isso.

Todas escolas isoladas?

Profa. Amélia – Sim, sim.

Multisseriadas?

Profa. Amélia – Sim.

A senhora atendia até que ano/série?

Profa. Amélia – 1ª, 2ª e 3ª.

Tudo na mesma sala/escola?

Profa. Amélia – A divisão era só de carteiras.

Como era a utilização/divisão da lousa?

Profa. Amélia – Porque na verdade as crianças que eram da 1ª e 2ª séries elas ficavam no fundo da classe virada para uma lousa, os demais virados para cá, para a outra lousa.

Então havia duas lousas na sua escola

Profa. Amélia – Duas lousas e dava tudo certinho. As crianças eram muito carentes, demais da conta, iam para a escola na maioria das vezes sem sandália ou sem sapato. O que eu fazia, no sábado nós não tínhamos aula, pegava meu carro e passava nas casas de calçados pegar calçado que estava fora de linha. Enchia o carro e domingo eu ia na minha colônia dividir os sapatos.

Então a senhora morava na fazenda?

Profa. Amélia – Não morava. Eu tinha duas filhas e minha mãe, não morava lá.

Então você ia e voltava todos os dias?

Profa. Amélia – Sim, saía daqui umas 6h30, pouco mais que isso e voltava as 11h30. Então era um carro para as quatro. Nós revezávamos uma semana cada uma e a Fazenda dava gasolina para a semana.

A Fazenda ajudava com o combustível?

Profa. Amélia – É.

Matrícula dos alunos, livros de frequência e o livro de termo de visita, era a senhora responsável por essa documentação?

Profa. Amélia – Termo de visita era o supervisor ia uma vez por mês em cada uma das escolas fazia a apreciação dele e dava as notas dele e tal e nossa responsabilidade era passar o conteúdo para a criança deixá-la preparada e fazer as notas tudo certinho a caderneta etc., mas não tinha grande burocracia não era mais ali no pega pá capa.

Havia alguma formação específica em serviço para as professoras que lecionavam na zona rural?

Profa. Amélia – Não, a única preocupação que eles tinham é saber se a criança estava aprendendo ou não. O resto eles não viam que por trás daquele aprendizado que todos eles tinham aprendido equivalia a todos os livros que pudesse ter na sala de aula porque veja bem como eu disse para você no começo transformamos a escola que era a última a horrível em uma escola gostosa vistosa que todo mundo gostava de ir fiz uma horta invejável que abastecia as crianças.

Eu ensinei as crianças da fazenda a fazerem uma horta no próprio quintal porque toda casa de ponta a ponta da colônia tinha um quintal daqui como naquele poste, lá o quintal inativo tinha só mato e aquele riozinho que passava no fundo de todas as casas e inclusive na escola eu falei: - gente eu quero fazer um concurso com vocês querem?

As mulheres dali compravam verdura, ovo, frango do cidadão que passava na rua vendendo para elas, agora pensa comigo, você mora numa fazenda com um quintal imenso com água e tudo, você compra verdura do homem que passa ali? Eu disse: - nossa gente, isso não está certo. Quero fazer um concurso com vocês, primeiro vocês vão ajudar o papai e a mamãe fazerem uma horta bem linda, os canteiros e eu vou trazer as sementes e cada um vai fazer uma horta no seu quintal uma não várias uma horta com vários canteiros na verdade e eu trago as sementes.

Depois de algum tempo eu vou visitar cada horta e vou dar um prêmio para a horta mais linda que eu encontrar e assim foi feito eu dei as sementes fizeram uma horta cercaram a horta os pais (rs) ai eu trouxe as sementes e disse olha tudo prontinho já a verdura brotando podia até apanhar. ai eu vou para visitar com vocês daí eles falaram e hoje professora? – Hoje não to dando um tempo. Quando chegou o dia eu falei hoje nós vamos visitar as hortas e eram acho que 50 casas se eu não me engano não tenho o número exato hoje nós vamos visitar as casas e ver qual a horta mais bonita comecei lá de cima.

Ai menina não teve uma casa que não tivesse horta, tudo produzindo, couve, alface, almeirão, se precisa ver que coisa mais linda, eu olhei de ponta a ponta quando eu cheguei na classe – qual horta ganhou professora? – Olha está difícil escolher uma, mas amanhã vou trazer o resultado e o presente.

No dia seguinte eu trouxe um pacote de presente para um pacote variado sabe para cada um. Olha foi muito difícil escolher a horta mais bonita, eu fiquei com dificuldade demais, porque todas estavam bonitas e todos vão ganhar um prêmio, não podia desapontar eles, nossa foi uma alegria total.

Então ensinei as mães fazer a horta pelo amor de Deus, quintal lindo e maravilhoso com terra fértil. Isso eu consegui e consegui muitas outras coisas por conta da minha iniciativa as colegas também passaram a fazer.

Muito legal a iniciativa.

Profa. Amélia – As hortas e plantar etc., mas a gente fazia sempre isso, eu sempre estava inovando queria mudar as crianças com aquela merenda só de olhar Kamila.

Havia uma merendeira ou a senhora que prepara ou distribuía a comida?

Profa. Amélia – Eu pedi uma merendeira. Na porta da cozinha falei:- gente nós podíamos fazer uma outra coisa além da horta que estava uma beleza. Nós apanhávamos banana do quintal para comer menina aquelas pencas, laranja e manga. Dentro daquilo lá eu falei vamos fazer o seguinte eu vou comprar ovos e nós vamos colocar para chocar e alguém arruma uma galinha ta cheio aqui né.

Eles trouxeram a galinha fizemos o ninho a merendeira tinha prática nisso, fizemos o nascimento dos pintinhos. Morando no meio do mato né falei gente quando começar a picar a merendeira falou vamos lá criançadinha nascer ficamos tudo lá vendo os pintinhos nascendo coisa mais linda emocionante de ver - professora eu nunca tinha visto isso.

Eu sei que Kamila são muitos detalhes mais tinham umas crianças que sofriam de falta de fome naquela abundância toda tinha abobrinha no caminho onde passava nossa senhora e eles tinham fome então eu comecei a criar frango ali ovos verduras então eu falava para a merendeira olha a senhora por favor faça uma sopa com carne põem bastante verdura, mas tempera como se fosse para a sua filha e faça uma bacia de salada. Na hora do almoço eles iam lá eu ia ver o almoço. Tinha uma menina que eu não esqueço até hoje ela começava a comer ficava banhada em suor eu falei ela era muito fraca passava fome eu olhava para ela nossa você está sentindo alguma coisa – não professora eu estou sentindo calor – mas eu via que era fraqueza, quando sobrava comida eu dava para ela levar para a casa dela. Quero dizer um dia um dia outro para não criança e assim foi na minha fazenda (risos) minha fazenda quase né.

Quase...

Profa. Amélia – A minha escola foi aparecendo.

Professora Amélia, fiquei admirada com o seu trabalho. Fiquei curiosa em saber como o supervisor pedagógico observava a sua prática docente. Ele elogiava o seu trabalho?

Profa. Amélia – Sabe, eles não eram muito de elogiar, eles achavam que se elogiasse a professora ficava [...], eu nunca fiz para me sentir a melhor e a maior eu fiz porque acreditava no meu trabalho acreditava que aquilo iria render frutos futuros não pra mim eu não ganharia nada com aquilo mas, os supervisores iam eu ia então mostrava a horta eles já conheciam a escola.

Eles conheciam a diferença antes e depois, então eles diziam nossa que beleza posso levar um pouco professora. Eu posso, chamava o aluno a merendeira mandava cortar punha numa vasilha para ele levar, para o administrador mandava saco assim de espinafre porque ele era o que eu pedisse dava na hora porque eles falavam assim nossa ele chamava A.B, nossa nunca o A.b fez isso para colônia velha eu falava alguém pediu. Se pedisse ele faria com certeza né.

Trabalhar em escola rural até então você viu que foi avanço bem grande eu fiz o bazar lá também eu pegava roupa pegava sapato o que eu pudesse pegar. Eu fazia bazar mais não era um bazar assim se você tiver dinheiro você compra se você não tiver não dá para comprar não. Cada um vai escolher cinco coisas não importa o que se sapato se roupa não importa cinco coisas cinco coisas cada um de qualquer coisa está esparramado eles ficavam menina sabe quando você solta a cabra na horta, mesma coisa. Eles escolhiam - e agora professora pagar como? O problema está no pagamento. Deixa eu ver ah eu já sei amanhã cada um que levou coisa daqui não vai pagar nada vai trazer um vasinho de flor para enfeitar a escola e aquela roupa que eu dei para o bazar era roupa que eles tinham usado no domingo para ir a missa eles não tinham roupa não tinham nada era a colônia mais carente da Fazenda e a Fazenda era tida como rica e era rica mais a riqueza não chegava até lá.

Então havia diferença das outras escolas?

Profa. Amélia – Havia. Sim tinha, tinha sim. E era difícil para você ver não tinha a merenda a escola era suja cheia de mato tinha cobra que você via circulando, então eles não sabiam como nasciam o pintinho morando na fazenda isso eles aprenderam e levaram para casa deles.

E eles moravam tudo ali perto da escola mesmo?

Profa. Amélia – Sim

E a família deles trabalhavam ali na fazenda mesmo?

Profa. Amélia – As mães não, as mães não trabalhavam os pais saiam de manhã voltavam a tarde. Mas nossa elas adoravam quando eles chegavam todo dia eles levavam verdura, todo dia. O A. B, que era o administrador dava para as professoras a gasolina cada semana era uma que enchia o tanque isso nós fomos fazendo ao longo do tempo, mas, um belo dia cortaram a gasolina – e agora Amélia?

As professoras da Fazenda achavam que eu era a dona da fazenda. Será? Não sei gente – Você que não tem vergonha de falar vai falar com o A.B. Eu falei não vou falar com o ele, o A.B que cortou a gasolina, então não vou falar com ele, eu fiz uma carta para a dona da fazenda, e estava convidando para que ela fosse lá visitar as escolas comigo e esperei a resposta. O A.B falou está mandando carta para patroa? Eu falei sim eu quero mostrar as escolas para ela, as estaduais. Aí ela marcou um domingo e eu fui peguei a cidadã e fomos de escola para escola, duas de baixo e a minha que era a última.

Ela olhou cada uma das escolas, eu não falei nada. Eu falei então eu não lembro o nome dela aqui é a horta das crianças eles é que fazem eles plantam eles cuidam as galinhas também eles trazem ovos para chocar para nascer filhotinho tinha um pé que nunca esqueço

Kamila, tem um pé de berinjela desse tamanho – ela falou o que é isso Amélia? É berinjela. Nossa eu não sabia que berinjela dava assim. Ela achou que saia de onde a galinha que punha?

Vou apanhar umas verduras, a senhora quer levar? Claro que quero. Chamei a merendeira era vizinha e pedi para ela o favor de apanhar para mim. Pega o máximo que a senhora puder para a dona C. levar. Eu disse a senhora viu todas as escolas, viu o trabalho das crianças a senhora viu como é difícil que nós não moramos aqui nós ficamos aqui cinco horas, nessas cinco horas nós temos que ensinar as crianças a ler, escrever, multiplicar, comportamento, boas maneiras e higiene, tudo isso e mais como sobreviver na fazenda sem comprar do homem que passa com a perua vendendo. Cada casa tem uma horta incentivada por mim e feita pelos alunos e os pais cada horta todo fim de mês eu faço um bazar eu vou fazer a catanção com as pessoas que eu conheço e trago aqui faço o bazar simulado afinal eles não têm dinheiro e todos eles levam e me pagam com outra coisa um vaso de flor etc.

Agora tem um problema que eu gostaria de discutir com a senhora isso tudo é muito difícil, nós ganhamos muito pouco professora não ganha para fazer isso professora ganha mal pra dar aula e olha lá agora cortaram nossa gasolina e eu não sei como nós vamos fazer para continuar dando aula aqui. Ela falou por que cortou a gasolina? Por que? Porque antes de nós tinha uma turma tinha quatro professoras que ia trabalhar um dia dois não ia, ia três dias faltava o final de semana inteiro quinta e sexta por esse motivo e não sabendo do nosso trabalho cortou. Mas não veio saber quem eram as professoras que estavam ali no momento. Ela falou nossa Amélia é uma injustiça cortar essa gasolina eu vou mandar a partir de amanhã vocês já vão abastecer de novo. Na segunda-feira as colegas –e agora né nós vamos abastecer. Nós vamos abastecer na Fazenda contei a história começaram eu não acredito que você fez isso. Eu sabia que tinha que falar com você eu sabia que tinha de falar. Eu sei que essa foi uma pequena parte das coisas que aconteceram lá.

Vocês planejavam aulas juntas?

Profa. Amélia – Planejar aulas juntas não porque era totalmente diferente uma coisa da outra. Uma é só 4ª série na outra só 2ª série na minha que tinha 1ª 2ª 3ª e 4ª não tinha caramba era difícil. Então era meio, mas, para mim eu não encontrei dificuldade porque dando aula em classe especial para deficiente mental já existia essa divisão eu não dava aula para um grupo dava aula para um grupo fracionado e aqueles que não sabiam nada entende sabiam um pouquinho, então eu tinha prática nisso. Então não foi difícil enfrentar essa separação na classe para mim já era normal.

Havia quantos alunos?

Profa. Amélia – acho que tinha 12. Mais não mesmo assim eu saia levava bola fazia eles jogar um pouco tal época de festa as minhas filhas iam comigo brincavam com eles levavam presentes levavam saquinho de presente tudo isso era educativo

Então a senhora também promovia festas a festinha?

Profa. Amélia – Sim, sim porque a Fazenda fazia essa festa assim como é que vou dizer conhecida por normal festa do dia das mães festa junina tinha quatro dias de festa, mas, eles moravam longe e não tinham dinheiro para gastar. Esse era o problema ninguém tinha dinheiro ali quando a horta deles começou a produzir tinha abóbora, melancia. Tinha dia que chegavam assim – professora uma abóbora do meu quintal para a senhora.

Então a senhora começava a trazer coisas para casa também?

Profa. Amélia – Você vê era a coisa mais gostosa do mundo. Então você se sente feliz quando você consegue mudar alguma coisa para a melhor. Você chega em algum lugar você vai trabalhar aqui nessa mesa com cadeiras desalinhadas você nem vai tomar conhecimento vai cuidar só da sua você não fez nada aqui você não mudou você não ajitou você não deixou melhor. Você tem que passar e deixar sua marca você chega lá hoje e perguntando da Amélia, da M., da S. e da N.

Todos sabem quem são?

Profa. Amélia – Com certeza

E hoje por exemplo a senhora frequenta a Fazenda?

Profa. Amélia – Eu ia sempre lá com minhas filhas e meus netos. Elas não sabem o que fazer e faz bolo, faz café, faz tudo, tem a senhora que foi merendeira de lá e agora não tem mais escola.

É agora já estão todas fechadas não existem mais?

Profa. Amélia – O nosso ano foi o último e quando foi quando tinha a dona O. era a merendeira fazia uma sopa tão gostosa e houve um ano quando comecei dar aula naquela escola meu marido morreu então, foi um tapa na cara mas, tudo bem a vida continuou e teve um ano que eu fiquei muito ruim, muito deprimida, depressiva demais, falei com o A.B. eu não estou com disposição de dar aula lá em cima eu estou assustada estou tomando remédio eu também não quero faltar. Ele disse Amélia, é o seguinte tem o salão aqui embaixo eu vou pedir para o motorista do caminhão ele traz seus alunos para cá você monta sua escola aqui quando você melhorar você volta para lá.

Fiquei na sede com as crianças. Ali eles tinham sopa da outra merendeira tal foi muito gostoso e ali quando saiam problemas assim corriqueiros falavam Amélia precisa falar com o A.B. E quem vai falar? Você né você é a queridinha dele. Eu disse pelo amor de Deus. Bom o

homem que servia o leite enfiava a mão no leite com o canecão eu fui assistir e eu vi. Eu falei esqueci o nome dele seu ...o senhor enfia a mão no leite para pôr na garrafa. Ele falou não tem outro jeito professora. Como não tem o senhor pega na alça do canecão. Ele falou assim não é fácil. Eu falei A.B. você precisa dar uma olhada no homem na hora de servir o leite das crianças na garrafinha. Por que Amélia? Eu prefiro que você veja. Você tem que contar Amélia. Eu quero que você veja você é o administrador competente por sinal. No dia seguinte ele foi e no outro dia o homem estava com luva de borracha. As colegas falaram você é demais né falou com o A.B. Falei.

E era simples menina, assim porque tinha primeiro educação jeito para falar com ele eu era assim como se diz a intermediaria dos pobres. Os lavradores faziam greve eu intermediava eu ia junto eu participava da conversa eles queriam entrar para brigar com o administrador eu entrava junto para alguma coisa não acontecer.

A senhora era bem ativa

Profa. Amélia – Bem eu não era só professora, o A.B. falava assim – Amélia por que você não fica sendo a assistente social da fazenda você faz muito mais que a dona A., dona A. era a assistente social a coitada já era bem idosa e muito sem iniciativa onde ela ia queria que eu fosse junto eu, mas era assim. Essa foi então uma das primeiras etapas da escola rural.

Professora Amélia, você participava das reuniões pedagógicas?

Profa. Amélia – Sim.

Como elas eram?

Profa. Amélia – Nós fazíamos as reuniões onde era ali a delegacia ali perto no corpo do Chanceler quando ele era vivo e tinha um lado que era delegacia de ensino e tinha um salão onde o professor...professor Cardoso ele era o supervisor e eu sentava bem na frente. Então vou falar para você a experiência um dia ele falou assim, olha vocês devem ser muito honestas com a gente, porque nós sabemos que tem professoras, não sei se estão aqui, que fala que vão dar aula mais não vão no dia depois que ela assina o ponto então isso não é legal não é justo não é honesto. Eu falei olha eu não sou nunca fiz isso na minha vida. Outras pessoas o levantaram falou eu sei Amélia que você não faria isso. Opa eu sou conhecida [riso].

Então nós tínhamos reuniões para falar da evolução da classe, o resto não interessava o que você fez em volta o engrandecimento que você deu para a escola para os alunos não conta se ele sabe ler, escrever, contar e multiplicar isso é o importante.

Qual a frequência das reuniões?

Profa. Amélia – Uma vez por mês. Era bom porque você trocava ideia com as colegas levava trabalho mimeografado na época.

Era muito interessante uma passava ideia para outra de música disso daquilo era muito olha Kamila foi uma época muito boa muito gostosa nós íamos embora nós quatro e as pessoas da colônia então eu descia e ia pegando uma por uma até chegar na sede eu ia com o carro de quem tivesse na escala. Nós enchíamos o carro de abóbora, de ovos de tudo.

Então era assim, era bom laranja eu falava assim A.B. se pegar laranja lá vai achar falta. Ele falava assim se pegar uma não uma caixa eu vou (risada) a gente passava entrava tinha um trilho que chegava na casa do administrador e dizia Zé o A.B. mandou dar uma caixa de laranja para gente. Aí ele dava. O A.B. mandou, mandou daí ele dava. O A.B. sabia que eu ia pegar uma caixa e era assim. Era muito gostoso muito gostoso. Tinha o tempo de chuva criatura chuva subida barro imagina um ia dirigindo e três empurrando atrás (risada) para o carro subir quando vinha para cá tudo bem ia indo para a escola chegava toda cheira de barro (risada) não era fácil.

E a situação material da escola?

Profa. Amélia – Sim. Eram estilo antigo aquelas cadeiras grandes, tinha sim a lousa deixava muito a desejar, mas tinha uma mesa uma cadeira tinha as duas lousas e a situação do ambiente não era assim ruim as paredes tinham marca de pé porque no final de semana a molecada juntava lá para fazer farra eu mandei por uma chave eu ficava com a chave. Então também na escola só tinha isso carteira, lousa e mesa. Éramos vinculadas a escola Irineu Penteado. Eles davam caderno, lápis, borracha, essas coisas e estes elementos para trabalhar.

Havia livros didáticos?

Profa. Amélia – Também isso eles não deixavam faltar. Todo mundo ajudava tinha uma colega a N. e que depois ela saiu da escola ela é dona da Harpex ela fazia campanha fazia bazar aquele dinheiro que sobrava que arrecadava ela comprava coisas para as crianças.

A escola era antiga?

Profa. Amélia – Ela já vinha de tempos. Na verdade Kamila eu não sei se aquela escola ficou desativada por algum tempo isso eu não cheguei a perguntar mas ela estava em estado de abandono não sei se já estava há tempos mas as debaixo aqui tinha mais duas a 3º e 2º ano não 3ª e 4ª não 1º e 2º ano essas aqui já eram mais elaborada mas as colônias uma chamava colônia nova, outra colônia do quadrado, e a minha chamava colônia velha (risada) não tinha como melhorar não então eu acho que ela tinha sido meio abandonada talvez ou porque não davam bola para ela talvez porque não tinha quem fosse ou quem tivesse ido não fez nada pra melhorar.

Profa. Amélia – Então isso é o que eu acho porque eu lembro isso é interessante para você saber eu contei que dei aula no Monsenhor Martins por oito anos na classe especial e nessa classe especial eu tinha um aluno que veio da Fazenda São José eu não conhecia a Fazenda.

Ele era bem maior que ele ficou na classe comigo qual era o objetivo a assistente social pediu que ele ficasse na classe especial comigo porque ela achava que ele tinha problemas mentais ele ficou comigo acho que uns seis meses no fim eu tinha que fazer uma avaliação, mas antes disso nós fizemos uma amizade muito grande ele chamava Valdir. – A professora por que a senhora não vai dar aula na Fazenda São José? Eu queria que a senhora fosse lá para estudar com a senhora – eu falava eu não posso né eu dou aula aqui. É mais um dia a senhora vai conhecer a Fazenda São José. Mas quem sabe Valdir, eu gostaria.

Nossa a senhora vai adorar e eu adoraria ter aula lá com a senhora. Ele ficou até o fim do ano comigo ai a assistente ligou para a diretora para saber qual era o problema do Valdir porque a mãe não queria que ele trabalhasse na Fazenda porque ele tinha problema o pai também não queria porque ele tinha problema e a assistente queria saber de mim se ele tinha problema ou não ai eu fui atender o telefone e falei olha dona Aurora ele tem um grande problema ele precisa de gente do lado dele que acredite nele ele não tem nada de problema mental nada absolutamente nada ele vai fazer o que ele quiser fazer. Aí que bom que você falou isso então eu vou falar para mãe dele. Menina depois de uns anos dois ou três anos não sei eu fui lá dar aula.

Na fazenda São José?

A – São José, falei gente Deus faz e acompanha. Um dia eu estava na sede e encontrei com o V. – oi professora a senhora está aqui dando aula. Eu falei eu estou na colônia velha. Ah eu não acredito que a senhora está aqui eu queria tanto que a senhora viesse eu já estudei já fiz tudo olha professora eu tirei carteira de motorista estou trabalhando com o trator da Fazenda depois toco violão depois de alguns anos eu contei para as minhas filhas e meus netos ele me fez ir lá na casa dele. A mãe dele falou dona Amélia eu rezo toda noite para senhora o V. comprou duas casas para ele trabalha aqui na Fazenda ainda como motorista tem o dinheiro dele guardado. Nossa o menino que era louco, era chamado de louco então isso é uma sementinha no mundo de sementes que eu soltei. Cada caso Kamila.

Quantos anos foi professora?

Profa. Amélia – De especial?

Geral?

Profa. Amélia – 26 anos. 8 anos para classe especial.

Depois da Fazenda São José a senhora lecionou em quais escolas?

Profa. Amélia – Para o Marcelo Schimdt não Odilon Corrêa eu dava aula no Odilon Corrêa depois eu passei pra Marcelo Schimdt e aposentei. Ali eu peguei pela primeira vez na vida uma 4ª serie normal.

Em que ano a senhora se aposentou?

Profa. Amélia – Em 1995, não em 1996. Sabe Kamila eu acho que esses 26 anos que eu fiquei eu dei o melhor de mim em todos os lugares também em relação a classe especial como a classe normal. Sempre dei o melhor não quero deixar nada para trás eu poderia ter feito isso não eu não podia ter feito mais nada do que fiz então eu não quis continuar meu marido achava muita falta de mim em casa ele era aposentado ficava sozinho reclamava parei.

E sempre a senhora trabalhou pelo Estado nunca trabalhou no município?

A – Sempre no Estado.

Professora agora quer relatar alguma lembrança e/ou experiência da zona rural ou quer fazer um fechamento ou uma recapitulação?

Profa. Amélia – você sabe eu acho assim eu acho não é certo é isso aqui se você é uma educadora você começa mudando o ambiente dependendo da situação que você encontrar você tem que mudá-lo senão você não é educadora não é pegar um giz e um apagador e escrever cópia isso aqui decora a tabuada isso não é mudar nada e outra coisa eu sempre fui isso não em relação a escola isolada também isolada sempre fui muito patriota e meu marido era major do exército então na escola isolada eu levava o hino nacional os hinos pátrios fazia cantar tudo direitinho ensinava como é que era nossa gente eu via a transformação daquelas crianças ela crescia aos meus olhos e todo mundo notava e quando chegava em casa a novidade era tanta tão boa que eles ouviram e passavam para os pais. Então eu não educava só a criança, eu educava o pai, a mãe, e os irmãos também. Era uma mudança geral e isso que é educar na minha opinião.

Exatamente como dizia um repórter policial, ele falava assim, olha gente, professor ganha mal, mas, se cair um livro do professor na mesa ele vai dar aula ele não sabe porque você veja bem você vai dar aula transformar você não vai fazer uma criancinha que não sabe pegar no lápis você vai pegar na mãozinha dela e transformá-la aquela mão que não sabia nada agora sabe escrever. Então gente é muito bonito e essa transformação fazendo uns parênteses essa transformação é a mais visível e a mais acentuada ainda quando se trabalha com deficientes mentais menina a diferença é brutal.

Nossa senhora coisas assim que eu olho assim para trás e digo sinceramente eu não estou de mãos vazias em todo lugar que eu fui deixei minha marca mesmo e me sinto bem hoje eu chego na Fazenda São José todo mundo me conhece.

Agradecimentos.

PROFESSORA VIOLETA

Profa. Violeta – Então vamos, tem uma coisa que é interessante saber, estudei com bolsa de estudos porque meu pai era carroceiro e existia a confeitaria Rainha em Rio Claro, não é do seu tempo, mas me parece que ela ainda existe e o meu pai era carroceiro da confeitaria Rainha. Ele entregava bolo com carroça. Na minha época quem tinha dinheiro estudava em escola pública, havia o Joaquim Ribeiro, que era praticamente a única escola de ginásio e magistério, mas só tinha os filhos da elite, era médico, dentista.... Eu sempre gostei de estudar, ganhei uma bolsa do município, porque o município subsidiava as escolas particulares para poder absorver as pessoas que queriam estudar na época. Eu fiz a escolinha da Caracu, na época eu fiz até o 3º ano na Caracu, era uma escola anexa, então não havia o 4º ano primário. Eu fiz a prova do Colégio Além. E no Colégio Além eu fiz a partir do 4º ano primário. Eu fiquei em 1º lugar e ganhei a bolsa de estudo pela prefeitura, estudei até o Normal no Colégio Além pela prefeitura, sem pagar, porque não tinha condições. Eu já trabalhava durante o dia no IPETEC e a noite fazia o normal no Além. Me formei com 18 anos. Eu fiz 18 anos em dezembro e me formei em dezembro. Eu precisava trabalhar, fui embora porque havia poucas escolas públicas na época. A escola não era tão democrática quanto é hoje, então fui embora para Panorama⁴⁵, onde peguei uma classe para o ano inteiro por causa da minha nota, antigamente contava a nota de didática e acho que era de psicologia também, então peguei uma classe para o ano inteiro em Panorama. Pegava o trem aqui em Rio Claro às 9hs da noite e chegava em Panorama no outro dia de manhã. Não havia água encanada, era um gerador, fui morar em uma casa de tábua. Fiquei 2 meses na escola e peguei maleita⁴⁶, porque naquele tempo era maleita hoje é dengue, então voltei para Rio Claro na casa dos meus pais para me tratar. Consegui uma substituição efetiva, que na época você ia na escola e marcava ponto, você não tinha classe, marcava ponto para ver se no próximo ano pegava alguma sala de aula, eu fui para o Grupo Escolar da Vila Indaiá, não sei se ainda existe.

Fomos em 4 para Panorama, eu e mais uma pegamos a maleita e tivemos que voltar, as outras duas ficaram por lá, uma voltou não muito tempo depois e a outra casou e ficou em Panorama. O irmão da professora que voltou comigo faleceu e eu fui ao velório e, ela falou que iria pegar uma escola em Rio Claro na zona rural e, eu como sempre fui de lutar por aquilo que eu acreditava, disse que também poderia pegar uma escola. Só que naquele tempo não era

⁴⁵ Pequeno município da região de Presidente Prudente. Fundado em 25 de dezembro de 1952.

⁴⁶ Mesmo que malária.

concurso, eu entrei em contato com o S. B., ele era vereador, já falecido, enquanto ele não arrumou uma escola para eu lecionar não sosseguei. Ele reabriu essa escola que estava fechada por falta de professor, era um lugar que não tinha condução e ele abriu essa escola para que eu fosse começar a trabalhar e, o dono do sítio, onde ficava a escola, se comprometeu a me dar pensão de graça. O dono vinha me buscar na segunda-feira de manhã e eu passava a semana na casa dele e voltava sábado à tarde com aquela carroça de roda de ferro. Eu tinha a 1ª, 2ª e a 3ª série, fiquei lá na Boa Vista, fiquei lá uns seis ou sete meses. Eles preparavam o banho para mim, era só o meu banho, eles eram descendentes de italianos, era o banho da professora, eles só lavavam o pé e a mão, acho que era cultura imigrante italiana, não tinha banheiro, foi onde adquiri um problema sério de intestino que até hoje tenho que tomar cuidado. Passeávamos a cavalo. Lembro de uma coisa interessante, que os pés de jabuticaba quando estavam prontos para chupar eles reuniam toda a família e íamos chupar jabuticaba. As crianças também nos respeitavam muito. Fiquei lá meio ano, acho, depois fui fazer aperfeiçoamento de professores primários no Ribeiro, que na verdade era uma pós-graduação, era um curso maravilhoso, era o todo dia no período da tarde. Então peguei uma escola no bairro do Simão, você conhece lá?

Não

Profa. Violeta - No bairro do Simão eu fiquei uns 2 anos, eu ia e voltava de charrete, o meu pai me levava de charrete, naquele tempo ele começou a dar pensão para as pessoas da cadeia, então comprou uma charrete, e eu ia de charrete e voltava para poder ir para o curso de aperfeiçoamento à tarde e nessa escola eu fiquei até casar, foi, eu casei em 65, nessa escola eu tive muita experiência, me lembro que quando estava frio acendia a fogueira. A escola ficava bem o bairro do São Bento pouco para frente.

Quando olho estou vendo o bairro do São Bento, nem sei se ainda existe. Então acendia a fogueira para esquentar a mão das crianças para depois começar a trabalhar, fazíamos muitas coisas que não fazemos hoje, por exemplo não exigiria que as crianças aprendessem como eu exigia, porque não tinha pré-escola, eram crianças de sítio, mas valorizavam muito o professor. Nessa escola que eu fiquei no bairro do Simão ganhava muitas coisas para manter a minha semana, como carne e leite, eles me davam um tratamento muito carinhoso. Eu tinha três anos 1º, 2º e 3º ano, esses dias uma das ex-alunas entrou no Facebook para falar comigo.

Uma delas veio em meu casamento. Era a família Basso que praticamente residiam no bairro, eles tinham sítios próximos, não eram fazendas, eram sítiantes. Basicamente trabalhávamos sem material. Eu acho imprescindível que o professor tenha conhecimento de algumas coisas, por exemplo, corrigir linguagem de uma criança, hoje em dia mal a criança começa a vir para a escola e o professor vem e fala assim – ela precisa ir para a fono. Meu Deus,

você já trabalhou essa criança, já ensinou onde ela coloca a língua, isso tudo fazíamos na escola rural, porque são profissões recentes, o fonoaudiólogo, o psicopedagogo, o terapeuta ocupacional, mesmo psicólogo, que ia ao psicólogo era caso extremo, hoje não. Sei que existe um contexto, mas o professor se exime de determinadas funções, porque as próprias universidades não orientam e depois falam que tem uma classe de 15 alunos, trabalhávamos com três anos, colocava um ano aqui, outro aqui e outro aqui, era outra época. Eu entendo tudo isso, mas ter 15 alunos em uma sala não necessita ter um ajudante.

Então daí depois de lá fiz concurso na secretaria entrei na secretaria da fazenda, mas eu queria ser professora, então fiz concurso outra vez e passei no concurso do Estado. Eu já era casada tinha 2 filhos e estava grávida do terceiro filho, escolhi uma escola rural em Aparecida do Oeste.

Na divisa do Mato Grosso lá perto de Andradina, Ilha Solteira, meu marido também queria fazer carreira nós fomos embora para Palmeira do Oeste voltei para a sala de aula, voltei para a sala de aula e trabalhei lá seis meses também com três anos 1º, 2º e 3º; daí também uma outra dificuldade porque minhas crianças eram mais simples, mais sertão na época.

Hoje o povo vem para cá. Eu fiquei lá seis meses me removi para o grupo escolar de Marinópolis [Martinópolis] peguei uma sala só minha e era um grupo escolar era feito pelo Carvalho Pinto era um grupo com todas as necessi... assim moderníssimo para o lugar, ficava na estrada e era um prédio super bonito município desse tamaninho, então até falei nossa um grupo desse era grupo escolar, grupo desse num lugar desse você fala, mas é esse que o pessoal tem que começa a usar e tal, as conversas no fundo era fundo político também, daí eu fiquei nessa escola dei aula pro 2º ano, fui para direção como substituta porque eu sabia, ah sei lá porque, era para ser, porque causa do mais preparo, mais bom senso que as outras e tal. Só que eu tinha que fazer porque eu peguei direção substituta minha diretora era de Campinas ela veio embora comissionada e eu fui para o lugar dela; fui fazer o curso administrador escolar em Jales porque morava em Palmeira do Oeste que era um tipo de aperfeiçoamento um curso que tinha que ter para ser diretor de grupo escolar eu fiz 2 anos do curso de administrador escolar. Terminei administrador escolares e fui terminar pedagogia daí todo esse tempo eu era diretora dessa escola, uma escola até 4ª série, depois começou a mudança do ensino foi por torno de 71 foi a Lei de Diretrizes e Base da Educação que na verdade ela juntou, foi aí que começou a democratização do ensino e aí eu já tinha ido fazer pedagogia em Jales. Eu deixava três filhos eu não pensava porque se pensasse não ia eu trabalhava em Marinópolis, morava em Palmeira do Oeste a gente tomava muita carona não tinha problema o ônibus, carona, estrada de terra eu

ia para Palmeira chegava 5h30 na minha casa tomava banho me arrumava e ia para a faculdade. Se eu pensasse nos meus filhos eu não iria, eu ia para faculdade, terminei daí porque deu para fazer um aproveitamento de estudos do meu curso de administradora escolares, terminei a faculdade em 1984, mas eu já estava voltando, voltei para dar aula em Cordeirópolis⁴⁷.

Em Cordeirópolis fiquei lá bastante, 6 anos em Palmeira do Oeste, voltei para Cordeirópolis para dar aula mesmo, eu dei aula no Coronel Levy depois eu fui para o Hamilton Abrão Saad eu peguei 1º ano logo que voltei você já vê a diferença eu me lembro que o diretor chamava seu C. que lá onde eu trabalhava a gente punha as crianças direitinho em fila. Vou contar os pecados também e para comer e tal eu me lembro que eu falei para o seu C. que era o diretor seu C. aqui eles saem de qualquer jeito, ele disse você vai pedir para o professor pôr no lugar para ver o que acontece então você percebia que lá apesar de ser interior fundão é as pessoas tinham mais consciência do que do lado de cá é o que acontece ainda hoje em São Paulo não é professores que se dizem politizados.

Trabalhei em parceria também peguei um 3º ano eu fiz concurso para coordenadora pedagógica fiz concurso daí eu dava aula no Jamil dava aula no médio e porque eu era tenho formação em orientação educacional então eu dava uma matéria chamada PIP então eu dava aula de PIP no médio, era orientadora em Educação Moral e Cívica tinha a minha classe e tinha 4 filhos mas eu morava em Cordeirópolis numa vida legal daí meu marido precisou mudar pra cá e eu fiz o concurso de coordenadora pedagógica aqui [Limeira].

[interrupção de gravação]

Profa. Violeta – Ok. Então nós estávamos paradas na coordenação não é. Eu escolhi direção, voltei para o Laércio Corte fiquei um tempo lá daí fui para o Rudge Ramos como diretora e comecei a substituir supervisão. Fui supervisora de 1983, 1984 é de 1984 até 1985 quando eu aposentei estava como delegada de ensino que daí os diretores queriam alguém que eles confiassem ninguém queria ser delegado de ensino. Então eles se reuniram e me indicaram só que eu (?) precisava falar com os políticos que eu não queria ser uma delegada manipulada, aí o diretor o prefeito de Iracemápolis tinha bastante contato por ser supervisora e o de Cordeirópolis era o Botion na época e aqui era o Cláudio (?) então eles não você vai pegar está daí eu fiquei exercendo sem nomeação porque o prefeito daqui era PFL e o prefeito, o prefeito antigo era PMDB e ele como eu não tinha que falar com ele não deixava sair minha nomeação e o Quércia era prefei...governador do Estado.

⁴⁷ Município próximo a Rio Claro e Limeira.

O Quércia bom, o secretário municipal de educação queria mandar em mim, eu não sei sou muito voluntariosa assim monopolizadora sabe eu sou que nem cachorro vira lata cerco meu território. Eu acho assim o que é trabalho meu é trabalho meu. E eu era subordinada ao Estado e não a prefeitura. Então a secretária da educação começou a querer mandar em mim e eu me rebelei fui para Campinas que antigamente era o Braga que era o dirigente regional, não era o (?) era delegacia de ensino não era como a força que tem hoje a diretoria, a diretoria de Campinas. Aí eu falei com o B. falei eu estou saindo não vou ficar, não vou aceitar que ela mande ou eu mando ou ela manda voltei pra Limeira logo em seguida estava no meio do tumulto aí o prefeito, o ex prefeito assumiu minha nomeação porque eu tinha brigado, tudo político porque eu tinha brigado com o prefeito atual que era do PFL. Eu tinha não foi nem por causa de política, eu me indispus porque o secretário não mandava em mim, ele assumiu minha candidatura os diretores foram para a minha escola tem tudo um monte de assinaturas lá que era para eu voltar, não sei o que eu voltei cumpri meu mandato aí eu aposentei, eu era delegada de ensino daí começou tudo, a greve.

Nesse momento que a senhora foi delegada foi mais ou menos no final da década de 80 início da década de 90?

Profa. Violeta – Foi 89, 88, 89

Nesse momento em 1989 houve a nucleação das escolas isoladas, as escolas rurais. Você tem conhecimento, participou, era uma lei do Estado de 1989.

O que eu participei foi no início da municipalização das escolas, das escolas e da pré-escola e depois fundamental I, foi até então são medidas políticas, eu participei da primeira greve de professores. Eu era professora lá da dessa escola municipal do bairro do Simão. Foi a primeira greve de professores e naquele tempo não tinha greve (?) não tinha depois que elas começaram e foi até eu me lembro bem porque a secretária municipal da educação ela era antiga chefe da APEOESP, ela era presidente da APEOESP então ela brigava muito contra a municipalização quando ela virou secretária da educação municipal ela foi totalmente a favor. Então eu tenho bom a minha idade me permite falar o que eu penso eu tenho o pé atrás com o sindicato dos professores porque eles só usam quando vantagem para eles porque quando eles se veem num lugar melhor ganhando mais eles não deixam de ter todas as ideias boas e diferente que eles têm então começou a municipalização, começou com poucas escolas. Agora dessa nucleação a primeira foi do Lourivaldo Danke foi delegado aqui que aqui no bairro...bairro dos Pires é uma escola boa, mas houve uma nucleação na minha época não foi depois deve ter sido implantada depois.

É eu aposentei em 1991, única que eu me lembro foi essa escola que nós montamos, uma escola fundamental do Estado até hoje funciona como era 1º Grau funciona até o 9º ano até hoje.

[interrupção de gravação]

Qual foi o motivo da sua escolha para a carreira docente. Por que você quis ser professora?

V – O motivo da minha escolha que eu digo até para os meus alunos. Eu acho que vocação. De repente é um empurrão que dá certo porque como eu disse para você eu fiz o normal no Além.

E na época tinha o sonho de ser médica tanto é que eu arrisquei fazer o científico, mas não aguentei porque não dava é quem conseguia fazer o científico no Ribeiro era quem saiu do Koelle e aqueles que estudavam no Ribeiro. O Ribeiro era a escola mais elitizada da cidade e o ginásio Koelle também então o pessoal saía do Koelle a maioria interno eu me lembro até dos meninos, a cara deles até hoje bons meninos sim mais sabiam inglês fluentemente porque a maioria interno eram um outro estilo. Porque a cultura que você trás da família ela interfere então eram filhos de pessoas que tinham uma cultura maior. Minha mãe era analfabeta meu pai, minha mãe era uma analfabeta superinteligente era a pessoa com uma visão por ser analfabeta muito grande, eu tenho que agradecer a minha mãe de tudo porque ela me levava nadar no Koelle sem poder pagar, ela pagava 5 cruzeiros para eu poder ir lá naquela piscina da avenida 14 com a rua 6.

E eu não era sócia de nada então ela me levava lá 2ª, 4ª e 6ª ela pagava 5 reais para eu entrar na piscina e eu acabei aprendendo a nadar assim eu andava de bicicleta na época que ninguém andava, ela me deixava andar de short na rua aquele com elástico aqui ninguém andava de short na rua e ela deixava. Eu sou caçula de seis então assim a cabeça dela era muito boa então, mas ela não tinha uma cultura que os outros pais tinham então eu falava muito errado. Eu me lembro que eu aprendi escrever muito no 1º ano científico quando eu fui, que eu escrevia muito porque a gente falava muito não é então é o tal do coloquial e da culta.

É então eu comecei fui para o normal durante o dia só fazia o normal eu comecei a aula prática eu tinha a dona Marina ali na Schmidt a dona Marina dava psicologia para mim e eu fui dar aula prática para ela e ela falou assim para mim – nossa você vai ser uma grande professora sabe – e eu fiquei com aquilo na cabeça, você vai ser uma grande professora e eu estou ouvindo isso até hoje, depois eu fui para o magistério, fui para o ensino.

[interrupção de gravação]

Profa. Violeta – Eu fui para coordenação, eu fui fazer aperfeiçoamento como eu disse para você que eu fiz um curso excelente.

E a coordenadora que dava aula para mim de didática nesse curso era dona...filha do Cardoso, aquele professor famoso lá também que foi delegado de ensino.

Eu não me lembro o nome dela, dei uma aula sobre numerais para o 1º ano voltaram a falar – nossa você vai ser uma grande professora eu achei que eu ia ser uma grande professora.

E o seu percurso de formação?

Profa. Violeta - No Além. Eu aprendi no Além embora dissesse pagava não era nada disso.

E a sua formação inicial auxiliou na sua prática docente para o magistério?

Profa. Violeta – Sim auxiliou porque a gente sabia que tinha poucas escolas e que a maioria das escolas eram rurais. A minha filha que é também diretora de escola hoje a mais velha ela também começou em uma escola rural aqui em Limeira, Limeira não Iracemápolis.

Ela fazia ia de Santa Lúcia ela ia até Marafon que é um bairro ou pegava charrete que a fazenda buscava e La já trabalhava ainda trabalhava com três series minha filha tem 51 anos hoje ela é diretora de uma das creches tida como melhores da cidade porque também ela é educadora, uma delas não é então é essa escola rural você aprendia pra trabalhar com três series nela assim lógico que você não tinha uma certa dificuldade para mudar para trabalhar era assim como uma rotina, era normal porque todas as classes dá época eram assim e mesmo as escolas públicas elas tinham 40 alunos na sala só que era uma época, um outro contexto as crianças tinham mais limites os pais eram menos permissivos é a maioria tinha 4, 5 filhos então respeitavam o professor. É eu comecei a poder usar calça comprida, não podia usar calça comprida, tinha aula de sábado até quando eu fui para Panorama, Panorama não mesmo foi Palmeira do Oeste. Você trabalhava de sábado foi à abertura para ir de calça comprida em torno de 1972,1973 é professor ia arrumado ia de colar até hoje tenho essa mania colarzinho é bem vestidinho é não vamos dizer assim ricamente vestido mas decentemente trajado boquinha pintada o aluno gosta de professor bonito é eu tenho um exemplo quando eu fui coordenadora aqui no Antonio Queiroz tinha uma professora chamada dona Odete ela era miudinha cabelo crespo assim jeitinho mais humilde; 1º ano ela dava ninguém queria ir na classe dela porque eles queriam professor bonito e até hoje a gente percebe, mas o bonito de alegre, sorriso na boca com os lábios pintados não aquele professor que vem para baixo até hoje as crianças gostam de professor feliz, professor ...

[interrupção de gravação]

Profa. Violeta – É assim professor que brilhe sabe é independente que nem o jeito dela fazia com que a criança não quisesse ficar com ela. É você está fazendo sua pesquisa eu estou falando da minha experiência.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

E quais eram as dificuldades em ser professora rural? Assim as condições da escola, do aparato pedagógico

Profa. Violeta – Ah a dificuldade que eu sentia lá na Bela Vista [Boa Vista] eu tinha que morar no bairro, por conta do banho, do banheiro essas dificuldades de comer essas comidas, sem luz tinha o lampião então as dificuldades de conforto, mas as crianças não, eram super educadas com a gente as famílias tratavam muito bem eu. O professor era mais valorizado pelas famílias.

É, o professor era tido como uma autoridade da cidade, por exemplo lá em Marinópolis onde eu fui diretora todas as festas do município eu ia como uma autoridade representando a cidade e hoje já não, hoje algumas pessoas não é acho que o professor ainda é bem referenciado não é ele que as vezes fala eu vou trabalhar mal porque ganho mal, ele devia falar assim – eu vou trabalhar bem porque eu mereço ganhar bem.

Você também me disse que para chegar à escola você utilizava charrete

Profa. Violeta – Sim, carroça primeiro essa é uma das dificuldades, o frio de manhã quando você chegava na escola não tinha tanto conforto. Fazíamos fogueira para as crianças esquentarem às mãos eu estive assim a prefeitura dava muita coisa principalmente quando eu fui para o bairro do Simão tudo que eu pedia para cercar porque tinha um gado no pasto logo que chegava é o medo às vezes por exemplo no bairro do Simão tinha medo de um senhor que eu era novinha tinha 19 anos é um senhor que cismou comigo então ele vivia me levando coisa na escola eu vivia ficando com medo porque você ficava sozinha ali na estrada essas coisas que nem em Marinópolis a falta de condução é barro na estrada quando chovia as crianças não podiam ir pra escola mas em relação aos alunos não tinha, não tinha falta de disciplina não tinha, era assim respeitavam gostavam da gente você representava a esperança.

O Estado que fiscalizava

Profa. Violeta – Não eram municipalizadas como hoje, eles mantinham as escolas, eram poucas se não me engano 5 ou 6 em Rio Claro. Eles mantinham as escolas municipais, mas eram fiscalizadas pelo Estado.

E durante a sua carreira você teve alguma formação específica para trabalhar com os alunos do campo ou não?

Profa. Violeta – Não. Que eu achava a preparava muito mais que a pedagogia e depois esse curso de aperfeiçoamento que eu falei para você foi uma coisa maravilhosa a aula era da 1 às 6hs da tarde, mas eram aulas bem dadas.

Você ia para aprender, muita prática, muita metodologia. Mas você sabia que ia pegar escola rural então né já existiam preparo assim às vezes na própria cidade tinham classes anexas sabe você tinha que pegar 1º e 2º; 1º, 2º e 3º no grupo escolar dependia do lugar que era então esse preparo eu acho que era muito inerente a própria formação agora dizer você vai trabalhar assim, assim não tem eles orientavam como por exemplo quando minha filha pegou eu orientei você separa põem o 3º pra cá, o 1º pra lá e você trabalha com cada classe de forma diferente se for um assunto que dá para fazer interdisciplinar você reúne, não existia esse termo interdisciplinar na época mais é mais ou menos isso que a gente fazia.

E as reuniões pedagógicas. Havia reuniões pedagógicas?

Profa. Violeta – Sim. É eu me lembro muito pouco dessas reuniões elas eram muito escassas a gente tinha o supervisor, na época era o inspetor escolar que ele ia nas escolas ...

Realizavam também as visitas?

Profa. Violeta – Na minha escola era o senhor E. É seu E. acho que era meu supervisor. A gente dava curso noturno também, dava para os adultos, curso de adultos porque dava pontos, não ganhava, mas dava pontos esse eu não trabalhei muito tempo não, trabalhei no Mobral, com o Mobral em Marinópolis.

Mas, o que você lembra dessas reuniões? O que esses inspetores passavam? Eles passavam recomendações?

Profa. Violeta - Ah a maioria das reuniões eram reuniões administrativas, hoje em dia que se faz reunião pedagógica, mas antigamente o pedagógico era por conta de cada um. Eu me lembro quando eu peguei o 2º ano lá em Panorama quando eu fui a primeira vez com 18 anos o que eu fazia com aluno me dói na alma até hoje porque 2º ano você ensinava dividir por 2 algarismos, hoje é no 4º e é muito difícil de uma criança pegar, você ensinava como você trabalha depois eu aprendi muito como supervisora viu bem que o supervisor não querendo tirar o assunto daqui a pouco eu volto, o supervisor faz é um Office boy de luxo então ele trabalha entre o delegado e o entre dirigente e o diretor de escola mas quem tem responsabilidade executiva é o diretor de escola e o dirigente o supervisor faz o caminho. Então todos os cursos que tem em São Paulo é o supervisor que faz todo o tipo de treinamento que tem na cidade é o supervisor que vai então onde você aprende muito é na supervisão porque você tem muita responsabilidade você tem compromisso.

E repassa o que você aprende mas, numa hora de encrenca você joga para o dirigente e o diretor e eles resolvem então eu estou contando isso pra você para falar sobre [confuso] eu tinha um aluno, o aluninho chamava C. nossa dava [trabalho] e eu tinha 45 alunos no 2º ano ensinando divisão por dois algarismos recém saída do magistério, do normal eu bati a cabeça desse menininho na parede na lousa gente isso me dá uma angústia até hoje quando eu lembro porque eu queria que ele aprendesse de qualquer jeito e ele atravessava o rio pra vir para escola então são pecados que você comete, por exemplo o supervisor, eu me lembro que dava zero ele falando para mim – a gente nunca se dá zero pra uma criança - é que tem que acreditar e gente aprende no caminho e mesmo com a experiência não vou dizer para você que não errei eu errei muito mas é porque não tinha essa [reunião] então é as pedagógicas só as administrativas não trazia esse lado pedagógico.

E as visitas, quando eles realizavam [inspetores de ensino]

Profa. Violeta - Então uma delas que eu me lembro bem o supervisor⁴⁸ falando para mim – não se dá zero para uma criança - porque eu estava de uma certa forma marcando essa criança para o resto da vida ela ia achar que nunca mais era capaz de nada. Até hoje a gente ainda bate – professor não dê zero e eu por exemplo aqui eu quero que considere o cabeçalho ele é obrigado a dar 0,5 pelo cabeçalho o aluno fez o cabeçalho certo já tem 0,5 às vezes o professor fica bravo imagina não ele sabe o nome dele ele sabe o seu nome o nome da escola ele tem que tirar 0,5.

Agora professora como você desenvolvia suas atividades pedagógicas nas escolas rurais?

Profa. Violeta - Olha a gente desenvolvia com muito mais vontade, criatividade do que a gente vê hoje porque você lançava mão de tudo que você conseguia para fazer com que essas crianças aprendessem. Esse joguinhos que hoje usam com outros nomes a gente elaborava tudo é não tinha mimeógrafo não tinha nada era tudo escrito na lousa mesmo a criança é porque você fazendo com que ela escreva você tende também a desenvolver o raciocínio lógico dela então era muito de estar junto as classes não eram grandes então dava tempo de você ficar junto conversando ensinando alfabetizando , a parte pedagógica era meio diferente do de hoje no sentido do respeito que eles tinham com a gente a gente era mais autoritário mesmo mas não precisava nem ser autoritária porque o respeito já vinha naturalmente.

O material didático era giz, lousa, apagador e livro didático muito pouco só o livro de leitura o resto você ensinava, mas você escolhia o que queria ensinar. Então escolhia

⁴⁸ A professora utiliza o termo contemporâneo supervisor escolar, porém em sua época o termo era inspetor de ensino.

as coisas básicas e ensinava as quatro operações eles sabiam, tabuada sabiam, eles sabiam porque vocês hoje divagam muito e as coisas essenciais mesmo ficam de fora não é.

E quais informações que você pode dar sobre os alunos? Assim condição socioeconômica, disciplina, interesse

Profa. Violeta - Então eles eram sitiantes, eles viviam do que colhiam na terra e o que você percebia é que eles pretendiam continuar no sitio mesmo. Os 2 lados eram de pessoas que vinham de imigração acho que italiano e eles continuavam na terra mesmo todos eles que eu me lembro continuavam na terra e plantando e eles queriam saber o mínimo para tocar a vida, o importante era saber ler e escrever eles não tinham grandes objetivos pelo menos que eu me lembro não tinham objetivos em relação aos estudos não. O objetivo era saber ler e escrever para cuidar da própria vida e trabalhar, continuar com o sitio eram todos sitiantes tinha assim não eram fazendeiros eram donos do sitio os pequenos proprietários.

E por exemplo na questão dos momentos de colheita não havia interferência nas aulas?

Profa. Violeta - Não, vinham normalmente. O que acontecia é que quando chovia muito não adiantava, [eles não vinham para escola, mas na época da colheita [não completou] é eu me lembro bem das chuvas porque a gente conversava muito sobre é quando vai chover esse ano estava chovendo menos aí eu aprendi muito com eles também sobre a época do plantio que era final de agosto, setembro quando começavam as chuvas daí que eles começavam a plantar quando a chuva estava demorando mais ou veio antes. A gente via as terras, matavam os animais também na casa daí repartiam entre eles era uma coisa muito diferente de hoje dos sitiantes de hoje eles realmente eram sitiantes eles viviam na roça viviam para a roça e iam para escola para cuidar daquilo que era deles mesmo.

K – E em questão de alunos então você disse que já chegou a ter 45 alunos numa sala de aula

Profa. Violeta - Sim, isso lá em Panorama nas escolas rurais não, nas escolas rurais mesmo nesse bairro da Bela Vista [Boa Vista] ai eles tinham fechado a escola porque tinha pouco aluno e as crianças e o bairro não sei hoje como esta mas o bairro era bem distante da cidade não tinha ônibus não tinha condução pra ir por isso que eu ia de carroça e as famílias do bairro eram poucas eu me lembro estou vendo a escolinha assim que naquele tempo não tinha foto não tinha nada e a escolinha era escolinha mesmo simples chão batido tinha as carteiras, carteiras duplas é assim uma escolinha bem simples mesmo ai eles montaram essa escola para poucas crianças porque elas não tinham para onde ir por isso eu consegui. Essa escola foi aberta eu acho junho, julho dá uma olhada lá para você ver.

Então ela foi aberta para esses eram famílias, eram irmãos cada um tinha um pedaço do sítio e eles não tinham para onde mandar as crianças. Então essa escola foi montada basicamente para essas famílias do bairro acho que tinha uns 9, 10 alunos não lembro por aí

Então era um número baixo e eram irmãos, mas eles não tinham para onde ir e mesmo lá no bairro do Simão as crianças eram do Basso, a maioria era da família Basso, porque também eram irmãos esse irmão daquele eram primos dentre eles ali.

E em relação as outras professoras você tinha contato?

Profa. Violeta - Tinha contato sim porque primeiro que eu fui fazer aperfeiçoamento a gente conversava. E daí quando eu fui lá para Bela Vista [Boa Vista] não só tinha contato sábado à tarde e domingo fora disso não tinha. Agora quando eu fui para o bairro do Simão eu já fui fazer o aperfeiçoamento aí meu pai me levava de charrete e levava uma outra professora que ia para o bairro do São Bento então a gente conversava.

E tinha escola que era responsável, era o Joaquim Salles então a gente ia sempre que precisava ligava, ligar não, não tinha telefone, ia lá e conversava procurava saber e vinha notícia sempre dava um jeito, mas não tinha reunião era muito raro isso.

É era muito mais por conta de cada um. O Joaquim Ribeiro na época não era nada, só era uma escola Instituto de Educação onde tinha o curso de admissão ao ginásio e só preparava para o Joaquim Ribeiro tipo hoje o CLQ que prepara para a universidade não me lembro mais aqui tem a escola do aluno que prepara para entrar no Cotil, no Trajano que são escolas públicas que tem diferenciais. Tinha admissão par o ginásio que era vizinho ali do Ribeiro que preparava para entrar no Ribeiro se você não tivesse dinheiro para pagar ali.

E como você superava a barreira de ser a única professora daquela escola?

Profa. Violeta – Ah não tinha barreira, tinha barreira nenhuma não. A barreira da tristeza no domingo à noite em pensar que ia sair e ia ficar uma semana lá assim sem televisão, não tinha ainda é só isso a tristeza de saber que ia, mas depois que estava lá também tudo bem fazia e gostava procurava fazer o máximo ia para escola com as crianças voltava com as crianças saía a cavalo com eles também.

E de festas típicas deles?

Profa. Violeta - Não, não tinha. Não me lembro de festa. Eu me lembro de ter comido tatu pela primeira vez, me lembro muito do banho que eles preparavam o banho da professora e da de ia lá [confuso] chupar jabuticaba do dia certo de chupar jabuticaba daí reunia tudo sei lá era tipo uma colônia não é, reuniam todos os irmãos não é para chupar jabuticaba as famílias não é, de andar a cavalo eu me lembro de não ter banheiro. Ah essas coisas assim. E nossa eles me tratavam tão bem.

E agora professora para terminar. Você gostaria de relatar alguma experiência que você viveu na escola que te marca? Você relatou várias já não é mas tem alguma que marcou muito mesmo que você gostaria de relatar ou fazer também um apanhado geral para finalizar

Profa. Violeta – Na escola rural essas histórias eu estou contando para você do banho, dá luz é um menino que não aprendia que não alfabetizava um menino forte ali foi no Simão e depois quando eu consegui alfabetizar o menino a gente usava a cartilha caminho suave foi uma das experiências que me deixou assim bastante feliz. Essa do menino que eu não conseguia que aprendesse dividir por dois algarismos essas experiências me marcou para o resto da vida então quando eu vejo alguém forçando uma criança aquilo me dói na alma como se eu estivesse lá ainda e o menino tinha o que 7 anos e eu queria e hoje você dá divisão por dois algarismos nem adulto não sabe então aquilo me dói terrivelmente e no fim a gente conseguia ensinar porque era método breve, era só mecanismos e o mecanismo acaba sendo mais fácil.

Agradecimentos.

PROFESSORA MARGARIDA

Qual o motivo para a senhora escolher a carreira docente?

Profa. Margarida – Eu sempre gostei de criança ... eu me identificava muito com criança, eu sempre gostei, gostava muito do meio rural de trabalhar no meio dos animais, com a natureza, eu sempre parti para esse lado, eu sempre gostei desse lado. Tive a oportunidade de trabalhar na cidade, trabalhei inclusive 2 anos em Rio Claro e depois fui trabalhar na zona rural, fiquei quase 12 anos só na zona rural.

E qual foi o seu percurso de formação para o magistério, onde você estudou, quais escolas você frequentou?

Profa. Margarida – Eu fiz o Ribeiro. O Joaquim Ribeiro depois eu fiz ... fiz em Amparo a pedagogia, eu fiz também a parte administrativa e a supervisão escolar.

E a sua formação inicial na escola Joaquim Ribeiro auxiliou para a sua prática no magistério rural?

Profa. Margarida – Olha ela auxiliou assim um pouco, mas eu fui aprender no dia a dia.

Existia alguma disciplina que falasse sobre o meio rural na escola Joaquim Ribeiro?

Profa. Margarida – Não. Havia bastante pessoas quando eu estudava no Ribeiro, tinha umas 10 pessoas que moravam em Corumbataí e Ipeúna, então acho que conviver com elas... eu também morei no horto florestal de Rio Claro, acho que por causa disso que eu me identificava.

Relate como iniciou no magistério rural? Quais foram os motivos assim? Como a senhora ingressou na carreira? Como a senhora escolheu as escolas isoladas? Você prestou assim concurso?

Profa. Margarida – Não foi um concurso. Era assim fazíamos os cursos... pedagogia naquele tempo que comecei a dar aula no meio rural não era exigido, somente o magistério. Tínhamos que fazer muitos cursinhos para fora, porque contava o tempo de serviço e as especializações⁴⁹. Eu fiz iniciação musical, tínhamos que buscar todos esses cursinhos fora, em outras cidades, para pontuar e ter a nossa classificação, porque todo ano era somado os pontos no final do ano. Havia a classificação, depois tínhamos que ver se pegávamos classe ou

⁴⁹ Faz referência aos cursos de aprimoramento.

não, tínhamos que fazer muitos cursinhos para pegar classe. Primeiro comecei em Rio Claro, depois fui para Ajapi mais ou menos em 1980.

Em qual (ais) escolas isoladas rurais trabalhou no município de Rio Claro?

Profa. Margarida – Na Escola Isolada de Ajapi, na Escola Isolada de Ferraz e trabalhei também na Escola de Primeiro Grau da fazenda Jussara.

Nessas três foram seus 14 anos?

Profa. Margarida – Foram

Então em que período de tempo exerceu a sua carreira docente? Desse tempo quantos anos foram dedicados?

Profa. Margarida – 14 Anos (já havia respondido) dedicados.

Quais eram as dificuldades de ser uma professora rural? Relate sobre as condições de trabalho na zona rural, questões como o salário, instrumentos de trabalho, a questão documentação escolar que era você mesma que preenchia, material didático, mobiliário escolar.

Profa. Margarida – Em Ajapi, quando cheguei lá trabalhávamos no Centro Comunitário de Ajapi, era um salão e tinha as mesinhas das crianças naquela época. Trabalhava com o pré I, II e II, tudo misturado, eram crianças de 3 anos até 6 anos, tudo misturado. Havia 15 mesinhas e dividíamos por mesinha, colocava 3 ou 4 crianças. Umas 2 mesinhas do pré I, umas 2 mesinhas do pré II e umas 2 ou 3 do pré II. Não havia material pedagógico, eu ia até a serralheria e pedia para cortar aqueles toquinhos para as crianças brincarem. O toquinho que era parte da pré-escola, tinha que ter o brinquedo, a formação pedagógica, tínhamos orientação da prefeitura de Rio Claro, fazíamos o planejamento anual. Éramos vinculadas com uma escola que tinha em Rio Claro, mas material pedagógico era bem pouco, inclusive livro nós que comprávamos.

Os livros eram comprados do seu próprio salário?

Profa. Margarida – Meu próprio salário.

E você lembra qual a escola a senhora era vinculada aqui em Rio Claro?

Profa. Margarida – Aqui em Rio Claro fui vinculada a Lygia do Carmo Polastri Vendramel, localizada no bairro Arco-Íris e a Escola Sueli Maria Proni Cerri, as duas eram por Ferraz. A escola da Fazenda Jussara era vinculada com o Marcelo Schmidt. Passava o Supervisor Escolar que era o Sr. D.

E como a senhora fazia para chegar até as escolas?

Profa. Margarida - Tinha o ônibus.

Havia algum auxílio para o custo do transporte?

Profa. Margarida – Havia auxílio transporte, da prefeitura, da Jussara não, na Jussara eu trabalhei bem pouco.

Na Escola da Fazenda Jussara você lembra mais ou menos quanto tempo trabalhou?

Profa. Margarida – Acho que trabalhei uns dois anos, era da 1ª a 4ª série, peguei a licença de uma professora, depois fiquei o próximo ano também.

Vocês professores da zona rural tinham alguma formação específica para trabalhar com alunos advindos do campo?

Profa. Margarida – Não

Não. Era uma formação geral?

Profa. Margarida – Era uma formação geral, isso era uma formação geral.

Não focava nos alunos do campo?

Profa. Margarida – Não

Se sim, relate como era essas formações em serviço? Em qual (ais) locais aconteciam? Quem oferecia? Era obrigatório, valia como pontuação para o concurso de remoção?

Profa. Margarida – Eu gostava de fazer todos esses cursos que tinha, inclusive fui fazer um curso em Paulínia, fui fazer em um monte de lugares, mas era específico para a parte pedagógica porque naquela época não tinha professor, professor de Educação Física não tinha nada naquela época então você tinha que dar a parte global, coordenação motora fina e a parte global, você tinha que se virar porque você tinha um planejamento a ser seguido então você tinha que buscar recurso, tinha que dar aula de música essas coisas e a gente por gosto daquilo tinha que fazer automaticamente tinha que fazer essa especialização então você não pegaria aula no outro ano porque se você não tivesse os pontos necessários outra pessoa pegaria em seu lugar e era bem poucas escolas que tinha em RC não é tanto como esse privilégio que tem a pré-escola hoje em dia que falo é uma maravilha, hoje é uma maravilha para trabalhar que tem escola mas quando eu me formei que comecei a dar aula a disputa era muito grande tinha muitos professores mas depois que nós fizemos pedagogia que ficou mais acirrado ainda a disputa por aquela vaga porque todo mundo queria pegar classe se você não fizesse o curso por 0,5 ponto você passava na frente de muita gente.

Naquele tempo existiam as reuniões pedagógicas?

Profa. Margarida – Isso

Então conte um pouquinho sobre as reuniões e quem eram os inspetores ou supervisores pedagógicos?

Profa. Margarida – Naquele tempo nem havia bem dizer supervisor pedagógico, íamos na secretaria da educação. Primeiro foi na secretaria da educação que começou quando não éramos vinculadas com as escolas de Rio Claro, quando se tornou vinculada com as escolas de Rio Claro era a diretora que passava a coordenação, não havia o coordenador pedagógico, por isso falo que hoje em dia vocês estão no céu porque tem coordenador tem tudo naquele tempo não tinha nada. O diretor se reunia na secretaria da educação passava as informações e depois íamos para as escolas. Fazíamos a reunião com as professoras com o mesmo nível de escolarização que eu tinha. Empréstávamos planejamento, fazia o planejamento do pré III que era mais complexo e depois adaptava para o pré I e II.

Essas reuniões eram mais burocráticas ou havia a parte pedagógica?

Profa. Margarida – Não, passava parte pedagógica sim e a secretaria da educação mandava também material para gente. Mandava material, mandava subsídio, mandava alguma orientação. Também oferecia cursos com o Adilson Reali que era um professor de educação física era ele que passava para nós a parte de movimento. O curso era oferecido à noite no Parque Infantil Dr. Paulo Koelle ou na Escola Chanceler, pois necessitávamos dessa formação para dar aula, ter uma noção sobre a educação física.

Quando eu digo os inspetores de ensino, supervisores é aqueles que realizavam as visitas nas escolas. Supervisor tinha?

Profa. Margarida – Sim, Sr. Dorival.

E como eram as visitas dele?

Profa. Margarida – Nunca tive problemas. Seu Dorival era uma pessoa muito boa, era o nosso supervisor em Ajapi. Muitas vezes sabíamos que ele vinha. Ele sabia que a escola ela precária, que faltava muitas coisas, ele levava colher da casa dele ou comprava, levava sempre alguma coisa para a escola, porque ele sabia que era bem precário. Ele era com um amigo, passava a manhã com a gente na escola. Eu trabalhava certinho, não tinha como ter problemas.

Como você professora desenvolvia as atividades pedagógicas nas escolas rurais? Como a senhora ministrava suas aulas?

Profa. Margarida – Eu dividia as mesinhas em três partes, pré I, II e II, enquanto eu passava a parte de coordenação motora fina para uma turma, dava joguinho para as outras. Geralmente dava uma atividade e depois invertia. Dava coordenação motora e depois passava desenho. Antigamente era difícil, havia 30 alunos em uma sala da zona rural, tudo dividido em mesinhas. Reclamei com a prefeitura de Rio Claro e mandou mais uma professora, depois foi mais fácil, eu fiquei com o pré III e ela com o pré I e II.

Só na fazenda Jussara que a senhora trabalhou com o ensino de 1ª a 4ª série?

Profa. Margarida – Isso. Eu trabalhava a tarde na Fazenda Jussara. Trabalhava de manhã em Ajapi e a tarde na Fazenda, pegava carona de perua com um pai de aluno lá da Jussara e depois voltava de carro ou de charretinha para pegar o ônibus para Rio Claro.

E a senhora seguia algum material específico para ensinar ou era livre?

Profa. Margarida – Não, não tinha uma orientação, tinha o planejamento mesmo, na isolada também tinha o planejamento a ser seguido. Na isolada lá de Ferraz, da Jussara eu dividia a lousa em três, três não em quatro se bem que na 4ª eu tinha um aluno só era mais fácil. Não era fácil.

E quais as informações que pode nos dar sobre os alunos da escola isolada, as condições socioeconômicas, a disciplina, interesse na aula. Como eram esses alunos?

Profa. Margarida – Eram muito simples, eles vinham de chinelinho, as mães mandavam muito limpinho eram crianças pobres, mas eram crianças muito limpas, asseadas, vinha tudo penteadinho dava até gosto, traziam flor para a professora quase todos os dias, o maior gosto deles era entregar flor para o professor e com a família a gente se dava muito bem porque a família era assim bem próxima do professor, era como se fosse amigo, o professor era muito respeitado por isso sempre gostei de trabalhar em escola isolada que era assim gratificante, era como se fosse uma família, aprendi muito com escola isolada.

Mas as crianças assim socioeconomicamente eram crianças mais carentes?

Profa. Margarida – Mais carentes, tinha 1 ou 2 que eram dono de bar lá em Ajapi. Na Jussara era mais ou menos todos iguais eram pobrezinhos sem as coisas.

Quantos alunos havia por sala?

Profa. Margarida – Em Ajapi eram 30, na Jussara acho que tinha uns 15. Eram poucos alunos que tinham.

Mais eram assim todos de níveis de ensino diferentes?

Profa. Margarida – Isso era diferente era pouco mais difícil tinha que dividir a lousa.

Tinha que dividir a lousa?

Profa. Margarida – Tinha que ser dividida a lousa.

E as escolas como eram fisicamente?

Profa. Margarida – Escola bem eu trabalhava dentro do centro rural de Ajapi lá quando tinha baile de final de semana no outro dia você encontrava garrafa, era difícil. A lousa que eu tinha lá em Ajapi era uma lousa que usava no bar aquela lousa pequenininha não era aquela lousa grande.

De quem era o material da escola?

Profa. Margarida – A lousa que tinha lá era do bar. O giz quem comprava geralmente era.

Então na questão dos materiais a prefeitura não fornecia tanto?

Profa. Margarida – Muito pouco, mas oferecia a merenda, mas era bem precário.

Então a de Ajapi, de Ferraz e a fazenda Jussara eram todas vinculadas a prefeitura de Rio Claro e não ao Estado?

Profa. Margarida – Somente a Jussara, a Jussara era do Estado.

E o Estado ajudava mais ou menos que a prefeitura?

Profa. Margarida – Olha era a mesma coisa não tinha nada. Tinha os livros que o estado mandava que os alunos da 1ª a 4ª série usavam, mas era muito precário, lápis não tinha quase nada.

E qual era sua relação profissional com as outras professoras que também ministravam aulas nas escolas isoladas. Você conhecia essas outras professoras?

Profa. Margarida – Quando trabalhava em Ferraz e Ajapi eu conhecia a Sandra, eu trabalhava na pré-escola de Ajapi e ela na de Ferraz, depois ela veio trabalhar comigo em Ajapi. Depois no ano de 1985 quando eu tive o meu menino perdi a minha classe de Ajapi e fui dar aula em Ferraz, fiquei um ano em Ferraz depois voltei para Ajapi novamente. Mas a relação que tínhamos com as professoras das escolas isoladas era pouca. Eu conhecia também a professora que dava aula na Fazenda São José e a Terezinha que dava aula na Fazenda Angélica.

E conseguiam trocar informações pedagógicas?

Profa. Margarida - Conseguia, conseguia.

Planejamento?

Profa. Margarida – Conseguia.

Como superavam a barreira se ser a única professora da escola?

Profa. Margarida – As crianças me ajudavam muito nessa parte, geralmente os mais velhos do pré III eles ajudavam a olhar o pré I, porque muitos tinham irmão, tinham primos, era tudo parentada, então, a dificuldade maior estava na falta de material pedagógico. Era bem desgastante.

Qual era a sua relação com o entorno da escola em que lecionava? Com a família, a comunidade e os alunos? Participava de comemorações, festas típicas da zona rural?

Profa. Margarida – Fazíamos o aniversariante do mês, uma mãe fazia o bolo e trazia na escola, mesmo sendo pobre comemorávamos. Inclusive fizemos uma quermesse para comprar e montar um parque para as crianças, um playground no Centro Rural de Ajapi. Com

o dinheiro da quermesse conseguimos comprar o parque, mas depois não tinha como montar, pois, a prefeitura não cercava o Centro para a turma não invadir, para não depredar, o material ficou guardado uns 2 ou 3 anos. Os pais participaram da quermesse. Fazíamos homenagens no dia das mães, procurava sempre fazer alguma coisinha, elas sempre vinham. Realizávamos a formatura, tinha todas essas coisas que fazíamos em Rio Claro, eles eram muito participativos, eles amavam quando tinha alguma festa. As mães traziam os seus filhos e ficavam conversando comigo na porta, tinha que pedir licença para começar a aula, senão ficavam lá batendo papo na porta da sala de aula. Confiavam bastante em mim, a palavra da professora era a última a ser dada, respeitava, os alunos respeitavam muito, a família era presente.

Que bom! Então assim lá em Ajapi foi dentro do centro rural, na fazenda era uma casa, uma sala?

Profa. Margarida – Era uma sala, tinha um banheiro do lado de fora, era bem precária. Ficava na vila de moradores da fazenda.

E a de Ferraz também?

Profa. Margarida – A escola de Ferraz era uma sala de aula, a sala ficava do lado da escola do Estado que ficava junto era como se fosse uma escola mesmo, mas não, era uma sala de aula.

E quando essas crianças terminavam a 4ª série elas iam para onde?

Profa. Margarida – Elas vinham para Rio Claro. Em RC porque não tinha nem aquela escola não tinha a escola da zona rural que tem na...

José Fernandes?

Profa. Margarida – Né, não tinha José Fernandes também não tinha a escola da rural...

Agrícola?

Profa. Margarida – Agrícola, não tinha agrícola não tinha nenhuma dessas escolas então vinha para RC.

Relate alguma experiência vivida na escola isolada rural em que trabalhou.

Profa. Margarida – Eu vou contar então de Ajapi, vivi praticamente o meu tempo de professora lá. Em Ajapi começou em situação muito precária, fomos comprando o parquinho, nós montamos o parque e depois fomos para o prédio antigo da Escola José Fernandes, mas também em condições precárias. Depois foi construída a escola Laura Pena Joli, mas começou com as escolas isoladas, os primeiros alicerces de tudo, podemos ver agora onde tudo chegou, foi muita luta, mas valeu a pena.

E a senhora como vice-diretora você trabalhou em qual, quais escolas?

Profa. Margarida – Na Laura Pena Joli

Então a senhora estava lá quando tudo iniciou?

Profa. Margarida - Eu peguei lá na Laura Pena Joli porque era a única pessoa que tinha pedagogia e a parte administrativa, então fui indicada em comissão para poder ser vice-diretora.

Na Laura Pena Joli a senhora aposentou?

Profa. Margarida – Aposentei lá na Laura Pena Joli

Agradecimentos.

PROFESSORA JOSEFINA

Formação

Qual o motivo da sua escolha para exercer a carreira docente?

Profa. Josefina - Bom, a minha mãe queria que eu fosse professora, queria uma filha professora. Então, como eu era a caçula, ela investiu muito para eu estudar e para que eu fosse para Rio Claro estudar e fazer o magistério.

Você sempre morou em Ajapi?

Profa. Josefina: Não. Sempre morei em Ferraz. Foi uma vida bem sacrificada para estudar.

Qual foi o seu percurso de formação para o magistério?

Profa. Josefina - Bom, eu estudei na escola de Ajapi, nas séries iniciais, depois eu fui para Rio Claro. Eu estudei no colégio Puríssimo⁵⁰ por 2 anos, depois eu fui para a Ribeiro⁵¹ onde eu terminei na época o ensino médio e fiz o magistério no Ribeiro.

E você profa. Josefina fez a pedagogia?

Profa. Josefina: Fiz a pedagogia, mas não faz muito tempo, depois, porque no início não precisava da pedagogia, depois que foi se exigindo maior graduação, e eu fui fazer a pedagogia, mas mais tarde. [risada].

A sua formação inicial auxiliou na sua prática docente para o magistério rural?

Profa. Josefina - Olha, eu acho o que me ajudou muito foi que no magistério a gente tinha uma professora excelente que chamava Marieta e no estágio ela levava a gente para as salas de aula do Ribeiro, lá também tinha o ensino fundamental. Ela [a professora] durante o estágio a gente dava aula para as crianças e era supervisionado, então, ela assistia a gente dar aula, dava nota. Eu acho que isso ajudou bastante. Porque não é como hoje, faz a pedagogia e não tem o contato com a sala de aula. E o magistério dava muito essa base para a gente. Para estar junto as crianças, preparando aula com objetivo, tudo estruturadinho. Isso me ajudou bastante para eu estar em sala de aula quando iniciei.

Para a sala de aula de escola isolada rural ela nunca levou?

Profa. Josefina: Especificadamente não, só estagiei no Ribeiro mesmo.

Você tinha conhecimento de zona rural por ter estudado em escola na rural?

⁵⁰ Colégio Puríssimo Coração de Maria. Escola da rede particular de Rio Claro que oferecia o curso normal, como também toda a educação básica. O colégio nos dias atuais atende a clientela da educação infantil ao curso preparatório para o vestibular.

⁵¹ Escola Estadual Joaquim Ribeiro.

Profa. Josefina: Não, porque em Ajapi as salas já não eram multisseriada, tinha cada um à sua série, então eu não tinha experiência de isolada mesmo com multisseriada, ainda não, só quando iniciei mesmo no trabalho.

7. Magistério rural

7.1 Conte-nos como iniciou no magistério rural? Quais foram os motivos?

Então, como eu morava em Ajapi, eu tinha muita proximidade. Me formei e então eu tinha proximidade, conhecia as pessoas, e as escolas sabiam que eu estava acabando de me formar e tal, então elas [escola] me chamaram para dar aula de eventual, então eu comecei, dava aula na... iniciei na fazenda Jussara, depois eu trabalhei na fazenda Mata Negra, eu até anotei. Ferraz, no sítio Bom Jesus, então eu passei por todas essas escolas, adquiri experiência com classe multisseriada, porque todas eram isoladas.

Era pré-escola ou escola primária?

Profa. Josefina: Não, sempre no fundamental, de 1ª ao 4º ano, 4ª série na época.

7.2 Em qual (ais) escolas isoladas rurais trabalhou no município de Rio Claro?

Fazenda Jussara, Fazenda Mata Negra, Fazenda Angélica, Ferraz e Sítio Bom Jesus.

[respondeu em outra pergunta]

7.3 Em que período de tempo exerceu a sua carreira docente? Deste tempo quantos anos foram dedicados a zona rural?

Profa. Josefina - Assim, a minha carreira total são 30 anos, e na zona rural especificadamente eu fiquei 6 anos. Sempre com contrato. Acabava um e começava outro com o Estado, depois, eu fiquei esse tempo todo. Eu prestei concurso no município e me efetivei no município na educação infantil. Sai das escolas isoladas, porque também elas estavam fechando, tinha que partir para outro campo, porque não teria mais essas escolas próxima a minha casa.

Em que ano você começou a trabalhar?

Profa. Josefina: Eu acho que foi mil novecentos e oitenta e seis, 1986, por ai. Me aposento no final deste ano pela prefeitura.

7.4 Quais eram as dificuldades em ser professora rural? Relate sobre as condições de trabalho na zona rural. (salário, instrumentos de trabalho, documentação escolar, material didático, mobiliário, etc.)

Profa. Josefina - Quanto ao salário era de uma professora que trabalhava, não, não tinha toda essa parte de tempo de serviço, contava-se como na escola da zona urbana, entendeu? Mas assim, a classe multisseriada era 1ª 2ª 3ª 4ª ano tudo junto, então, você perguntou qual era a dificuldade? Olha, era uma loucura porque se um dia a merendeira faltasse você tinha

que ir para a cozinha e dar conta de dar aula também, passava tudo na lousa, explicava o conteúdo e ia para a cozinha. Então, a merenda as vezes era um problema muito grande. As vezes ela deixava a merenda pronta e tinha que servir, então isso era uma grande dificuldade. Outra dificuldade era o socorro dos alunos. Por exemplo, se uma criança caísse, se machucava, eu tinha que largar tudo, pegava o meu carro e socorrer, entendeu, era muito complicado, uma criança com febre, na época não tinha celular, então a comunicação da gente era muito difícil. Se eu quisesse usar o telefone eu tinha que ir no sítio do vizinho pedir para ligar, que eu estava precisando das coisas ou de material, ou de, no final do mês que eu tinha que mandar a minha frequência porque eu que preenchia, assinava a minha folha de frequência, tinha que manter em ordem, mandar para a sede de controle, era bem complicado, mas quando a gente é jovem dá mais conta das coisas, mas era bem complicada a situação.

Em questão do mobiliário escolar?

Profa. Josefina: A gente tinha que se virar, com o que tinha. Eu comecei com poucas crianças, e os pais, na época se reunião e davam um jeito para levar as crianças para Ajapi. Depois eu fui fazendo um bom trabalho. Eu cheguei a ter 40 crianças numa sala de aula e o diretor pediu desmembramento como uma sala normal e tinha uma salinha lá e outra salinha de 1ª 2ª 3ª, e eu fiquei com o 4º e 5º ano e assim a gente ia tocando, conforme o dia-a-dia mesmo, era bem complicado. É, você tinha que trabalhar você estava lá e tem que fazer jus ao seu salário, aquelas crianças precisavam de mim, então eu tinha que dar o melhor de mim. Eu adorava, adoro ser professora, então eu dava o melhor de mim porque eles precisavam de mim e toda aquela situação, falava meu Deus, eu tenho que dar conta disso. E graças à Deus deu tudo certo. [risadas].

Como fazia para chegar à escola?

Profa. Josefina - É meu pai na época me deu um fusquinha, meu pai tinha condições de me ajudar, ele me ajudou muito, eu tinha o meu carro próprio, mas as crianças tinham transporte que ia somente até a escola, era um ônibus bem velhinho que levava as crianças até a escola, e dependia o lugar, porque no sítio de Bom Jesus tinha transporte, era um micro-ônibus bem velhinho. Na fazenda Angélica já era as crianças da redondeza, então uns iam de carrocinha, outros iam a pé mesmo, de trator, quando chovia não tinha aluno porque era uma dificuldade de chegar até a escola, até a professora tinha dificuldade porque a estrada era toda de terra, inclusive aqui em Ferraz eu cheguei a pegar estrada de terra para chegar aqui em Ferraz, ponte caiu, aconteceu de tudo. [risada].

E a frequência dos alunos?

Profa. Josefina: Em tempo de muita chuva eles faltavam mesmo porque eles não tinham condições de ficarem se locomovendo, mas era boa a frequência, eu acredito como é hoje, mas os pais eu acredito que antigamente eles se esforçavam mais para as crianças frequentarem a escola, tinha um compromisso maior o pessoal da zona rural por estar indo à escola e aprendendo o que eles queriam, uma situação de vida melhor para os filhos deles.

Formação em serviço

Vocês professoras da zona rural tinham formação em serviço específica para trabalhar com alunos advindos do campo?

Profa. Josefina - Não, era geral, tinha uma reunião pedagógica que eu participava. A formação era a mesma para todas as professoras, como eu já te falei, eu tinha que me adequar a situação em que eu vivia. Tinha que estar sempre com a aula preparada, não podia nem pensar de imaginar de chegar na sala de aula e falar será à vontade, imagina, tinha que preparar muito bem preparado, calcular o conteúdo para dar conta das quatro séries, entendeu? Você tinha que concentrar bem quando estava preparando a sua aula para você conseguir cumprir com o conteúdo.

Se sim, conte-nos como eram essas formações em serviço. Em qual (ais) locais aconteciam? Quem oferecia? Era obrigatório, valia como pontuação para o concurso de remoção?

Profa. Josefina - Olha, eu me lembro que nós tínhamos poucas, poucas formações, não eram muitas não, eu cheguei a ir na secretaria de educação, aqui em Rio Claro mesmo, tinha uma sede como é que chama ali subindo a quarenta, o Chanceler? É, o Chanceler. Já cheguei a ir lá e nas escolas mesmo. A escola de Corumbataí proporcionava sempre aos professores formação, encontros com pessoas que estavam trabalhando na época, fazendo pesquisa e promovia alguns encontros para a gente. Os HTPC que começou na época em que eu estava em escola isolada, começou, depois parou, foi assim, é.

Corumbataí era vinculada à Rio Claro ou era independente?

Profa. Josefina - Não, Corumbataí é um município e o Sítio Bom Jesus fazia parte de Corumbataí, entendeu? Então era assim, quando eu estava trabalhando em Corumbataí ia tudo por Corumbataí, quando eu estava na Fazenda Angélica eu ia por Rio Claro. Então, foi assim muito diversificado. Ferraz, quando eu trabalhei em Ferraz a sede era no Lygia do Carmo, mas se falava de todos os problemas em geral, e eu tinha que me adequar a minha situação, mas foi assim, eu sempre tive muito apoio dos meus diretores, eles eram muito bacanas comigo, e confiavam no meu trabalho, viam diário, diário de classe, diário de bordô, e eles eram bem comprometidos com a educação, só tenho para falar muito bem de todos os meus diretores. Me

apoiavam e também eles precisavam de mim porque ninguém queria dar aula na escola isolada rural, todo mundo fugia da escola rural, e eu sempre gostei, gostei porque foi muito gratificante quando eu trabalhava com aquelas crianças, sabe, [risadas], eu aprendi muito com eles, eu aprendi muito.

Como era as reuniões pedagógicas? Quais eram as recomendações dos inspetores de ensino/supervisores pedagógicos?

Então continuando Profa. Josefina com as reuniões pedagógicas, você me disse que era um diretor que ficava responsável em ministrar essas reuniões.

Profa. Josefina: Isso. Porque na época não tinha professor coordenador, então o diretor ele que fazia tosa essa parte, sempre participava das reuniões com a gente, passava recado, toda aquela história, mas, eu me lembro assim que as formações eram muito poucas, bem pouco mesmo, as vezes tinha alguma coisa sobre leitura e jogos matemáticos, mas era bem, bem precário.

E nada voltado para a zona rural?

Profa. Josefina - Nada voltado para a zona rural, tudo que a gente aprendia nunca foi voltado para a zona rural, aliás as vezes até esqueciam que a gente [risada] existia, porque dava mais prioridade assim para a zona urbana, onde estava concentrado o maior número de crianças, então dava mais atenção para elas, para elas da zona urbana, as vezes a gente ficava até meio assim, poxa a gente existe, [risadas], mas eles ajudavam, não posso reclamar, assim questão de material. Viu Kamila, eu ia para Corumbataí as vezes e voltava com o meu carro carregado de material de limpeza, material de papelaria, porque eu chegava e falava, eu preciso disso, disso, que na escola, eles nunca me negavam, mas eu lembro que eu voltava até com vassoura, rodo, tudo isso, pano de chão, para abastecer a escola porque eles não tinham quem fosse entregar o material até a escola.

E na escola ficavam você e a merendeira?

Profa. Josefina. Só, apenas. Lá eu era a mãe, a diretora, a professora, a enfermeira, [risadas], era tudo.

Os inspetores de ensino/supervisores pedagógicos realizavam visitas regulares as escolas isoladas? Como eram as visitas?

Existia na sua época profa. Josefina os inspetores de ensino que realizavam as visitas às escolas?

Profa. Rosa: Sim, existia o supervisor. Eram os supervisores, eles iam até a escola, e a gente tinha assim um livro chamado, livro, livro, livro de visita, de termo de visita, isso, e lá o supervisor de ensino deixava registrado, na verdade eles iam em 3 ou 4 pessoas e percorriam a

região, quando saiam lá da sede percorriam todas as escolas isoladas, iam fazendo visitas, porque as vezes eu ouvia o comentário das minhas colegas, ah eu tive supervisão lá ontem, mas eu graças a Deus nunca tive problema com supervisão.

As visitas eram frequentes?

Profa. Josefina: Não, não muito, uma vez por ano, as vezes nem isso, não era muito, mas o diretor sempre pressionava muito a gente, oh você pode receber a visita a qualquer momento, então vocês fazem o trabalho direitinho. E na época a gente era jovem, a gente se preocupava muito com a pessoa da gente, estava formando o nome da gente quanto professor, não é verdade? Eu me preocupava muito com isso. [risadas].

E os supervisores olhavam tudo, caderno de aluno...?

Profa. Josefina: Olhavam, era uma tortura, [risadas], porque eles passavam olhando, depois eles queriam ver toda a parte de documentação, de caderneta, se estava tudo em ordem, eles eram muito rígidos em questão a isso, mas acontecia essas visitas sim.

Os supervisores pedagógicos passavam recomendações pedagógicas?

Profa. Josefina: Sim, eles faziam anotações, tem tantas crianças, tantas já leem, faziam esse tipo de anotação sim e deixava para a gente.

Práticas docentes

Como você professora desenvolvia as atividades pedagógicas nas escolas isoladas rurais?

Como eu já te disse, as atividades tinham que ser bem planejadas, você não podia perder o foco do que você queria atingir do seu objetivo, então levava sempre as minhas atividades prontas, para chegar na escola e dividir eles nas séries, eles já sabiam, já estavam acostumados com a situação, quem era 1º ano sabia, mas as vezes o que acontecia, tinha um assunto que era interessante a todos, desde 1º até o 4º ano, certo, 4º série, 4º ano, não me lembro, ai nós discutíamos o assunto, daí cada um era adequado a atividade a cada série para gente estar destrinchando o assunto, do 1º ano para o 4º ano era mais avançado o que eu exigia deles, mas era muito bom, muito bom, era uma prática muito boa. Mas tinha que ser muito bem planejada, você tinha que ir com as aulas bem preparadas porque senão você não conseguia trabalhar.

Com as quatro séries ao mesmo tempo?

Profa. Josefina: Não conseguia, já era difícil por serem as quatro séries, então, as vezes tinha um aluno só de primeiro ano e você tinha que preparar aula para aquele aluno, e fazer planejamento para um aluno no começo do ano. Na verdade, planejamento eram quatro planejamentos que eu tinha que fazer, uma para cada série, anual, 1ª, 2ª, 3ª assim por diante quatro planejamentos.

Seguia algum material específico? O que era ensinado?

Profa. Josefina - Olha, tinha os livros didáticos, e eu precisava desses materiais porque a lousa não vencia, então eu me apoiava bastante nos livros, tinham livros que vinham do Estado na época, e assim, as principais matérias era português, matemática, história, ciências e geografia, então o básico eu tinha que cumprir, entendeu, então eu me apoiava bastante nos livros, principalmente para os maiores, 3º e 4º ano, e dava certo explicava a matéria como hoje.

Por ser zona rural vocês praticavam alguma atividade relacionada ao meio, como a horta escolar?

Profa. Josefina: Tinha a horta que a merendeira ajudava a cuidar. Como havia bastante água, tinha um poço e uma bomba que jogava água na caixa, a água era farta na escola, e a gente tinha a hortinha sim. Então a gente escalava as crianças que iam cuidar da horta, plantava alface, rúcula, essas plantinhas que crescem rápido, a gente tinha hortinha sim, tinha bastante esterco porque tinha o gado perto, então, tinha o Senhor que tinha sítio ele sempre ajudava, então nós mantínhamos uma horta que eles tinham a salada.

E a lousa como era?

Profa. Josefina: Então, a gente dividia, então eles também iam se adaptando com a situação, então, gente aqui é o primeiro ano essa lousa vai ser para eles a gente vai ter que se organizar, e era assim tinha uma lousa do lado, lembro que tinha uma escola que tinha uma lousa lateral. Então eu virava as crianças, a gente organizava a sala conforme a necessidade do momento, se fosse uma roda de conversa todos participando, conforme a necessidade da aula, do momento.

Quais informações pode nos dar sobre os alunos das escolas isoladas (condições socioeconômicas, disciplina, interesse nas aulas, etc.)

É, eles eram alunos assim, porque na zona rural o pessoal, o poder aquisitivo não era alto, você sabe, eles eram carentes, só que eu acho que era uma carência diferente da cidade, entendeu, eles tinham problemas, mas o comportamento das crianças, eles eram carentes, mas eles não eram revoltados. Era umas crianças tranquilas, calmas, sabe, dava para gente conversar com eles, os pais eram bem participativos, iam até a escola se precisava, assim o que eu me lembro o único, a única coisa que eu tive problema assim que eu achei que eu tive que enfrentar era o problema do piolho. Então, mexia na questão do piolho aí mexia com tudo, sabe, mas em questão de comportamento era muito tranquilo, eles obedeciam, eram crianças e eu conseguia dar aula, hoje eu vejo as professoras da zona urbana tem 25 crianças, assim socar o mesmo conteúdo e as professoras não dão conta de tanta falta de disciplina, as crianças eram bem boas, bem disciplinadas, mas carentes, mas eles eram bem bacanas.

Como era a relação entre professor-aluno?

Profa. Josefina - É no começo era assim, todo começo de ano era eu professora, eles alunos, eles me viam a professora, os pais em casa falavam respeita a professora, mas no final do ano a gente já era bem amigos, a relação já era bem de amizade, até eu tenho muitos alunos que tem contato e sempre conversam comigo, oh professora Josefina e sei que lá, nem me chamam de dona nada, oh professora, [risadas], e assim era uma relação bem boa.

Quantos alunos havia por sala?

Profa. Josefina - Olha, quando chegou em 40 alunos desmembrou, chegou, quando eu falei para o diretor, olha são 40 alunos eu não aguento mais, eu não aguentava mais mesmo, eles estão perdendo em qualidade, não estou dando conta de dar aula para eles tantas crianças e eu sentia tadinhos eles precisavam de muito mais conteúdo, estava sendo injusto com eles e comigo também, ele desmembrou a sala, mas só quando chegou a 40 alunos, eu precisava de 40 alunos, eu rezava para chegar criança naquela escola para dar o tanto de aluno que eu precisava para desmembrar. E assim desmembrou, mas foi para uma salinha minúscula, com muita dificuldade desmembrou, ficou uns dois anos funcionando e depois fechou as escolas, é as escolas fecharam e passou a ter transporte, o município passou a oferecer o transporte para as crianças. Porque estava tendo muito aluno na zona rural, então era mais fácil transportar essas crianças até a zona urbana.

E as escolas como eram fisicamente?

Profa. Josefina - Precárias. Bem precárias. Eu lembro de assim, tinha goteira, chovia, as telhas eram velhas goteirava aquela goteira preta, as vezes pingava no caderno, e eles coitadinhos, era bem precária. Aqui em Ferraz chegou um ano que cheguei para dar aula e a escola tinha um barranco e choveu muito e deu um tipo de enxurrada e alagou tudo, a sala de aula, as mães deixaram todas aquelas crianças dentro da escola e eu não sabia se eu limpava a sala ou se eu dava aula ou se eu socorria as crianças que não paravam, era uma loucura. E os prédios eram bem precários. Aqui nós tivemos a felicidade de ser construída [referindo-se à escola em que realizamos a entrevista] uma escola ótima, você pode ver a estrutura dela excelente, nós fomos premiados com essa escola. A que nós estávamos lá em baixo, assim, a merendeira era merendeira e também fazia a faxina do prédio, então funcionários nós não tínhamos, entendeu, como hoje tem aqui, hoje nós temos tudo, temos monitor, uma cozinheira, uma moça para a limpeza, tem o jardineiro, então nós temos todo o pessoal trabalhando direitinho. Então as vezes eles reclamam e eu falo que vocês deveriam trabalhar no meu tempo para vocês verem o que era bom. E quando faltava a merendeira que eu já falei a gente servia a merenda, se precisava dava uma varrida na sala, que as crianças recortavam, faziam alguma

sujeira que eles vinham com os pezinhos sujos de terra, de barro, a sala as vezes precisava varrer, algumas vezes para não ficar a sujeira, e assim que sempre funcionava, um ajudava o outro, um espírito bem de cooperação.

Como era a estrutura das escolas nas fazendas?

Profa. Josefina: Na fazenda Jussara tinha uma casa, uma sala, tinha uma lousa, uns degraus e a cozinha, bem precária mesmo, lá a vizinha fazia a merenda e trazia na hora da merenda para eu servir para as crianças. Mas quando eu cheguei lá a professora de lá era muito joia, ela tinha se aposentado, mas as crianças eram muito organizadas, então eu fui aprendendo com eles, então no primeiro dia eu dizia o que eu estou fazendo aqui meu Deus do céu, eu vendo aquelas crianças não podia deixar, o que eu faço, faço aquilo, eu pego os cadernos, então eu fui aprendendo com eles, vendo todo dia aquela realidade. Na fazenda Angélica era uma escolinha mesmo, em formato de, era um predizinho bem precário, mas ele era forradinho que eu me lembre, as carteiras, a fazenda Angélica era bem arrumadinha. Ferraz o prédio era bem velho, a escola era do tempo do meu pai, meu pai foi na escola de Ferraz, [risadas], até quando eu comecei a dar aula, nossa bem você vai dar aula, eu fui lá na escola quando eu era um menino, inclusive eu acho que tínhamos até uma foto, eu preciso ver aonde está. Foi a minha primeira escola eu estudei lá, para você ter uma noção do tempo, era aquele prédio sem sofrer muitas reformas porque o Município não liberava, o Estado não liberava [verba para a reforma]. Agora o Sítio Bom Jesus, também foi construído para ser uma escola. Tinha o prédio, as lousas, lá que eu digo das lousas laterais, lá foi onde eu fiquei mais tempo, acho que fiquei uns 4 anos. E as lousas eram laterais. Era uma sala bem grande, lá onde tinha um espaço melhor para trabalhar. Que pertencia a Corumbataí.

Ainda existem essas escolas?

Profa. Josefina: Da fazenda Jussara agora é canavial. Eu passo lá e fico até triste, eu falo que meus filhos vissem onde tinha começado, mas só história mesmo, agora virou uma plantação de cana. A fazenda Angélica existe, mas eles estão usando para uma fábrica de piscina se eu não me engano e eu acho que eles usam a escolinha para fazer parte do prédio da fábrica que eles têm lá no sítio. Ferraz, é essa escola linda que você vê hoje graças a Deus, e o sítio Bom Jesus tem o prédio, tem o espaço, mas está tudo muito abandonado e faz alguns anos que eu passei lá e já estava bem velho, teve uma família que invadiu o local e estavam morando lá na época em que eu passei, não sei se moram ainda. Estava com um aspecto de casa. O que tenho de informações sobre as escolas é isso.

Esse prédio da escola foi construído sobre o antigo prédio da escola isolada?

Profa. Josefina: Não, a escola ainda existe no prédio, aqui é a avenida 4 a escola antiga é na rua 4. Entendeu, o prédio existe, é do município e essa área, foi doada para construir essa escola.

Qual era a sua relação profissional com outras professoras que também ministravam aulas em escolas isoladas?

Profa. Josefina - Olha, porque quando eu dava aula em Corumbataí tinha as meninas que davam aula, eu não lembro, Fazenda Sta. Amélia, tem uma escola isolada na pista, na rodovia Washington Luís, eu não lembro como chama aquela escola, Itapé, não tinha outro nome. E as meninas davam aula naquela região que tinham essas escolas, eu era dessa região próxima à Rio Claro, mas tinha outras escolas. E a gente se reunia nessas reuniões pedagógicas e fazia a turminha da zona rural, porque a gente procurava os interesses, a gente conversava, perguntava, as outras eram mais velhas do que eu, elas davam algumas dicas de como estar melhorando. A relação era boa, porque, mas a gente se encontrava muito pouco, as reuniões eram distantes uma da outra, era difícil esse contato, mas quando a gente se reunia a gente aproveitava para trocar ideias, depois íamos juntas pegar material, que elas também levavam no carro delas igual eu. Era uma troca muito boa. Me dei bem com as meninas, pegava telefone se precisava ligava, aconteceu isso o que eu faço, mesmo para o diretor estava ligando e perguntando, ele era sempre disposto, era o seu Edson Pantoja na época, mas estava sempre disposto em ajudar a gente, uma palavra de ânimo e de coragem, porque não era fácil, mas deu tudo certo.

Como superavam a barreira de ser a única professora daquela escola?

Profa. Josefina - Superar barreira? Eu acho que eu nem pensava muito em barreira. Porque você tem que pensar que cada dia é um dia, tem que focar, preparar as suas coisas e dar aula, você não pode ficar pensando muito, eu estou sozinha, não tinha ninguém, eu tinha assim muito apoio dos meus pais. Meus pais me davam coragem, contava muito para eles do que se passava, e ainda conto, eu tenho essa mania de contar em casa, as vezes quando eu tenho algum problema na escola, para saber opiniões ou determinada atitude que eu tomei se estava certo ou errado, é bom a gente compartilhar. Quando eu comecei a dar aula tinha 20 anos, eu compartilhava muitas coisas com os meus pais, o meu pai sempre foi um homem corajoso e ele sempre ajudou bastante. Falava – “não isso já passou bola para frente”, é que ele é falecido eu me emocionei. Bola para frente, já passou, outro dia vem, assim um dia bom, um dia ruim, em todas as escolas, um dia com muitos problemas outro sem problema nenhum. Enfim.

Ligação da professora com o meio rural

Qual era a sua relação com o entorno da escola em que lecionava? Com a família, a comunidade e os alunos? Participava de comemorações, festas típicas da zona rural?

Profa. Josefina - Os pais eram interessados como já te disse, que as crianças estudassem, porque eles não tinham estudo, então eles eram muito parceiros meu. Sabe, as vezes tinha algum probleminha, chamava, conversava, eles vinham até a escola, quando eu organizava uma festa junina, fazia tudo sozinha, organizava a festa, então eles vinham participava, traziam pratos, era bem bacana. Nunca tive problemas com os pais. Sempre muito educados, participativos, eu não posso, fui muito feliz na minha carreira trabalhando em escola isolada da zona rural. Eu não sei porque também morei no sítio muitos anos e sentia na pele as dificuldades deles, eu sabia das dificuldades dos pais de levar para a escola, eu tinha passado por isso, meu pai e minha mãe fizeram muito sacrifício para eu estudar. Então, não era nada grátis como é hoje, hoje eu acho tudo muito assistencialista, e as pessoas não dão muito valor para isso, e na época em que fui estudar meu pai tinha que pagar ônibus, transporte. Como eu já disse eu fui estudar no Puríssimo, lá tinha o magistério, mas fechou e depois eu fui para o Ribeiro. Eles participavam sim, eu entendia muito a situação deles. Vou dar o melhor de mim para a escola ter um bom nome. Eram participativos.

Relate alguma experiência vivida na escola isolada rural em que trabalhou.

Profa. Josefina - É então, isso aconteceu na escola do Sítio Bom Jesus. O menino, tinha uma trave de futebol e ele se pendurou e ele caiu ao cair ele quebrou o braço e a gente via que a fratura era exposta, que tinha quebrado realmente. Eu deixei as crianças, pedi para a merendeira dá um jeito de avisar, ir ao sítio vizinho para avisar os pais o que havia acontecido. Peguei o meu fusca, peguei o menino e levei para Rio Claro. Chegando lá o menino tinha que fazer uma cirurgia, e o médico pediu que precisava assinar um termo de responsabilidade, pois o menino ia tomar uma anestesia. Bem, pensa em uma pessoa que quase morreu, fui eu, assinei o termo, primeiro eu liguei para o diretor, de dentro do hospital, disse que estava acontecendo e que estava sozinha, eu gostaria que o senhor, o que eu faço? Não, assina porque o menino precisa dessa cirurgia. Eu assinei, sentei lá naquela escada da Santa Casa e fiquei lá rezando. Agora os pais vão chegar e vão me matar. Que nada menina, mas eles chegaram era noite, foi quase o dia todo até localizar os pais na roça. Sabe Kamila, aí eu sei que eles chegaram e eu lá rezando, foi o pior dia da minha vida. Eu lembro que eu fui ao encontro dos pais e falei ‘ olha gente vocês vão me desculpar, mas eu tinha que socorrer’, eles me abraçavam, foi a melhor coisa para mim, eu disse meu Deus, porque eles foram gratos em ter acontecido tudo aquilo na minha mão, eu era responsável pela criança, tive que socorrer, tive que assinar um termo de

responsabilidade, mas deu tudo certo. Eu lembro até hoje, o rapaz também lembra, você lembra profa. Josefina? Lembro, você quase me matou do coração. [risadas]

Agradecimentos.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - (TCLE)
(Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/12)

Eu, Kamila Cristina Evaristo Leite, RG:xxxxxxx, orientada pela Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba, matriculada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP/Campus Marília, em nível de mestrado acadêmico, convido a professora a participar da pesquisa sobre a trajetória docente de professoras rurais. O objetivo da pesquisa é entrevistar professoras que exerceram o magistério em escolas isoladas rurais no município de Rio Claro/SP. Será aplicado um questionário com perguntas referentes a trajetória docente nessas escolas, a entrevista será gravada, transcrita e analisada. Os principais riscos que podem ocorrer na realização das entrevistas são: fortes emoções, choro e lembranças indesejáveis. Os benefícios será a colaboração em uma pesquisa sobre carreira docente, exaltando o quanto é importante a profissão docente. Antes, durante e depois de realizar as entrevistas estarei sempre aberta para eventuais esclarecimentos sobre a pesquisa. O participante tem a plena liberdade em recusar a participar da pesquisa como também após assinar consentimento, retirá-lo. Asseguramos o sigilo do nome da colaboradora, sendo criado um nome fictício para a consolidação dos dados da pesquisa. Informo também que não haverá nenhum custo na participação da pesquisa, como também não serão remunerados para participar da mesma. Sendo assim, fica aberto o meu convite na participação da pesquisa como colaboradora, colaboração está através das entrevistas.

Se o Sra. se sentir suficientemente esclarecido sobre essa pesquisa, seus objetivos, eventuais riscos e benefícios, convido -o (a) a assinar este Termo, elaborado em duas vias, sendo que uma ficará com o Sra. e outra com a pesquisadora.

Local/data

Assinatura do Pesquisador Responsável
participante da

pesquisa e/ou representante
legal (se for o caso)

Assinatura do

Dados sobre a Pesquisa:

Título do Projeto: Trajetória Docente de Professoras Rurais: Rio Claro/SP (1970 -1990)

Pesquisador Responsável: Kamila Cristina Evaristo Leite

Cargo/função: Pesquisadora Responsável

Instituição: Faculdade de Filosofia e Ciência UNESP/Campus Marília

Endereço: Rua xxx, nxxx. Bairro: xxx Marília/SP. Cep:xxxx

Dados para Contato: fone xxxxxxxx e-mail: Kamila_evaristoleite@yahoo.com.br

Orientador(a): Rosa Fátima de Souza Chaloba

Instituição: Faculdade de Filosofia e Ciência UNESP/Campus Marília

Endereço: Av. Hygino Muzzi Filho, nº 737, Bairro: Mirante Cep: 17.525.000

Dados para Contato: fone xxxxxxxx e -mail: xxxxxxxxxx

Dados sobre o participante da Pesquisa:

Nome: _____

Documento de Identidade: _____

Sexo: _____ Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço: _____ Telefone
para contato: _____

APÊNDICE B
LEVANTAMENTO DE FONTES -
Legislação Educacional do Município de Rio Claro:
Escolas Rurais

LEIS

RIO CLARO. Lei n. 2.404, de 17 de abril de 1991. **Transforma em EMEI as classes isoladas existentes no Distrito de Ajapi.** Disponível em: <http://www.rioclaro.cespro.com.br/geraPDF.php?pasta=9320/1991/L2404> Acesso em: 12 mar. 2017.

RIO CLARO. Lei N. 2.157 de 04 de setembro de 1987. **Cria a Escola Municipal Agrícola de 1º Grau “Engº Rubens Foot Guimarães” no Distrito de Ajapi e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=19872157&NroLei=2.157&Word=&Word2=>> Acesso em: 04. Dez. 2017.

RIO CLARO. Lei N. 1.994 de 19 de agosto de 1985. **Desapropriar e doar área de terreno à Fazenda do Estado, para a construção de uma unidade escolar no Distrito de Ferraz.** Disponível em: <http://www.rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=19851994&NroLei=1.994&Word=&Word2=>> Acesso em: 04.dez.2017.

RIO CLARO. Lei N. 1.073 de 25 de Abril de 1968. **Auxílio de transporte para as professoras que exercem docência em áreas rurais.** Disponível em: <http://www.rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=19681073&NroLei=1.073&Word=&Word2=>> Acesso em: 04.dez.2017.

RIO CLARO. Lei n. 424, de 19 de junho de 1956. **Criando Escola Municipal no Bairro Antonelli.** Disponível em: <http://www.rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=19560424&NroLei=424&Word=&Word2=>> Acesso em: 04. Dez. 2017.

RIO CLARO. Lei n. 375, de 11 de novembro de 1955. **Fica criada no “Bairro do Simão”, próximo ao bairro de Jacutinga, neste município, uma escola municipal mista rural, que funcionará em sala própria, que será, posta à disposição da prefeitura, pelo Senhor Augusto Bortolim, residente naquele bairro.** Disponível em: <http://www.rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=19550375&NroLei=375&Word=&Word2=>> Acesso em: 04. Dez. 2017.

RIO CLARO. Lei n. 309, de 5 de novembro de 1953. **Fica Criada no Bairro da Eritrêia, Distrito de Ajapi, neste município, uma Escola Municipal, que funcionará no prédio próprio, pertencente ao município.** Disponível em: <http://www.rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=19530309&NroLei=309&Word=&Word2=>> Acesso em: 04. Dez. 2017.

RIO CLARO. Lei n. 294, de 02 de julho de 1953. **Fica criada no Bairro de Batovi, deste município uma Escola Municipal, observadas as disposições contidas na Lei Municipal n. 29, de 5 de julho de 1948.** Disponível em: <http://www.rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=19530294&NroLei=294&Word=&Word2=>> Acesso em: 04. Dez. 2017.

RIO CLARO. Lei n. 21 de 10 de junho de 1948. **Área de terreno localizado em Batovi, necessário à construção do prédio da escola.** Disponível em: <http://www.rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=19480021&NroLei=021&Word=&Word2=>> Acesso em: 04. Dez. 2017.

RIO CLARO. Lei n. 71 de 14 de dezembro de 1948. **Fica o senhor Prefeito Municipal autorizado a construir, na localidade de Batovi, prédio apropriado para escola.** Disponível em: <http://www.rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=19480071&NroLei=071&Word=&Word2=>> Acesso em: 04. Dez. 2017.

RIO CLARO. Lei n. 076, de 15 de dezembro de 1948. **Fica criada a Escola Municipal na Fazenda Boa Vista Distrito de Ipeúna.** Disponível em: <
<http://www.rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=19480076&NroLei=076&Word=&Word2=>> Acesso em: 04. Dez. 2017.

RIO CLARO. Lei n. 80 de 18 de dezembro de 1948. **Fica criada uma Escola Municipal no Bairro “Sant’Ana do Uricaia”.** Disponível em:
<http://www.rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=19480080&NroLei=080&Word=&Word2=>> Acesso em: 04 dez. 2017.

RIO CLARO. Lei n. 043, de 3 de setembro de 1948. **Fica criada uma Escola Municipal, localizada de modo a atender os Bairro de Via Cristina e Vila Nova.** Disponível em: <
<http://www.rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=19480043&NroLei=043&Word=&Word2=>> Acesso em: 04. dez. 2017.

RIO CLARO. Lei n. 010, de 27 de abril de 1948. **Cria uma Escola Municipal no Bairro “Cidade Nova”.** Disponível em: <
<http://www.rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=19480010&NroLei=010&Word=&Word2=>> Acesso em: 04. dez. 2017.

RIO CLARO. Lei n. 004, de 3 de abril de 1948. **Cria uma Escola Municipal na “Vila Paulista”.** Disponível em: <
<http://www.rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=19480004&NroLei=004&Word=&Word2=>> Acesso em: 04. dez. 2017.

DECRETOS

RIO CLARO. Decreto Nº 3.154 de 18 de março de 1985. **Considerando que o município tem relevante interesse, em implantar mais uma Escola Distrital em Ferraz; considerando que existe área adequada, para implantação sendo a mesma de propriedade da Senhora Maria Aparecida Hummel Macha.**

RIO CLARO. Decreto Nº 3.024 de 11 de junho de 1984. **Necessidade da criação de uma classe de ensino de 1º grau, na escola do Bairro São Bento de nossa cidade, que atenda às 1º, 2º e 3º séries.** Disponível em: <http://www.rioclaro.cespro.com.br/visualizarLegislacao.php?cdMunicipio=9320>
 Acesso em: 13 mar. 2017.

RIO CLARO. Decreto Nº 3.031 de 14 de junho de 1984. **Necessidade da criação de uma classe de ensino de 1º grau, na escola do Bairro dos Lopes de nossa cidade, que atenda às 1º, 2º e 3º séries.** Disponível em:
<http://www.rioclaro.cespro.com.br/visualizarLegislacao.php?cdMunicipio=9320>
 Acesso em: 13mar. 2017.

RIO CLARO. Decreto Nº 3.024 de 11 de junho de 1984. **Necessidade da criação de uma classe de ensino de 1º grau, na escola do Bairro São Bento de nossa cidade, que atenda às 1º, 2º e 3º séries.**

RIO CLARO. Decreto Nº 3.031 de 14 de junho de 1984. **Necessidade da criação de uma classe de ensino de 1º grau, na escola do Bairro dos Lopes de nossa cidade, que atenda às 1º, 2º e 3º séries.**

RIO CLARO. Decreto Nº 2.660 de 04 de dezembro de 1981. **Necessidade da ampliação da Escola Rural de Batovi.**

RIO CLARO. Decreto Nº 2.398 de 19 de fevereiro de 1979. **Fica transferida para o Sítio do Vaz, a Escola Mista Municipal de 1º Grau (isolada) da Fazenda Santo Antonio.**

RIO CLARO. Decreto Nº 2.347 de 24 de julho de 1978. **Fica extinta a Escola Mista Municipal do Bairro Serra D'Água; fica criada, a título precário a Escola Municipal no Bairro da Cachoeirinha.** Disponível em: <http://www.rioclaro.cespro.com.br/visualizarLegislacao.php?cdMunicipio=9320> Acesso em: 13 mar. 2017

RIO CLARO. Decreto Nº 2.222 de 10 de Junho de 1976. **Suspender o funcionamento da Escola Mista Municipal do Bairro dos Lopes, e encaminhar os alunos remanescentes para outras unidades escolares, inclusive dar-lhes transportes até essas unidades e partir de 7 de junho de 1976.**

RIO CLARO. Decreto Nº 2.200 de 03 de março de 1976. **Fica transferida para o núcleo do Parque das Indústrias a Escola Mista Municipal da Estação de Itapé.**

RIO CLARO. Decreto Nº 2.201 de 03 de março de 1976. **Fica transferida para a Fazenda Santa Filomena, a Escola Mista Municipal da Fazenda Mata Negra.**

RIO CLARO. Decreto n. 2.098, de 22 de março de 1974. **Criação a título precário de uma escola municipal de 1º Grau para atender de 3ª e 4ª séries na Escola Mista da Fazenda Mata Negra.** Disponível em: <http://www.rioclaro.cespro.com.br/visualizarlegislacao.php?cdMunicipio=9320> Acesso em: 13 mar. 2017.

RIO CLARO. Decreto Nº 1.828 de 04 de março de 1970. **Transferências de escolas.**

RIO CLARO. Decreto Nº 1.751 de 27 de fevereiro de 1969. **Autoriza em caráter precário, o funcionamento da Escola da Mista Municipal do Bairro do Campo do Côxo, junto à Casa das Crianças.**

RIO CLARO. Decreto n. 958 de 8 de fevereiro de 1963. **Extingue e transfere escolas municipais.**

RIO CLARO. Decreto n. 769 de 19 maio de 1962. **Denominação de escola. Escola Mista Municipal Rural do Bairro dos Pereiras.**

RIO CLARO. Decreto n. 770 de 19 de maio de 1962. **Denominação de Escola Mista Municipal Rural do Bairro do Biri, em Ipeúna.**

RIO CLARO. Decreto n. 598 de 15 de fevereiro de 1961. **Fica suprimido, o 4º ano primário da Escola Mista Municipal Rural do Bairro de Ferraz.**

RIO CLARO. Decreto n. 375 de 29 de julho de 1958. **Fica transferida a Escola Mista Municipal Rural da Fazenda São José da Glória para a Escola Mista Municipal Rural da Fazenda São João da Lapa.**

RIO CLARO. Decreto n. 165 de fevereiro de 1956. **Considerando, que há necessidade do funcionamento de uma classe de 4º ano primário, no Bairro de Batoví.**

ANEXO A

Quadro contendo o nome das escolas isoladas rurais do município de Rio Claro/SP, a entidade mantenedora, as condições sanitárias, os equipamentos e os prédios escolares

Quadro 1 – Escolas unidocente rurais do Município de Rio Claro (continua)

Nome dos Estabelecimentos	Entidade Mantenedora	Sanitários	Equipamentos	Condições dos Prédios
1ª Escola Mista do Bairro da Assistência - Distrito	Estado	Adequado	Não	Próprios
2ª Escola Mista do Bairro da Assistência - Distrito	Estado	Adequado	Não	Próprios
Escola de Emergência do Bairro da Assistência - Distrito	Estado	Adequado	Não	Próprios
1ª Escola Mista de Ajapi - Distrito	Estado	Adequado	Não	Adaptado
2ª Escola Mista de Ajapi - Distrito	Estado	Adequado	Não	Adaptado
3ª Escola Mista de Ajapi - Distrito	Estado	Adequado	Não	Adaptado
Escola Masculina de Ajapi - Distrito	Estado	Adequado	Não	Adaptado
1ª Escola Mista da Fazenda São José	Estado	Adequado	Sim	Adaptado
2ª Escola Mista da Fazenda São José	Estado	Precário	Não	Próprio
Escola de Emergência da Fazenda São José	Estado	Adequado	Não	Adaptado
Escola Mista do Sítio Hebling – Bairro de Batovi	Estado	Adequado	Não	Próprio
1ª Escola Mista da Estação de Batovi – Bairro do Batovi	Estado	Adequado	Sim	Próprio
2ª Escola Mista da Estação de Batovi – Bairro do Batovi	Estado	Adequado	Sim	Próprio

Escola de Emergência da Estação de Batovi – Bairro do Batovi	Estado	Adequado	Sim	Próprio
Escola Mista do Bairro do Sobrado	Estado	Precário	Não	Próprio
1ª Escola Mista da Fazenda Angélica – Distrito de Ajapi	Estado	Adequado	Não	Próprio
Escola Mista da Fazenda Mata Negra – Distrito de Ajapi	Estado	Precário	Não	Adaptado
Escola Mista da Fazenda Jussara – Distrito de Ajapi	Estado	Adequado	Não	Próprio
Escola Mista do Campo do Coxo – Bairro do Campo Coxo	Estado	Precário	Não	Próprio
Escola Mista do Bairro do Cabeça – Bairro do Cabeça	Estado	Precário	Não	Adaptado
Escola Mista do Bairro da Serra D'Água	Estado	Adequado	Sim	Próprio
Escola Mista da Estação de Itapé – Bairro do Itapé	Estado	Adequado	Sim	Próprio
Escola Mista da Estação de Camaquã – Bairro de Camaquã	Estado	Precário	Não	Adaptado
Escola Mista da Fazenda Santo Antonio	Estado	Adequado	Não	Adaptado
Escola Mista do Bairro da Cachoeirinha	Estado	Precário	Não	Próprio
1ª Escola Mista de Ferraz – Distrito de Ajapi	Estado	Precário	Não	Próprio
2ª Escola Mista de Ferraz – Distrito de Ajapi	Estado	Adequado	Não	Adaptado

Escola de Emergência do Bairro da Conceição	Estado	Precário	Não	Próprio
Escola de Emergência do Bairro dos Pereiras	Estado	Precário	Sim	Próprio
Escola de Emergência do Bairro do São Bento	Estado	Adequado	Sim	Próprio
Escola Mista de Emergência do Bairro do Sitinho	Estado	Adequado	Sim	Próprio
Escola de Emergência do Bairro do Sobrado	Estado	Precário	Não	Próprio
Escola Mista de Emergência da Fazenda Serra D'Água	Estado	Precário	Não	Adaptado
Escola de Emergência da Fazenda Trípoli	Estado	Adequado	Não	Adaptado
Escola Mista da Usina Sant'Ana	Municipal	Precário	Não	Adaptado
2ª Escola Mista da Usina – Sant'Ana	Municipal	Precário	Não	Adaptado
Escola Mista do Bairro Santana do Urucaia	Municipal	Adequado	Sim	Própria
Escola Mista do Bairro do Antonello	Municipal	Precário	Não	Própria
Escola Mista do Bairro da Boa Vista	Municipal	Adequado	Não	Própria
Escola Mista do Bairro do Simão	Municipal	Adequado	Sim	Própria
Escola Mista do Bairro da Conceição	Municipal	Precário	Não	Própria
Escola Mista do Bairro dos Lopes	Municipal	Precário	Não	Própria

Escola Mista da Fazenda Santa Rosa – Distrito da Assistência	Municipal	Precário	Não	Adaptadas
Escola Mista do Bairro da Cabeça	Municipal	Precário	Não	Adaptadas

Fonte: Plano Diretor Integrado do Município de Rio Claro – SP, 1972

ANEXO B

IMAGENS DAS ESCOLAS ISOLADAS DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO - SP

Imagem 1 – Fachada da Escola Mista Municipal de Itapé (s/d)



Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó”

Imagem 2 – Fachada Escola Rural – sem identificação



Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó”

Imagem 3 – Fachada da Escola Santana do Urucaia década de 1960



Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó”

Imagem 4 – 1ª Escola Mista de Ferraz - 1945



Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó”